

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE BELAS ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA - PPGTU**

ANDERSON LUIZ CHAGAS

**MANIFESTAÇÕES ESPACIAIS PELA PERCEPÇÃO DO
MEDO DA VIOLÊNCIA URBANA EM CURITIBA**

CURITIBA

2021

ANDERSON LUIZ CHAGAS

**MANIFESTAÇÕES ESPACIAIS PELA PERCEPÇÃO DO
MEDO DA VIOLÊNCIA URBANA EM CURITIBA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Gestão Urbana, no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Belas Artes e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR.

Linha de pesquisa:
Planejamento e Projeto em
Espaços Urbanos e Regionais

Orientador:
Prof. Dr. Rodrigo José Firmino

CURITIBA

2021

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

C433m
2020 Chagas, Anderson Luiz
Manifestações espaciais pela percepção do medo da violência urbana em
Curitiba / Anderson Luiz Chagas ; orientador: Rodrigo José Firmino. – 2020.
116 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2020
Bibliografia: f. 96-105

1. Planejamento urbano. 2. Espaços públicos - Curitiba. 3. Medo.
4. Prevenção de crimes. 6. Securitização. 5. Segregação. 7. Violência urbana.
I. Firmino, Rodrigo José. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

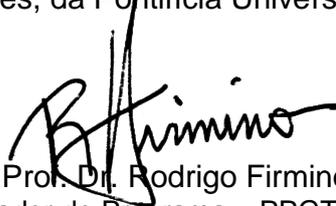
TERMO DE APROVAÇÃO

“MANIFESTAÇÕES ESPACIAIS PELA PERCEPÇÃO DO MEDO DA VIOLÊNCIA URBANA EM CURITIBA”

Por

ANDERSON LUIZ CHAGAS

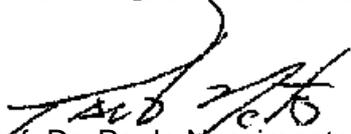
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Belas Artes, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Rodrigo Firmino
Coordenador do Programa – PPGTU/PUCPR
Orientador – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Paulo Nascimento Neto
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Gisela Cunha Viana Leonelli
Membro Externo – UNICAMP

Curitiba, 24 de fevereiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Desde o remoto ano de 1981, quando, através de uma conversa despreziosa com Vilmar Bueno, decidi trilhar o caminho de desafios e conquistas como Arquiteto, até o momento especial onde entrego oficialmente este documento, agradeço a todas as pessoas que de alguma maneira fizeram parte dos vários ciclos necessários ao meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Preciso deixar expressa minha gratidão pela PUCPR, que me acolheu como calouro no curso de arquitetura, onde as relações com colegas competentes e o aprendizado oferecido pelo excelente time de professores trouxeram reconhecimentos profissionais.

Também preciso agradecer à confiança depositada por Ângela Leitão na minha admissão como docente nesta entidade, como também a possibilidade de ingresso neste programa de pós-graduação em Gestão Urbana.

Cito Rodrigo Firmino, a quem admiro pela dedicação à pesquisa e que, durante os dois anos de orientação, demonstrou além de competência, muita paciência.

E, é claro, à minha esposa Patrícia Lins pelo apoio e companheirismo. A meus filhos Miguel Lins e Chagas e Joaquim Lins e Chagas pela ausência necessária neste período difícil, de dedicação constante, mas com resultado compensatório.

RESUMO

Através das alterações percebidas na paisagem das cidades brasileiras, vinculadas à instalação de equipamentos de prevenção ao crime, busca-se o entendimento sobre a necessidade desmedida de controle que afeta de maneira negativa a interação dos habitantes com o meio. Este processo de fortificação dos espaços privados ou públicos, juntamente com a criminalidade explorada pela mídia, pode alterar a maneira como se experiencia o medo da violência e como se dão as relações sociais, podendo colaborar com a segregação e induzir conflitos sociais. O propósito desta pesquisa é avaliar a maneira como a percepção da violência urbana pode ser influenciada pela utilização de dispositivos de vigilância e securitização, com possíveis modificações no uso dos espaços urbanos na cidade de Curitiba. Procura-se, através de pesquisa de campo com caráter exploratório, a aproximação ao ambiente estudado por meio do exame de descrições qualitativas dos aspectos envolvidos no fenômeno. Neste processo, a primeira parte da investigação caracteriza a violência urbana a partir de uma pesquisa documental de fontes secundárias para obtenção de dados estatísticos sobre a ocorrência de delitos na região selecionada. Num segundo momento, através de observação direta intensiva sistemática, constituída de coleta de dados para a identificação dos recursos arquitetônicos ou tecnológicos empregados no controle da segurança instalados na amostra da pesquisa, busca-se compreensão dos instrumentos utilizados no combate à violência. Como terceiro procedimento, utilizando a técnica de observação direta extensiva através de questionário dirigido à população, procura-se uma aproximação e efetivo posicionamento dos respondentes sobre a percepção do medo relacionado à ocorrência dos crimes. Na última etapa, para abrangência necessária do olhar sobre a interpretação dos itens levantados, se fez necessária a consolidação das informações obtidas nas fases anteriores. Os resultados obtidos neste processo confirmam que os habitantes demonstram medo e receio ao utilizar espaços públicos. O sentimento de insegurança traz desconforto na relação com os desconhecidos, induzindo ao isolamento social e espacial, denotado pela excessiva fortificação dos edifícios, e entendida como reflexo da falta de confiança nas entidades públicas envolvidas na prevenção ao crime. Conclui-se, neste estudo, que os fatos levantados acarretam mudanças comportamentais percebidas na utilização dos espaços, mostrando a dificuldade dos cidadãos na apropriação urbana, induzindo ao abandono dos espaços públicos e tornando urgente a superação deste grande problema social da atualidade.

Palavras-chave: Violência urbana. Segregação. Securitização. Medo. Prevenção ao crime. Apropriação do espaço urbano.

ABSTRACT

Through the alterations perceived in the landscape of Brazilian cities, linked to the installation of crime prevention equipment, we seek to understand the unbridled need for control that negatively affects the interaction of the inhabitants with the environment. This process of fortification of private or public spaces, together with the criminality explored by the media, can change the way people experience the fear of violence and how social relations take place, and can collaborate with segregation and induce social conflicts. The purpose of this research is to evaluate how the perception of urban violence can be influenced by the use of surveillance and securitization devices, with possible changes in the use of urban spaces in the city of Curitiba. It is sought, through field research with exploratory character, the approximation to the studied environment through the examination of qualitative descriptions of the aspects involved in the phenomenon. In this process, the first part of the investigation characterizes the urban violence from a documental research of secondary sources to obtain statistical data on the occurrence of crimes in the selected region. In a second moment, through intensive systematic direct observation, consisting of data collection for the identification of architectural or technological resources used in security control installed in the research sample, we seek to understand the instruments used to combat violence. The third procedure, using the technique of extensive direct observation through a questionnaire addressed to the population, seeks an approximation and effective positioning of the respondents on the perception of fear related to the occurrence of crimes. In the last stage, for the necessary comprehensiveness of the look on the interpretation of the items surveyed, it was necessary to consolidate the information obtained in the previous stages. The results obtained in this process confirm that the inhabitants show fear and apprehension when using public spaces. The feeling of insecurity brings discomfort in the relationship with strangers, inducing social and spatial isolation, denoted by the excessive fortification of buildings, and understood as a reflection of the lack of confidence in public entities involved in crime prevention. It is concluded, in this study, that the facts raised bring about behavioral changes perceived in the use of spaces, showing the difficulty of citizens in urban appropriation, inducing the abandonment of public spaces and making it urgent to overcome this major social problem of today.

Key-words: *Urban violence. Segregation. Securitization. Fear. Crime prevention. Urban space appropriation.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa das divisas dos bairros de Curitiba, com a localização dos bairros com maior e menor renda mensal e bairros com maior e menor ocorrência de crimes	44
Figura 02 – Gráfico com horários de incidência de roubos em ambientes públicos	50
Figura 03 – Gráfico com horários de incidência de roubos em residências	50
Figura 04 – Gráfico com horários de incidência de furtos em residências	51
Figura 05 – Gráfico com horários de incidência de furtos em veículos	52
Figura 06 – Mapa de ruas no bairro Batel	54
Figura 07 – Mapa de ruas no bairro Prado Velho.....	55
Figura 08 – Mapas de calor dos dispositivos encontrados nos bairros Batel e Prado Velho	57
Figura 09 – Imagens das ruas com maior concentração de dispositivos no bairro Batel	58
Figura 10 – Imagem de câmera de vigilância.....	59
Figura 11 – Imagem de aviso de monitoramento	59
Figura 12 – Imagem de cerca elétrica	60
Figura 13 – Imagem de lança.....	60
Figura 14 – Imagem de arame farpado	61
Figura 15 – Imagem de muro alto	61
Figura 16 – Imagem de muro baixo.....	62
Figura 17 – Imagem de vigilante	62
Figura 18 – Gráfico com a relação entre quantidade de dispositivos identificados e número de lotes no bairro Batel.....	63
Figura 19 – Imagens das ruas com maior concentração de dispositivos no bairro Prado Velho	64
Figura 20 – Gráfico com a relação entre quantidade de dispositivos identificados e número de lotes no bairro Prado Velho.	64
Figura 21 – Gráfico com tipologia do imóvel relacionada a idade, escolaridade, gênero, raça e bairros	67

Figura 22 – Gráfico com motivos da escolha do imóvel relacionados a idade, escolaridade, gênero, raça e bairros.	68
Figura 23 – Gráfico com convivência entre vizinhos relacionada a idade, escolaridade e bairro	69
Figura 24 – Gráfico com sentimento de medo ao utilizar espaços da cidade relacionado a idade, escolaridade e bairro.	71
Figura 25 – Gráfico com indicação dos espaços indicando a sensação de insegurança relacionados a idade, escolaridade e bairro.....	72
Figura 26 – Gráfico com situações evitadas por medo relacionadas a idade, escolaridade e bairro.	73
Figura 27 – Gráfico com distribuição dos equipamentos nos bairros	74
Figura 28 – Gráfico com informação sobre câmeras de segurança transmitirem sensação de segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro.....	75
Figura 29 – Gráfico com informação sobre cercas elétricas transmitirem sensação de segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro	76
Figura 30 – Gráfico com informação sobre grades e muros altos transmitirem sensação de segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro.....	77
Figura 31 – Gráfico com informação sobre guaritas transmitirem a sensação segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro	78
Figura 32 – Gráfico com informação sobre agentes de segurança privada transmitirem sensação de segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro.....	79
Figura 33 – Gráfico com confiança nas medidas de segurança adotadas no imóvel relacionada a idade, escolaridade e bairro	80
Figura 34 – Gráfico com contato pessoal com a violência urbana relacionado a idade, escolaridade e bairro.....	81
Figura 35 – Gráfico com meios de informação sobre a violência relacionados a idade, escolaridade e bairro	82
Figura 36 – Gráfico com confiança em órgãos públicos no combate à violência relacionada a idade, escolaridade e bairro	83

Figura 37 – Gráfico com opinião sobre medidas de controle à violência relacionada a idade, escolaridade e bairro.....	84
Figura 38 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporcionalidade de ocorrências de crimes, tipos de delitos, tipologia de edificação dos respondentes e motivos da escolha do imóvel	86
Figura 39 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporcionalidade de ocorrências de crimes, tipos de delitos, relato sobre sentimento medo, e situações a serem evitadas por receio de violência	87
Figura 40 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporcionalidade de ocorrências de crimes, tipos de delitos, convivência com vizinhos, sentimento de medo e experiência com violência	88
Figura 41 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à distribuição dos equipamentos eletrônicos de segurança, distribuição dos equipamentos físicos de segurança, opinião sobre o uso de equipamentos de segurança e opinião sobre medidas adotadas de segurança no imóvel.....	89
Figura 42 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporção de ocorrências, tipos de delitos, meio como recebe informações sobre violência e sentimento de medo.....	90
Figura 43 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporção de ocorrências, tipos de delitos, confiança nos órgãos públicos e conhecimento sobre estratégias de combate à criminalidade.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Exemplo de planilha utilizada para reconhecimento dos elementos no levantamento físico	39
Tabela 02 – Exemplo de planilha utilizada para totalização do número de elementos no levantamento físico	39
Tabela 03 – Identificação dos bairros na cidade de Curitiba, com seus indicadores de rendimento médio mensal por domicílio e a relação entre número de ocorrências criminais e sua população.....	42
Tabela 04 – Indicação dos delitos registrados no bairro do Batel, de delitos registrados na cidade de Curitiba, a relação entre ocorrências e total de crimes no bairro, a relação entre ocorrências e número de domicílios no bairro e a relação entre ocorrências no bairro e ocorrências no município de Curitiba.....	47
Tabela 05 – Indicação dos delitos registrados no bairro do Prado Velho, de delitos registrados na cidade de Curitiba, a relação entre ocorrências e total de crimes no bairro, a relação entre ocorrências e número de domicílios no bairro e a relação entre ocorrências no bairro e ocorrências no município de Curitiba.....	48
Tabela 06 – Exemplo de planilha para catalogação dos elementos identificados no levantamento físico	56
Tabela 07 – Exemplo de planilha para totalização do número de elementos identificados no levantamento físico	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPE	Centro de Análise, Planejamento e Estatística
CPTED	<i>Crime Prevention Trought Environmental Design</i>
ed.	Edição
Ed.	Editor
ERF	Espaços Residenciais Fechados
f.	Folha
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
p.	Página
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SESP-PR	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
TCA	Teoria da Criminologia Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	TERRITÓRIOS URBANOS, SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO	18
2.2	A TRILOGIA VIOLÊNCIA, CRIME E MEDO	23
2.3	ARQUITETURA E DESENHO URBANO COMO DISPOSITIVOS DE CONTROLE	28
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
4	CRIME, DISPOSITIVOS DE SECURITIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DO CRIME EM CURITIBA	46
4.1	DADOS CRIMINAIS NA CIDADE DE CURITIBA	46
4.2	OS DISPOSITIVOS DE SECURITIZAÇÃO E VIGILÂNCIA EM BAIRROS DE CURITIBA	53
4.3	A PERCEPÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE CURITIBA	65
4.4	BAIRROS, MORADORES E VIOLÊNCIA EM CURITIBA.....	85
5	CONCLUSÃO.....	91
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO E REPOSTAS.....	106

1 INTRODUÇÃO

No complexo processo de planejamento das cidades contemporâneas é primordial a busca de uma experiência positiva dos usuários com as cidades. O equilíbrio entre vazios e espaços construídos, o contato com a natureza, a possibilidade de um convívio harmonioso com outros moradores dos bairros são intenções projetuais indutoras da integração dos habitantes com seu meio. Mas, o indivíduo que utiliza os espaços das cidades, não fica alheio aos atuais processos de fortificação implantados nos edifícios e espaços públicos, que alteram de alguma forma sua leitura e uso. Essa mudança na relação dos indivíduos com os espaços parece estar vinculada a uma necessidade incontrolável de proteção, provocada pelo medo, que nem sempre vem acompanhado de uma definição ou motivação precisa, mas é constantemente demonstrado através dos inúmeros artifícios encontrados na paisagem e percebidos no cotidiano (MORAIS, 2017).

A busca insistente por proteção pode estar ligada às dificuldades no enfrentamento das diferenças e interesses, ou na dificuldade em lidar com o desconhecido. Independentemente de que grupo pertence ou se identifica, segundo Adorno (2002), o sentimento de medo do crime vem crescendo em todas as camadas da sociedade, que percebe insegurança no seu cotidiano.

Desde a fuga para o interior das cavernas até as atuais invasões virtuais nos equipamentos eletrônicos, a manifestação do medo vem acompanhando o homem e suas relações. A utilização de artifícios para controle do elemento diferente e indesejável, necessária para a proteção das comunidades, deixou marcas na configuração e na paisagem dos assentamentos, demonstrando a relação dos espaços com a violência entre os povos. A maneira como se percebe a violência também sofre adequações acompanhando o desenvolvimento social, político, econômico e tecnológico. Como exemplo, os moradores da cidade de Londres durante o século XVIII, rotineiramente saíam armados e evitavam espaços públicos durante a noite devido à percepção de insegurança (QUEIROZ, 2004).

No período da industrialização, com a violência no cerne das comunidades, e não mais focada no invasor, estabeleceu-se um grande problema social nas cidades. O sentimento de vulnerabilidade, então, ganha nova roupagem, pois além dos conflitos sócio-políticos, descortinou-se o anonimato do homem na multidão; trata-se

de mais uma provocação do medo do outro, do desconhecido, do disforme, do caos (JOB, 2003).

Com o individualismo, estabelece-se uma separação dos cidadãos entre os permitidos e os indesejados, limitando a liberdade e uso dos espaços. Mesmo nos países com reconhecido desenvolvimento social e econômico existe um sentimento de pânico em relação a desconhecidos. Bauman (2008) aponta que as comunidades que desfrutam de um nível de conforto nunca antes atingido na história sentem-se ameaçadas, inseguras e inclinadas ao pânico, buscando alívio através do desenvolvimento das tecnologias de vigilância, majoritariamente dirigidas a ameaças terroristas.

Supostos desvios, que podem eclodir em qualquer lugar ou a partir de qualquer indivíduo não percebido na multidão, levam as autoridades a classificar elementos potencialmente perigosos às sociedades, baseando-se em critérios de cor ou etnia, gênero e outras características socioculturais, induzindo e intensificando a segregação social e o perigoso avanço da violência urbana. Com o descontrole dos eventos violentos, a sociedade busca proteção e deixa marcas no espaço urbano através de uma “arquitetura defensiva contemporânea”, apontada por Firmino (2017, p. 28), que trazem barreiras físicas ou eletrônicas camufladas em elementos arquitetônicos ou de mobiliário urbano, com o intuito de definir “territórios urbanos” e a delimitação de seu uso.

No Brasil, a percepção da segregação está ligada à própria formação das cidades, e a presença de pobres, índios ou escravos é recebida com desaprovação e afastamento por parte das elites (PECHMAN, 1996). Isso se dá essencialmente a partir do deslocamento da estrutura agrária escravagista para os espaços urbanos, o que mudou o controle sobre os negros escravizados. Esse grupo, anteriormente mantido pelos proprietários agrícolas, passa a ser controlado pelo Estado (BATISTA, 2003), que impõe a ordem por meio de seus antiquados padrões de policiamento – nem sempre eficientes –, baseados na tradição do domínio através da força sobre os despossuídos (WACQUANT, 2008), gerando violência entre classes. Tais ações proliferaram novos conflitos, pois, com o aumento da população urbana, intensifica-se também o problema habitacional.

O crescimento no número de trabalhadores, com o desenvolvimento da industrialização do séc XX, acelerou o fluxo migratório, aumentando a necessidade por habitações populares e a disputa por espaço (KOWARICK, 1979). O processo de

segregação se intensifica com os assentamentos populares de alta densidade demográfica, sem reconhecimento da cidade oficial, geralmente fora do perímetro central; são áreas que invariavelmente enfrentam carências urbanas (saneamento, educação, saúde e transporte), e constituem territórios evitados pelas elites – que se defendem construindo bairros exclusivos (ROLNIK, 1999), isolados e protegidos.

Essas dificuldades sociais se agravaram na década de 1970 como reflexo do desenvolvimento econômico e de processos políticos (FIORI, 2001): empenhou-se na tentativa de impulsionar a industrialização brasileira e abandonar a produção essencialmente agrícola. Essa ação provocou desmedida concentração de renda e uma repressão refletida nos dez anos posteriores; houve diminuição na oferta de empregos e redução dos salários o que acarretou em déficit habitacional e ampliou a instalação de habitações irregulares (SINGER, 2003) – um movimento que vem sendo agravado até os dias de hoje, com a eclosão de conflitos sociais acompanhados de violência urbana (SÁ; SOUZA, 2002; SANTOS; SILVA, 2020). Passaram, então, a ser adotadas soluções repressivas e coercitivas para manutenção da ordem, não levando em consideração as necessárias medidas de desenvolvimento social (AGUILERA, 2013). Nesse cenário, a criminalidade violenta é, segundo Lira (2017, p. 47), a “endemia social contemporânea comum encontrada nas cidades”, reflexo da desonrosa posição do Brasil no ranking das sociedades mais desiguais no globo (CAMPELLO et al., 2018).

A violência urbana está refletida numa relação obsessiva pela segurança. A tentativa de controle do território e a criação de barreiras para inibir o crime demonstram uma sensação de insegurança relatada pelos habitantes e talvez nunca eliminada, pois o medo é um sentimento que sempre acompanhou os indivíduos. Nesse cenário, para tentar desfrutar de um sentimento de maior tranquilidade, buscam-se cada vez mais artefatos de proteção, como implementação de tecnologias militares, vendidos como solução aos problemas sociais (GRAHAM, 2016).

O mercado oferece ferramentas que acabam insulflando uma sensação de fragilidade nos indivíduos; a utilização desses dispositivos passa a ser defendida como essencial, sem a devida compreensão ou entendimento de sua grande complexidade. Trata-se de um problema reconhecidamente social, que vem sendo evidenciado pela segregação e intolerância, ocasionando a violência urbana e alimentando o processo. A grandeza do fenômeno impõe urgência no seu entendimento como definidor das relações espaciais, elemento fundamental no

planejamento das cidades que desejam intensificar a vivência e a apropriação urbana nos seus habitantes.

Este estudo se justifica pela análise da manifestação do medo da violência urbana nos cidadãos, reconhecida nas mudanças de comportamento social decorrentes de expressões de proporção – por vezes descontroladas – de defesa do crime, alterando a relação dos indivíduos com o espaço público ou privado. Pretende-se entender como o medo da violência urbana é percebido pela comunidade e quais suas implicações na vida cotidiana, tendo como cenário o espaço urbano e a utilização de ferramentas de proteção, bem como a real necessidade da instalação destes implementos. Esse debate se dedica a responder o seguinte questionamento: Como o uso de dispositivos de vigilância e securitização pode alterar a percepção da violência, induzindo medo e, com isto, modificar a relação dos indivíduos com os espaços, diminuindo suas atividades coletivas na cidade contemporânea?

Em suma, o Objetivo Geral desta pesquisa é avaliar a maneira como a percepção da violência urbana pode ser influenciada pela utilização de dispositivos de vigilância e securitização, com possíveis modificações no uso dos espaços urbanos na cidade de Curitiba. Tem-se, como desdobramentos, os seguintes Objetivos Específicos:

- Analisar a ocorrência de crimes nas regiões controladas por artefatos de segurança;
- Avaliar os recursos arquitetônicos e tecnológicos empregados na garantia de segurança patrimonial ou pessoal na cidade de Curitiba;
- Analisar a percepção, o comportamento e o enfrentamento do medo relacionado à violência urbana, estabelecido no cotidiano dos habitantes na cidade;
- Comparar os dados levantados para que se tenha um panorama da situação dos habitantes em relação ao enfrentamento da violência urbana.

Esta investigação se debruça na afirmação de que os habitantes demonstram medo da violência urbana, assimilando que a vida nos espaços externos está continuamente sujeita a perigos; constatam-se, então, alterações no comportamento social dos indivíduos, que preferem o isolamento – essa conduta é definida como “mixofobia” por Bauman (2008, p. 86). O medo também é delatado pela excessiva utilização de artefatos para proteção, com a fortificação não somente implantada, mas intencionalmente demonstrada (SANTOS NETO, 2016).

As mudanças comportamentais e espaciais têm, aqui, a cidade de Curitiba, com seu descontrole sobre o crime, como cenário para ilustrar de que modo o crescimento da violência pode trazer desconforto aos seus habitantes. Essas compreensões conduzem à hipótese de que os moradores demonstram o sentimento do medo, delatado pela excessiva utilização de artefatos para proteção, que podem alterar a percepção da violência urbana e modificar a maneira como os indivíduos se relacionam com os espaços na cidade.

Como contextualização é necessário informar que Curitiba é a capital do Paraná, um dos três estados que compõem a Região Sul do Brasil. O município tem 434.67 km² e é formado por 75 bairros distribuídos em 10 regionais (PMC, 2020b). Essas regionais são subdivisões com intenção de facilitar a operacionalização, integração e controle das atividades (PMC, 2020a). A população estimada de Curitiba, em 2020, foi de 1.948.626 habitantes (IBGE, 2010) e, mesmo apresentando valores abaixo da média brasileira para taxa de homicídios, possui algumas regiões com valores que merecem atenção pelos elevados indicadores de criminalidade. A violência registrada oficialmente no município, possui uma taxa de 1,09% para a relação entre 20.972 ocorrências criminais (CAPE, 2019a) e seu número de habitantes (IBGE, 2010).

A discussão conduzida neste documento se desenvolve através de introdução, fundamentação, procedimentos metodológicos, estudo empírico e conclusão. A Introdução, pois, trouxe a justificativa deste estudo, apontando para o uso de artifícios de proteção que influencia a percepção do medo do crime, afetando a maneira como os espaços da cidade são apropriados pela população, induzindo ao objetivo geral, específicos e hipótese, como elementos de estruturação da pesquisa. Para a melhor compreensão e aproximação dos problemas abordados, faz-se necessária a análise de textos sobre territorialidade e seus conflitos, segregação urbana, e a relação entre violência, crime e medo que desencadeia alterações na arquitetura e no desenho urbano – temas abordados na fundamentação teórica. A abordagem dos processos necessários para a definição do recorte espaço-temporal e o método utilizado para levantamento dos dados e sua posterior análise são descritos no item sobre procedimentos metodológicos. Com o estudo empírico, então, são demonstrados e analisados os dados obtidos ao longo desta pesquisa para que se possa, na conclusão, discutir os procedimentos e as interações entre os dados levantados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para aproximação à realidade desta pesquisa, faz-se necessária a investigação de questões envolvidas no fenômeno, sendo abordadas em três momentos distintos. Inicialmente, com “Territórios urbanos, segregação e exclusão”, são analisados o espaço, suas definições, os olhares sobre o processo de ocupação do meio urbano e suas consequências, induzindo a um processo de fragmentação. A relação entre “A violência, o crime e o medo” é abordada num segundo momento, com a identificação de seus desdobramentos no cotidiano urbano, e está diretamente relacionada ao último tema do capítulo, “Arquitetura e o desenho urbano”, sobre dispositivos utilizados como suporte à crescente busca por controle da violência urbana.

2.1 TERRITÓRIOS URBANOS, SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO

Diante da compreensão de que a violência altera a relação de habitantes com espaços existentes nas cidades, faz-se necessário avaliar como a espacialidade pode ser percebida em uma tentativa de imersão na sua complexidade. O entendimento do termo “Espaço” engloba algumas definições específicas, que podem levar a uma visão geográfica: o Espaço Material é delimitado pela espacialidade física dos ambientes e o Espaço Imaterial é constituído pelas dinâmicas sociais e práticas envolvidas (GOMES, 2014).

Essas definições se entrelaçam com a concepção de Espaço Público, conceito que não pode ser somente compreendido pelas ruas, alamedas, praças, ou tudo o que acontece nos espaços residuais entre construções; deve, sim, considerar todos os espaços importantes e constituintes de uma intenção urbanística, cultural e política (ROSANELI; DALMOLIN; FARIA, 2019). Esse Espaço Público pressupõe, além do sentido geográfico, a existência de uma cena pública como requisito indispensável mínimo de liberdade formal e real (SOUZA, 2008). Já como oposição, o Espaço Coletivo se mostra simplesmente como espaço de uso comum, sem necessariamente

abrigar interações sociais. Conforme afirma Souza (2008, p. 80): “Todo espaço público é um espaço coletivo, mas nem todo espaço coletivo é, assim, um espaço público”.

Outra apreciação pode dirigir o olhar sobre a dualidade entre Público e Privado; essa distinção passa por caminhos e fronteiras não muito precisas, devido a “modificações da esfera pública provocadas pelas inovações técnicas na comunicação e na informação”, relatadas por Innerarity (2010, p. 12). Com o advento das comunicações digitais, alteraram-se os limites da formação de opinião, levando a uma fragmentação que muitas vezes não atende à construção política necessária, pois é um contexto que traz certo desligamento em relação à comunidade local. Tratam-se de ciberespaços que colaboram para um isolamento generalizado acompanhado da perda de identidade local e segregação dos territórios, condições provocadas pela retirada do espaço público e pela tendência de intolerância ao diferente (BAUMAN, 2009). O relacionamento através das novas mídias mudou a noção de diversão e sociabilidade (GUMPERT; DRUCKER, 1998), trazendo novas conotações, agora mais íntimas, individualistas e sem relação com a geografia, que confrontaram a noção de comunidade global. Nesse sentido, citando Gumpert e Drucker (1998, p. 428): “quanto mais desligados somos do nosso entorno imediato, mais tendemos a confiar em vigilância”.

É necessário, nessa circunstância, delimitar o uso da expressão “lugar”, que corresponde aos espaços dotados de significado, simplesmente associados a alguma identidade; já a definição de “território”, por sua vez, é traduzida pelas delimitações geográficas em função das relações de poder (SOUZA, 2008). Essa territorialização, alerta-se, deve ser apreendida com suas delimitações, criando extremos: de um lado, os territórios ilegais dominados por grupos criminosos (segregação induzida), representados pelas favelas e periferias, e de outro, as camadas privilegiadas e entrincheiradas com seus opressivos sistemas de segurança (auto-segregação), constituídas por condomínios exclusivos e loteamentos fechados (SOUZA, 2008).

Esse movimento, que pode ser entendido como de exclusão, tem potencial para nutrir uma forma de manifestação de poder: os indivíduos que de alguma maneira têm opção de escolha – seja em relação ao local da moradia ou aos elementos de convívio social – definem quem são os excluídos que, por sua vez, não são consultados sobre essa escolha (BAUMAN, 2003). Tal definição pode ser reconhecida como uma narrativa urbana de violência sofrida por certas camadas da sociedade que, menos favorecidas economicamente, são induzidas a ocupar espaços residuais da cidade.

gerando em seus indivíduos um medo denominado por Silva (2004, p. 23) de “cárcere social”; nesse caso, a privação da liberdade não acontece por vitimização, mas por sobrevivência. O mesmo autor argumenta que um indivíduo circulando à noite pelas ruas de um bairro suburbano não tem a mesma proteção oferecida a um morador que anda por um bairro nobre da cidade rodeado de restaurantes.

De fato, as ocupações marcadas pela precariedade e pobreza trazem uma imagem atrelada à violência e a estigmatização de “espaços do crime”, entendidas como áreas a serem evitadas (BALDAN, 2019; SOUZA, 2008). Invariavelmente, tratam-se de zonas destituídas de algum controle urbanístico, contribuindo para a exclusão de seus moradores da imagem ideal de uma cidade. Essa situação pode acabar inibindo a utilização dos espaços, fazendo com que seus habitantes não somente os evitem, mas sintam temor pelo que possam oferecer; estão, assim, expostos ao que Souza (2008, p. 58) chama de “exclusões e auto-exclusões”, ou seja, quando forças de poder dentro de comunidades definem a mobilidade de seus moradores.

Os usuários de espaços como favelas e/ou periferias têm, segundo Silva (2004, p. 23), “acolhimento, mas também [sofrem] abandono e perigo, pois via de regra essas ocupações não são resultado de escolhas e, quando acontecem, trazem imposições de clandestinidade muitas vezes atreladas ao crime”. As desigualdades e a falta de oportunidades geram disposições para mais agressividade e criminalidade na construção de uma onda de pertencimento à violência (ATKINSON; MILLINGTON, 2019). Assim, traz-se a percepção de que problemas de segurança estão diretamente ligados às questões de ordem social e econômica (SOUZA, 2008), sendo desencadeados pelos baixos níveis de instrução, pelo tráfico de drogas e pela omissão do estado (ZALUAR, 1995; SOARES, 2001; SOUZA, 2008). Com esta leitura dos ambientes relacionados à oportunidade de ocorrência de crimes, as camadas favorecidas se afastam, não buscando o entendimento das carências, dos conflitos sociais ou econômicos, muito menos a possibilidade de seu arrefecimento. O único foco desses grupos acaba sendo a adoção de um caminho mais imediato e fácil, possibilitado pela “compra da segurança”, que impede aproximações e cria barreiras cada vez mais abrangentes e sofisticadas na tentativa de demarcar seu território e afastar o diferente.

Essa exclusão, no entanto, pode influenciar de modo inverso: a busca pelo afastamento de algo que pode trazer alguma ameaça induz ao afastamento do outro,

do diferente, daquele que possa trazer o mal, conseqüentemente levando indivíduos e grupos sociais à reclusão e ao auto isolamento (BAUMAN, 2009; SOUZA, 2008). Esse fenômeno é percebido nas camadas mais favorecidas economicamente, aquelas que por terem dificuldade de relacionamento acabam construindo barreiras para isolar as pessoas (KOURY, 2008), isto é, buscam os enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) como forma de se protegerem da criminalidade urbana. A criação e ocupação de construções protegidas por estruturas de vigilância e securitização, tendo em seu interior somente “escolhidos” para o compartilhamento de determinadas experiências sociais, parece uma exigência para a vida moderna, conseguida através do promissor mercado da segurança. Em meio a essa guerra de domínio sobre o espaço da cidade, existe ainda outra camada: a dos desprotegidos. Trata-se de bairros de classe média, áreas comerciais e espaços públicos que não pertencem a nenhum dos dois grupos e, infelizmente, estão os mais expostos à criminalidade e à violência (SOUZA, 2008). Como essa fatia da sociedade não tem “delimitações físicas reconhecidas e aceitas pelos territórios modernos”, conforme apontado por Firmino (2017, p. 26), depende unicamente da provisão das autoridades públicas, já que foram excluídas da proteção dos exércitos privados (KANASHIRO, 2006).

Com a constatação de que a explosão urbana não contabiliza somente o número de habitantes, mas também suas condições de vida, entende-se também que batalhas, motins, guerras e combates de ruas apenas deixam vítimas do descaso social. Na experiência de se viver em um bairro pobre, sem água ou escola, envolver-se com um grupo criminoso pode ser traduzido como forma de pertencer à cultura urbana imposta, uma vez que se deve reconhecer que a maioria dos criminosos não é formada por pessoas atraídas pela violência em si. É preciso entender a realidade do integrante de uma gangue com uma arma na mão, pois enquanto a situação particular desses indivíduos não mudar, a violência nas cidades permanecerá a mesma, ou apenas aumentará. Faz-se necessária uma revisão do paradigma da violência que tem como antípodas os bairros pobres, pois uma cidade habitável só nasce com uma estrutura social sólida (PEDRAZZINI, 2006).

A evidência da violência urbana pode ser atribuída a fatores socioeconômicos como pobreza, desemprego ou desigualdades sociais (SOUZA, 2008), questões que podem levar as pessoas à criminalidade não pela falta de valores morais, mas pela falta de bens materiais (OC; TIESDELL, 1997). Essa relação entre miséria e criminalidade é defendida por alguns autores que a consideram resultante de altos

níveis de atividade produtiva organizada acompanhados da escassez de empregos (SANTOS, 2006). Tal noção também pode ser percebida como equivocada e preconceituosa, quando considerado que um grande número de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza não tem envolvimento com o crime (ZALUAR, 1995). De qualquer forma, a imagem da violência e da criminalidade está geralmente atrelada a áreas urbanas precarizadas e destinadas à população carente; a formação dessa ideia estigmatizada, por vezes representada por meios de comunicação, de espaços perigosos e destinados ao crime, e que deveria ser evitada, está contribuindo para a segregação socioespacial (BALDAN, 2019).

A segregação pode ser identificada de três maneiras distintas (LOJKINE, 1997). A primeira, tomando como parâmetro a geografia, permite constatar a oposição entre Centro e Periferia, contraste sempre percebido na configuração das cidades. Também é possível pelo viés da delimitação funcional, em que algumas regiões são induzidas a atividades específicas, como de uso residencial, comercial ou industrial. Por fim, a terceira e mais complexa, considera fatores econômicos e sociais manifestados pelo contraste nas áreas ocupadas pelas moradias de classes populares e classes privilegiadas. Diante disso, constata-se que a segregação espacial traz consequências múltiplas em diferentes âmbitos, e reconhece-se que viver na cidade significa expor-se ao medo, e que é necessário enfrentar a realidade desses espaços que acumulam diferenças – de uso, idade, raça, classe, etc – e que podem também trazer riscos (BAUMAN, 2009).

Atenta-se, assim, para uma bilateralidade na tendência de afastamento que decorre desse medo do “outro”. Um lado busca a homogeneidade de grupos baseada em classes econômicas e sociais, com indivíduos se distanciando da convivência com diferentes, seja através de endereços exclusivos ou de círculos sociais restritos e protegidos por modernos sistemas de segurança (INNERARITY, 2010). O outro lado corresponde à parcela da população forçada, induzida ou confinada a viver em local que, se pudesse escolher, não viveria (SOUZA, 2008). Esse segundo grupo é percebido com desconforto e esquivamento por parte daquele primeiro, configurando aquilo que se pode chamar de política higienizadora.

Esse movimento não é exclusivo da atualidade; o medo da população em relação aos “desocupados e perigosos” foi percebido desde as cidades pré-industriais da Idade Média (LE GOFF, 1998). Esse sentimento que a princípio foi entendido como componente de normas sanitárias, transformou-se em “higienismo social” de

afastamento dos pobres e doentes (MELGAÇO, 2010; VERGARA; GARÍN, 2016). Essas foram as primeiras políticas urbanas do Brasil que, utilizando-se o pretexto do controle social através da implementação de regras de saneamento e infraestrutura, mascararam um controle de vizinhanças e dos mais pobres (PECHMAN, 1996; DEVALLE, 2018).

Consolida-se, assim, um movimento de redefinição espacial baseado na territorialidade social, mas que está desconectado do enfrentamento da realidade. Isso porque a existência da sociedade só se justifica se estiver baseada na coexistência de indivíduos e elementos com o mundo real (BURCOWSKI, 2013); Souza (2008, p. 73) ratifica:

A auto-segregação é uma solução escapista. Representa uma fuga e não um enfrentamento, muito menos um enfrentamento construtivo. Como tal, não passa de uma pseudo-solução. Se, de uma parte, os “condomínios exclusivos” prometem solucionar os problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite, de outra parte deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem. Pior: no longo prazo, colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinados aspectos.

Essa busca por espaços protegidos na tentativa de isolar-se do diferente é percebida, no poder da narrativa urbana, na contramão do uso do espaço público fundamentado na apropriação da manifestação democrática (BAUMAN, 2003). Tem-se uma realidade que distorce o ideário social das cidades: pessoas deixam de realizar obrigações públicas comuns, associadas a um propósito, em nome do medo e da intolerância – que induzem uma preferência para que se mantenham bem afastadas de outros grupos sociais (JACOBS, 2000[1961]).

2.2 A TRILOGIA VIOLÊNCIA, CRIME E MEDO

Apesar de todas as definições possíveis em várias áreas do conhecimento, crime e violência possuem um aspecto concreto na organização das sociedades pois estão definidos no arcabouço legal da maioria dos países. O Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei n. 3.914, de 9 de dezembro de 1941) considera como crime a infração

penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, podendo ser efetivado com o uso da violência ou não (BRASIL, 1941). Já “violência” pode ser definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002).

A percepção de situação insegura ou da possibilidade da ocorrência do crime leva a insegurança a ser relacionada diretamente ao crime (CHABIGOFF; BERNARD, 1988). De fato, criminalidade e medo do crime são comumente associados e tratados como fenômeno único, pois mesmo existindo relações vinculadas, possuem dinâmicas e características próprias (TRINDADE, 2019). É necessário, portanto, cuidado com a associação direta e cotidiana entre o crime e o conceito de violência, para que não se tenham conclusões simplistas dos acontecimentos; segundo Melgaço (2010, p. 59), considerar violência como sinônimo de crime é reduzir a discussão somente aos atos previstos em lei, encerrando um debate mais amplo e verídico.

Faz-se necessária essa abordagem para o entendimento de que a violência interfere no cotidiano dos habitantes e tem enorme influência na conformação da paisagem das cidades (SANTOS, 2006). Tal fenômeno deve ser observado pelo contexto da ação e de sua fragmentação na complexidade do campo social, pois as referências estáveis de valores coletivos (PORTO, 2000) já não são mais suficientes. A contemporânea vida caótica, diferentemente dos padrões anteriormente abordados pela sociologia, contém alterações que envolvem, segundo Wieviorka (2009):

- “Processos individuais”, que buscam a inserção na sociedade de consumo suscitando um desejo de pertencimento a uma comunidade. Questão que, por outro lado, configura uma tentativa por vezes frustrada de reconhecimento, desencadeando sentimentos de frustração e injustiça acompanhados de violência (pelo ódio de não ser identificado) ou da busca desesperada por ascensão social;
- “Mutações sociais”, tendo a violência desencadeada por fortes sentimentos de discriminação cultural ou racial;
- “Mudanças estatais”, pela diminuição – de forma lícita ou ilegal – do Estado e de sua capacidade de atuação administrativa, territorial, política e econômica na gestão pública, em detrimento das grandes corporações;

- “Globalização”, pela sua influência na fragmentação cultural, desencadeada pela mundialização da economia, padronização, perda da identidade e enfraquecimento do sentimento de comunidade.

Indivíduos sociais são tão frequentemente submetidos à insegurança diante da criminalidade, que esse sentimento se torna parte integral e fundamental da vida nas cidades. Žižek (2014 [2008], p. 18) define que a violência pode ser percebida de maneira “subjativa”, quando visível e com fácil identificação do agente nos atos criminosos; “simbólica”, quando abordada na linguagem e suas formas corriqueiras; ou “sistêmica”, quando imposta pelos sistemas econômicos e políticos. Então, observa-se um modo visível (subjativo) e outro simbólico ou sistêmico da violência, em escala coletiva, trivializada e aceita na vida em sociedade, trazendo relações diretas com as dinâmicas do medo no cenário do cotidiano urbano (WIEVIORKA, 1997). Essas questões são empregadas no entendimento de que o crime deve ser utilizado para a compreensão da cidade (ATKINSON; MILLINGTON, 2019), podendo ser analisado através de considerações sobre sua ocorrência.

Tem-se, então, a “Teoria da Criminologia Ambiental” (TCA), tradução de *Environmental Criminology Teory*, que busca entender as motivações do criminoso, e a distribuição dos agressores e das vítimas visando um aprendizado e entendimento sobre sua ocorrência. Segundo essa teoria, o crime somente se efetiva com a convergência de cinco elementos condicionantes: o espaço urbano (geográfico); a dimensão temporal (período do ano, semana, dia); a norma penal aplicável; o delinquente e o alvo. Também devem ser observados os seguintes fatores: a “Escolha Racional” pelo criminoso, que analisando o ato criminoso pesa seus riscos e benefícios (CLARKE; CORNISH, 2012 [1985]); a “Atividade de Rotina”, que acredita na união de um agressor motivado, um alvo desejado e a ausência de guardiões (COHEN; FELSON, 2012 [1979]); e “Padrões Criminais”, que relacionam o espaço com oportunidades do crime (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1981).

Para obter um panorama sobre a ocorrência de crimes, pode-se analisar as estatísticas que, no contexto das grandes cidades brasileiras, têm demonstrado um crescimento oficial expressivo, colaborando para aumentar o sentimento de medo e insegurança (SILVA, 2004). Sabe-se, no entanto, da possibilidade que esses índices de criminalidade têm de serem ampliados devido a subnotificações de ocorrências; tem-se, pois, uma categoria de indicadores difíceis de serem avaliados, pois transmitem a sensação de “crime não ocorrido” (SANTOS, 2006), alterando a visão

sobre a realidade. Essa visão também pode ser manipulada pela divulgação excessiva, por parte da mídia, dos “crimes problemas”, como homicídios, sequestros, roubos e outros delitos que apresentam um grande impacto social e causam comoção pública ou intenção política (DANTAS; PERSIJN; SILVA JÚNIOR, 2007).

Nesse sentido, Zaffaroni (2012, p. 307) defende que “a criminologia midiática cria estereótipos”, dividindo de um lado pessoas decentes e de outro uma massa de criminosos, fazendo com que seja necessário um serviço de proteção, provocado pelos seus assédios perversos. Deve-se cuidar, ainda, na utilização do termo “criminalidade urbana”, pois as características da população e do espaço podem influenciar os atos criminosos, mas não são unicamente suas causas (ESTEVES, 1999); antes, devem ser entendidas pela complexidade de suas condicionantes relacionadas ao efeito sobre a percepção, trazendo o medo como uma de suas consequências mais perversas.

“O medo pode ser entendido como o estado emocional resultante da consciência de perigo, de ameaça real ou imaginária, preocupação com determinado fato ou com sua determinada possibilidade”, segundo o dicionário Larousse (2007, p. 662). Sem dúvida, esse é um sentimento pertencente a toda criatura viva – descrito como reação – que pode oscilar entre a fuga e a agressão (BAUMAN, 2008), e produzir um estado de alerta com objetivo de motivar o indivíduo a enfrentar situações ameaçadoras (ÖHMAN; RÜCK, 2007).

A sensação de medo, pois, tem respostas comportamentais com manifestações emocionais ou fisiológicas (DANTAS; PERSIJN; SILVA JÚNIOR, 2007), sendo controladas por um circuito neural específico (LEDOUX, 2000; HEBERLEIN; ATKINSON, 2009), e percebidas por meio de alterações na segregação de adrenalina, no ritmo cardíaco e no aumento da insulina (EKMAN; LEVENSON; FRIESEN, 1983; EKMAN, 2004). Segundo a psiquiatria, área das ciências médicas dedicada ao estudo do medo, ele se manifesta através da síndrome de ansiedade patológica, que se desdobra no estudo do transtorno de pânico, agorafobia, fobia específica, fobia social, transtorno de ansiedade generalizada, dentre outros transtornos de ansiedade (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 1997) que geralmente estão vinculados à experiência urbana.

Dessa forma, constata-se que vida dentro das cidades não pode ser desacoplada do medo, podendo tanto estar relacionado a questões de integridade física – quando há temor do crime, do trânsito ou da agressão – como ser percebido

de maneira subjetiva – pelo temor do desemprego, de não cumprir compromissos, da solidão, e do desconhecido (BALDAN, 2019). O medo pressupõe experiências e percepções do mundo, mas pode desencadear o que Bauman (2008, p. 9) define como “Medo Derivado”, que gera uma conduta, mesmo que não mais exista a ameaça indutora a esse comportamento. O sentimento do medo causa insegurança e vulnerabilidade, e a falta de confiança para defesa de alguma ameaça hipotética pode levar a reações agressivas e defensivas pela simples suspeita de insegurança, novamente sem a compreensão de sua razão indutora.

O sentimento do medo proporciona estratégias para autopreservação, sendo uma delas o auto-afastamento ou a reclusão (FREUD, 2011 [1930]). Nesse sentido, a “cultura do medo” é ilustrada pela securitização nas cidades, afetando a apropriação dos espaços (AGUILERA, 2013) devido à busca assídua de estratégias para afastar, mesmo que temporariamente, o perigo (BAUMAN, 2008). O medo, quando generalizado, é transformado em obsessão; perde-se o controle, influi de maneira considerável no cotidiano, afetando as relações sociais, comerciais ou políticas (SABINO, 1984). O afastamento induzido pelo medo pode ameaçar conquistas trazidas por décadas de desenvolvimento social e das relações da organização urbana, como convivência e participação nas decisões da comunidade, que acabam sendo substituídas por encarceramentos (ZALUAR, 1996). Tem-se uma transformação que dificulta os relacionamentos sociais e provoca/amplia a sensação de solidão; “cultura do medo” (KOURY, 2008), pois, constrói o isolamento e faz com que o indivíduo tema tudo e todos.

Ao analisar as formas de medir o medo, Trindade (2019, p. 247) alerta para a necessidade de se considerar de três conceitos: a “vitimização”, que consiste na própria ocorrência do delito, nem sempre constante nas estatísticas pela falta de registro oficial em grande parte dos casos; o “medo do crime”, quando existe a possibilidade real e eminente de sua ocorrência; e a “percepção de risco do crime”, quando se constata a vulnerabilidade, sendo este item o principal causador das fobias relativas ao convívio nas cidades.

Deve-se compreender, ainda, que o isolamento, induzido pela segregação social na busca do afastamento do mal e do enfrentamento ao diferente, vem no sentido contrário do encontro do equilíbrio que, segundo Franklin e Franklin (2008, p. 17): “são os laços sociais, vínculos comunitários e coesão social, os principais aspectos que reduzem o medo”.

2.3 ARQUITETURA E DESENHO URBANO COMO DISPOSITIVOS DE CONTROLE

Os perigos existem e precisam ser evitados, mas a atualidade exige que sejam eliminados na mesma velocidade que foram revelados, pois a vida moderna traz a premência do alívio imediato, trazendo aflição e intolerância. Faz-se necessário o reconhecimento de que os indivíduos são todos iguais, buscando unilateralmente sua sobrevivência, e que existe pouca ou nenhuma diferença entre os “filhos da luz e as crias das sombras” (BAUMAN, 2008). Mas, entre as classes sociais, o enfrentamento do medo encontra caminhos divergentes: os mais desfavorecidos economicamente enfrentam medos relativos à sua sobrevivência, como o de não conseguir trabalho, de não ter onde morar, de ocupar, da polícia, do crime; as classes média e alta, por sua vez, lidam com a obsessão de proteção da violência, através de estratégias de controle, vigilância e afastamento (BALDAN, 2019).

Constata-se que, por vezes, os meios implantados para lutar contra este fenômeno do medo atemorizam mais do que a própria realidade da violência nas cidades. Isso, segundo Pedrazzini (2006, p. 109), se dá porque “somos encharcados diariamente com dados sobre a criminalidade pelos meios de comunicação”, sejam oficiais ou não, confundindo aquilo que se entende sobre a realidade e as suas complexidades. Promove-se uma “cultura do medo” que estimula o consumo de dispositivos de segurança e, conseqüentemente, transforma as paisagens urbanas com processos de securitização paranoicos (MELGAÇO, 2010), que beiram a ficção.

O medo do outro afeta não apenas o espaço particular das residências, mas também seu entorno; além do controle de invasão, busca-se evitar a visibilidade de qualquer comportamento inadequado, incluindo qualquer tipo de pobreza (ATKINSON; BLANDY, 2007). Tal cenário, marcado por conflitos sócio-espaciais, gera uma “fala do crime”, conforme definição de Caldeira (2000, p. 27); trata-se de uma sensação de insegurança, intimamente ligada aos reflexos da sociabilidade em conflito, que vem ganhando destaque na mídia e permeando campanhas eleitorais que posicionam o crime como maior inimigo nacional e exaltam o policiamento punitivista e estratégias de segregação e exclusão (SOUZA, 2008).

Os usuários das cidades brasileiras, com sua insegurança estimulada pela presença do crime, ou simplesmente por medo advindo da vitimização, reivindica

ações de prevenção para proteção individual, atuações públicas para intensificação do policiamento ostensivo e demandas sobre a eficiência da Justiça – idealizações que amenizam as aflições cotidianas (FELIX, 2009). A violência, dessa forma, torna-se um assunto recorrente nas discussões da mídia, em universidades ou mesmo em conversas triviais; a escalada do crime – ou a percepção dela – faz da insegurança uma grande inquietação para a sociedade (TEIXEIRA; PORTO, 1998).

Compondo os problemas urbanos atuais, a disseminação do medo e o temor altera o cotidiano e sua dinâmica, originando mercadorias e serviços específicos que, na sua grande maioria, retroalimentam o processo (BEATO, 2008). A percepção do mal-estar recorrente, advindo das experiências sociais de alguns grupos, torna a sociedade menos ativa e desconectada, tornando-a mais vulnerável e propensa ao consumo na indústria da segurança. Esses são fatores que trazem consequências inclusive ao setor imobiliário que, baseado em análises manipuladoras de indicadores criminais, pode valorizar ou depreciar bairros inteiros (FELIX, 2009), chegando a induzir moradores à troca de endereços em busca de localidades mais seguras (SKOGAN; MAXFIELD, 1981).

De fato, o medo pode levar as pessoas a mudarem seu comportamento e sua relação na apropriação dos espaços, levando ao afastamento dos parques e praças, e do convívio diário nas ruas (MARCUS; FRANCIS, 1998). Como consequência, tem-se a busca por soluções individuais de proteção, contribuindo para um crescente auto-isolamento (BAUMAN, 2009), em que se deseja afastar qualquer ameaça vinda do encontro com o diferente.

Quando se analisa o espaço urbano e sua relação com fenômenos sociais, as características do local podem determinar ou favorecer comportamentos (HOLANDA, 2003). Surge uma estreita ligação entre forma urbana e segurança, devendo-se tomar cuidado para que esta interpretação não estabeleça o espaço como o gerador da violência, mas como um dos fatores de grande influência na complexidade deste fenômeno (ESTEVES, 1999). Com esta relação admitida, tendo a paisagem como a expressão visual do ambiente construído (HARDT, 2000), busca-se entender a sua relação com a prevenção do crime através do desenho urbano, ou CPTED - *Crime Prevention Through Environmental Design* (SANTOS, 2006). Essa estratégia tomou impulso em Chicago (EUA) na década de 70, trazendo a prevenção à ocorrência de crimes atribuída ao desenho urbano, prevenindo delitos através de um conjunto de

técnicas e princípios que estudam a oportunidade do crime (FREITAS, 2002). São as principais estratégias do CPTED, segundo Crowe (2000, p. 36):

- “*Natural access control*”, ou controle natural de acesso, classificado em organizado (guardas), mecânico (fechaduras) e natural (espacial);
- “*Natural surveillance*”, ou vigilância natural, conseguida através de vigilância sobre estranhos, e classificada em organizada (polícia), mecânica (iluminação) e natural (janelas);
- “*Territoriality*”, ou territorialidade, gerando influência territorial explícita para percepção por futuros indesejáveis infratores.

Simultaneamente surge também o *Defensible Space* ou “espaço defensável”, defendido por Newman (1972, p. 2) ao trazer “o estudo da associação entre segurança e territorialidade, defendendo o controle e a vigilância atribuídos aos moradores, através de organizações físicas, numa imposição hierárquica espacial, visando o controle sobre a presença de estranhos”. Davis (1993, p. 206), por sua vez, argumenta que estes enfoques levaram a uma “obsessão por sistemas de segurança física e controles arquitetônicos das fronteiras sociais”, como uma militarização do espaço público e a estetização do medo. Esse movimento de controle do espaço foi criticado já na década de 1980, nos Estados Unidos, pela classificação de determinados grupos como perigosos à sociedade, sendo eles majoritariamente compostos por moradores em situação de rua, doentes mentais e usuários de drogas; indivíduos que, sendo notados por empresas encarregadas de segurança, deveriam ser retirados dos espaços públicos (KANASHIRO, 2006).

A tentativa de segmentar a cidade em territórios constituídos de fronteiras invisíveis com finalidade de controle espacial outorgou ao Estado e ao capital privado o papel de atores de esterilização dos espaços públicos. A cidade passa, pois, a ser submetida à vigilância constante, o que elimina a diversidade e espontaneidade que lhe são características, trazendo a lembrança constante do medo e da perturbadora aversão ao “outro” (SOUZA, 2008). Assim, a instalação de barreiras, visíveis ou não, implementa a “psicopatologia social” nos espaços urbanos brasileiros (DUNKER, 2015) que, assumindo formas diversas, tem como objetivo a ordenação e a regulação espacial.

Nesse sentido, Firmino (2017) observa que, na sobreposição dos limites de influência da propriedade privada sobre o domínio público com o uso indiscriminado de vigilância e securitização por empresas privadas sobre o espaço público urbano,

há um discurso que relaciona privacidade, liberdade e segurança. Escancara-se então um desequilíbrio com supervalorização unilateral da segurança, induzindo diversos conflitos urbanos percebidos no cotidiano. A militarização do espaço, através da implantação indiscriminada de dispositivos de controle, pode ser percebida no exemplo de Nova Iorque que, mesmo já tendo implantado um intenso processo de controle do espaço após os ataques de 11 de setembro de 2001, com a justificativa da gravidade dos fatos, estabeleceu medidas não reconhecidas como de proteção ao terrorismo, mas identificadas como de rejeição aos “indesejados” – comumente identificados como desabrigados, traficantes, jovens à toa e manifestantes políticos (MITCHELL, 2003).

Outro agravante, é o fato de que a evolução nos processos de controle espacial contra a violência urbana, aqui entendida como securitização, tornou-se, no contexto brasileiro, um sinônimo de sofisticação e ascensão. Ao trazer um discurso de modernidade para a instalação de artefatos tecnológicos, encobre-se o processo de discriminação, segregação e exclusão que procura manipular a mobilidade de certos grupos (KANASHIRO, 2007). A necessidade do uso de artifícios com tecnologia no afastamento da violência urbana revela também interesses econômicos sobre o potencial de consumo de uma população amedrontada e convencida a ter medo do diferente, do “outro”, tornando-se facilmente atraída pela indústria da securitização (CENTURIÃO, 2011).

A presença de um guardião, efetivado pela polícia ou pela ação de vigilantes não oficiais, pode ser entendida como verdadeira ameaça à ação criminosa, impedindo a ocorrência de delitos, tornando os espaços mais seguros (COHEN; FELSON, 2012 [1979]). Pensamento diferente daquele oferecido pela forma espacial, que é diretamente responsável pela percepção de segurança, mas não necessariamente a relaciona com a ocorrência dos delitos (AWATUCH, 2009).

Na definição de “espaço defensável”, a segurança é garantida pela criação de uma territorialidade, propondo organizações de controle espacial numa hierarquia que prevê espaços públicos, semipúblicos, semi privados e privados, sempre com a garantia da vigilância em todos os seus níveis (NEWMAN, 1972). Trata-se não só na criação de espaços seguros, como também “aparentemente” seguros, destacado pela agenda contemporânea de securitização urbana (FIRMINO, 2017). Essa aplicação pode ser eficaz à primeira vista, mas também é capaz de induzir ao isolamento,

enclausuramento, afastamento das atividades sociais e distanciamento do diferente (SOUZA, 2008).

É necessário a consciência de que a violência é um fator humano, e não pode ser eliminado completamente da convivência urbana. Nesse sentido, o maior desafio está na garantia da segurança sem a separação subjetiva e superficial entre violentos e pacíficos, mas com a capacidade individual ou coletiva de sua reversão através do combate à própria violência (PEDRAZZINI, 2006). Constata-se que o aumento do policiamento nas ruas não traz necessariamente a redução na taxa de criminalidade, pois o patrulhamento ostensivo apenas desloca temporariamente o crime para outras áreas (ZALUAR, 2002). Também é preciso destacar o sentimento de impunidade reconhecido nos limites da segurança pública brasileira, com uma grande parte dos crimes de homicídio ficando sem solução (ZAKABI, 2005). Com isso, a sociedade busca ferramentas para solucionar os problemas da violência urbana e depende da ação de todos os atores envolvidos, sejam públicos ou privados (CZAJKOWSKI JÚNIOR, 2007).

Também se faz necessário o reconhecimento da revisão de conceitos, por exemplo, quando Jacobs (2000 [1961], p. 32) alerta sobre a “necessidade da apropriação dos espaços com intenção de controle, onde a ordem pública não é basicamente mantida pelo policiamento, mas fundamentalmente pela rede de controle – inconsciente e espontânea – do próprio habitante”. Isso desencadeia a gestão comunitária de segurança pública, com a interação e participação da comunidade na gestão da segurança local, tendo por objetivo se assemelhar aos procedimentos da polícia, numa tentativa de diminuição dos delitos (DANTAS; PERSIJN; SILVA JÚNIOR, 2007). A cooperação pretende estabelecer ações que resultem na melhoria da qualidade de vida da população, sugerindo políticas de segurança pública na sua região, prevenção e a solução de problemas ambientais e sociais.

Essa interação da comunidade com as unidades policiais busca, para além da resolução de seus problemas, quebrar o paradigma da polícia autoritária e desvinculada da realidade dos cidadãos (CAMARGO, 2003), incentivar a cooperação entre moradores e o comando policial, e abordar as necessidades particulares de cada comunidade (ZALUAR, 2002). A população não deve ser considerada simplesmente receptora de políticas, mas ter um engajamento como estratégia para fortalecimento dos laços sociais e enfrentamento dos problemas urbanos (BORJA, 1997).

Quando se planeja a eliminação dos problemas apenas com o distanciamento, utilizando barreiras entre protegidos e excluídos, os grupos se distanciam visualmente por meio de um “encobrimento” provisório da realidade (FREITAS-MAGALHÃES, 2013). A manutenção da segurança, como defendia Jacobs (2000 [1961]), “deve ser conseguida não através do policiamento, mas pela rede de comportamentos espontâneos dos usuários, com a apropriação dos espaços conferindo sua confiabilidade”. A ação de enxergar o espaço está intimamente relacionada ao mover-se por ele; também o inverso deve ser considerado (KAHNEMANN, 2011), podendo definir a utilização de locais públicos e impedir sua apropriação quando da interrupção desta relação.

Quando se instala o medo decorrente da violência urbana e o estado se mostra incapaz, surge uma oportunidade para ação do mercado da segurança, que investe continuamente em sofisticação dos mecanismos de controle sobre o espaço (MAIA; FEITOSA, 2012). A paisagem passa a ser alterada com a instalação de barreiras que redefinam os limites territoriais, tornando-os mais flexíveis e líquidos, modificando acessos, circulação e seus controles (FIRMINO, 2017).

As barreiras físicas utilizadas como demarcação de território, até pouco tempo utilizavam muros baixos e grades ornamentais, mas foram substituídas por muralhas e arames farpados, com porteiros sentinelas, assemelhando-se a fortalezas medievais, porém dotadas de sofisticados equipamentos de vigilância digital – usados tanto para proteger e amedrontar os estranhos, quanto forma de manifestar seu temor (SANTOS NETO, 2016). Iniciativas de controle são mais intensamente percebidas através da “arquitetura hostil”, com a revelação da desconfortável convivência e a tentativa de exclusão dos estranhos, não considerados usuários apropriados do espaço (SMITH; WALTERS, 2018).

A busca de um ambiente socioeconomicamente homogêneo mostra, na escolha dos condomínios, a supressão de contato com o outro, eliminando-se a necessidade das relações cotidianas com territórios vizinhos e autoridades. Em suma, ao pagar pelo usufruto de um espaço seguro, elimina-se a necessidade do espaço público e democrático da cidade (ROLNIK, 1999).

Como estratégia para solução do enfrentamento à violência urbana e sua insegurança característica, percebe-se a aproximação aos espaços residenciais fechados e outros enclaves fortificados com usos distintos, como centros comerciais, educacionais, de trabalho e lazer. Tais enclaves possuem como principais

características a reclusão, o afastamento e a exclusão, resultado da negação e da ruptura com a cidade através da fortificação e arquitetura disciplinadora (BALDAN, 2019). Para as classes mais abastadas, a idealização de uma residência é atualmente acompanhada por publicidades que exaltam um modelo que inclui segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços, traduzindo a imagem de ambiente enclausurado e fortificado (CALDEIRA, 2000).

Esta valorização do mercado pelo ambiente protegido traz uma banalização do uso de artifícios de proteção, inspirando uma agressividade permissiva à leitura do espaço arquitetônico urbano (FIRMINO, 2017). A formação desses tipos de tecnopolíticas de vigilância e controle (BRUNO et al., 2018) – disputas territoriais auxiliadas por tecnologias – começam a afetar também os bairros de outras classes, onde regiões violentas e menos valorizadas da cidade procuram implantar residências de pequenas dimensões em loteamentos fechados com as mesmas estratégias defensivas dos condomínios de elite (CARVALHO, 2001).

O uso de artifícios como barreiras e territorialização pode ser entendido como estratégia para a contenção da violência (NEWMAN, 1972), ou forma de limitar a conexão dos moradores e sua presença nos espaços públicos; reduzindo a circulação e o uso dessas áreas, ampliam-se as oportunidades para ocorrência de crimes (HILLIER; HANSON, 1984). Também com um entendimento negativo acerca do uso dessas fortificações, uma pesquisa realizada entre criminosos presos relata sua preferência para invasão em edificações que possuam muros altos e grades, por assim impedir a visualização do seu interior e ocultar a ação do crime (BONDARUK, 2007).

A utilização de enclaves, na verdade, não garante o afastamento da criminalidade externa, pois tornaram-se comuns invasões nesses “territórios protegidos”, que nem sempre são comunicadas às autoridades por receio de desvalorização do imóvel, ou mesmo pela presença de criminosos vivendo entre estes muros, trazendo transtornos nem sempre oficializados (MELGAÇO, 2010). Somado aos fatos citados, existe ainda a percepção de que não existe relação direta entre incidência dos crimes e a adesão aos condomínios fechados, pois, mesmo em regiões e momentos de baixa nos índices de criminalidade, a procura permanece alta por este tipo de moradia (SPOSITO; GÓES, 2013).

O comportamento em relação à violência urbana pode variar entre insegurança e sensação de insegurança, pois são questões que podem ser expressas por taxas

de criminalidade ou pela percepção social de ameaças. Segundo o relato de Davis (1992), durante a década de 90, “em cidades americanas com taxas criminais distintas, houve um grande esforço na fortificação do espaço mesmo com a constatação de diferenças na sensação de segurança, relatadas pelos moradores”. A diferença na relação da insegurança e sua percepção pode não evoluir de maneira proporcional, dado que existem filtros classificatórios não muito objetivos como a subnotificação oficial com registros parciais, a venda de notícias criminais, a sua amplificação estabelecida pela mídia, os rentáveis e necessários negócios de produtos e serviços para proteção, e a relação com os votos de candidatos ao executivo ou legislativo (SOUZA, 2008). Dessa forma, se existem produtos a serem comercializados, é necessário um consumidor; trata-se de um tipo mercado que se retroalimenta de clientes-cidadãos temerosos, amedrontados e inseridos na economia do medo (BAUMAN, 2008).

A paisagem urbana tende a mudar, e isso ocorre não somente pela existência da violência, mas principalmente pelo medo em relação a ela (TUAN, 2005). Em outras palavras, as sociedades amedrontadas tentam controlar qualquer movimento suspeito, contando com cidadãos e governos envolvidos na implementação de estratégias de prevenção e securitização contra as ameaças (FIRMINO, 2012). Quando a relação com o medo se torna patológica, ou seja, quando a sensação de insegurança traz comportamentos excessivos que deterioram a qualidade de vida, apela-se para o enclausuramento e a fortificação dos espaços privados com a medievalização da arquitetura (DANTAS; PERSIJN; SILVA JÚNIOR; 2007). Essa conjuntura ocasiona a evasão dos espaços públicos e sua consequente ocupação por parte da criminalidade, aumentando os índices num processo contínuo e retroalimentado. O desprezo ao espaço público acarreta o medo social (BAIERL, 2004), afeta a coletividade e produz reflexos não só no tecido urbano, mas também na limitação das relações entre habitantes, deixando a sociedade mais vulnerável e consequentemente diminuindo sua qualidade de vida (GAROFALO; LAUB, 1978).

O atual domínio do espaço, com a paisagem subordinada às barreiras, traz paralelo aos campos de concentração, mas obedecendo uma inversão, com os privilegiados pagando pelo isolamento, percebendo o exterior como zona de potencial extermínio (ENZENSBERGER, 1995). Essa implantação de processos em busca de algum tipo de segurança é conhecida como “securitização”, palavra que traz do idioma francês a interpretação do termo *securisation*, empregado para definir os elementos

arquitetônicos que garantam espaços de exclusividade e informatização do cotidiano para fins de segurança (MELGAÇO, 2010).

A captura de informações através da imagem monitorada de espaços privados ou públicos, é uma alternativa utilizada a partir da década de 1970, na Europa, multiplicando-se ao longo da década de 80 (VIRILIO; VITALIS, 1998). Trata-se de um tipo de vigilância amplamente difundido no cotidiano atual, e admitido como ideal de segurança e prevenção. As câmeras de monitoramento, com seu efeito de contínua visibilidade sobre o espaço, sem que se vislumbre seu observador, trazem uma aproximação ao panoptismo, que Kanashiro (2006, p. 75) assim define:

O panóptico é um projeto para uma prisão circular idealizada por Jeremy Bentham no final do século XVIII. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) analisa essa construção arquitetural como parte de uma nova tecnologia de poder vigente no século XIX, relacionada às instituições como hospital, escola, prisão. O poder disciplinar sujeita o corpo e constrói o conceito de indivíduo a partir de um conjunto de saberes e práticas disciplinares que torna os corpos úteis e dóceis, baseando-se na visibilidade, na regulação minuciosa do tempo, e na localização precisa dos corpos no espaço.

Esta tecnologia destinada a ser, ver e registrar, tende a não ser objetiva quanto ao uso das imagens gravadas, podendo trazer consequências indesejadas como a delimitação de “categorias suspeitas” (BAUMAN, 2008), alimentando também o distanciamento social. A instalação de câmeras de vigilância não traz somente a captura e análise de possíveis intrusos, mas também pode gerar constrangimento e intimidação ao impor a adaptação e o cumprimento de regras de controle do território (ALMEIDA, 2001; FIRMINO; DUARTE, 2016), sem mesmo comprovar que sua implementação traga algum benefício na redução efetiva dos crimes (MELGAÇO, 2010), como alegado por seus defensores. Não é possível afirmar se o controle do espaço decorre do medo e da insegurança diante da violência urbana, ou se os influencia (BALDAN, 2019), isso torna evidente a complexidade desse processo, e demanda seu aprofundamento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a intenção de avaliar de que maneira a percepção da violência urbana pode ser influenciada pela utilização de dispositivos de vigilância e securitização, com possíveis modificações no uso dos espaços urbanos na cidade de Curitiba – conforme já caracterizado no objetivo geral desta pesquisa –, realiza-se uma pesquisa de campo de caráter exploratório com aproximação ao ambiente estudado, que traz as necessárias descrições qualitativas sobre os aspectos envolvidos no fenômeno (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Diante desse propósito, opta-se pelo método hipotético-dedutivo, em que se constata um problema e se aponta uma solução transitória, que busca ser confirmada durante o estudo (POPPER, 1975). Assumindo a hipótese estabelecida para o estudo, é necessário distribuir a pesquisa por alguns caminhos específicos visando uma melhor aproximação da realidade. É preciso compreender de que maneira os moradores demonstram seu medo e se este comportamento de fato altera a relação com seus pares e com os espaços utilizados em suas atividades rotineiras. Busca-se a verificação da estatística de ocorrência de crimes na região escolhida – a cidade de Curitiba –, e a leitura destes espaços para reconhecimento de elementos de fortificação, revelando alguma cautela com os estranhos, como tentativa de esquivar-se dos incidentes criminais. E, finalmente, empenha-se na interação e análise dos dados levantados, com o objetivo de entender a realidade pesquisada, numa tentativa de responder ao questionamento inicial da pesquisa. Assim, pode-se destacar quatro etapas principais de pesquisa.

A primeira etapa consiste na identificação da violência urbana, como essa temática vem sendo documentada e de que maneira ocorre na cidade de Curitiba. Através da técnica de documentação indireta, abrangendo a pesquisa documental de fontes secundárias (LAKATOS; MARCONI, 2003) dirigida aos órgãos públicos, são obtidos dados estatísticos referentes à ocorrência de delitos. Interessa-se por aqueles relacionados à violência contra a pessoa e/ou contra o patrimônio. Uma vez reconhecida a distribuição dos crimes no município selecionado, relacionam-se os tipos de ocorrências, quantidades e preferências criminais, e estrutura-se um panorama dessa criminalidade. Essa fase da investigação foi realizada a partir do relatório de análise criminal, fornecido pelo Centro de Análise, Planejamento e

Estatística (CAPE, 2019a), órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná (SESP-PR).

A segunda etapa da pesquisa se dá pela observação direta intensiva sistemática, ou seja, traduz-se na observação e exame de fatos, com utilização de instrumentos para coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Busca-se aqui a identificação dos recursos arquitetônicos ou tecnológicos empregados no controle e segurança pessoal ou patrimonial. Salienta-se que, para a realização deste trabalho, não foi possível o recolhimento de todos os dados necessários ao estudo da região escolhida (Curitiba), impondo-se a necessidade de definição de amostra com subgrupos formados por bairros na cidade para a coleta de dados representativos e necessários à compreensão de todo o universo envolvido (GIL, 2002).

Para obtenção desta amostra, julga-se importante eleger bairros que representem a maior e a menor renda mensal, e que se situem em regiões com grande ocorrência de delitos, o que permitiria comparar a percepção do medo da violência urbana e sua reação em diferentes níveis sociais. Esse levantamento é necessário para a compreensão de como a população age no combate à violência, que tipo de instrumentos utiliza para isso, e de que maneira se expressa fisicamente diante dos crimes.

Esta busca foi realizada através de um deslocamento pelas vias que constituem os dois bairros escolhidos como amostra, com o intuito de verificar os equipamentos instalados nos imóveis. A abordagem de cada bairro entende uma visita a todas as ruas que o compõem, realizando-se anotações sobre a existência, o tipo e a quantidade de dispositivos presentes. As vias foram desmembradas em quadras (unidade composta pela intersecção de ruas transversais), permitindo a montagem de um quadro com os dados levantados. A tipologia de equipamentos utilizada nesta fase da pesquisa se baseou primeiramente sobre os elementos elencados por Santos Neto (2016, p. 125) como “arquitetura do medo”, ou seja: câmeras, guaritas, cercas elétricas e muros altos. Complementa-se essa contagem indicando também outros artifícios encontrados na visita em campo, como avisos de monitoramento, lanças, arames farpados, muro baixo e vigilante.

O registro desses equipamentos foi realizado através de fotografias dos imóveis contendo anotações sobre sua localização, identificação do recurso utilizado e quantidade de elementos instalados. Estes dados foram levados a planilhas (Tabela

01 e Tabela 02) para referenciar e totalizar as informações, também auxiliando na produção de mapas contendo a concentração dos dispositivos nas regiões analisadas.

Tabela 01 – Exemplo de planilha utilizada para reconhecimento dos elementos no levantamento físico

RUA XXXXXX – QUADRA 01				
Imagem do imóvel	Número do lote	Descrição	Elemento	Quantidade
	001	Edificação residencial	Lança	-
			Aviso de monitoramento	-
			Câmera	-
			Cerca elétrica	01
			Arame farpado	-
			Muro alto	01
			Muro baixo	-
			Vigilante	-
			Total	02

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Tabela 02 – Exemplo de planilha utilizada para totalização do número de elementos no levantamento físico

RUA	QUADRA	DISPOSITIVOS	TOTAL DISPOSITIVOS
XXXXXX	1	02	44
	2	17	
	3	14	
	4	05	
	5	06	
YYY	1	05	20
	2	12	
	3	3	
TOTAL			64

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Já na terceira etapa deste estudo, utiliza-se a técnica de observação direta extensiva, materializada por meio de questionário com perguntas dirigidas e respondidas sem a presença do pesquisador (LAKATOS; MARCONI, 2003). Procura-se com isso uma aproximação dos habitantes e o entendimento efetivo do posicionamento sobre sua percepção do medo relacionado à ocorrência de crimes. Também se intenta compreender como este sentimento afeta suas práticas sociais ou a apropriação dos espaços públicos.

Para a construção deste questionário, algumas abordagens específicas são necessárias para colher do respondente dados relevantes ao objetivo deste estudo. A primeira lacuna se refere à definição do bairro onde reside, sendo seguida por dados demográficos, como idade, gênero, raça e escolaridade – informações importantes para a construção do perfil desses indivíduos e que permitem a formação de grupos de análise.

Também se torna indispensável a indicação da tipologia do imóvel utilizado pelos respondentes, podendo estar diretamente voltado ao logradouro público ou inserido num condomínio; são questionadas, ainda, as razões para essa escolha, trazendo dados importantes sobre a intenção de proteção à violência urbana.

São feitos questionamentos sobre o contato com vizinhos, necessários para entender a sociabilidade do indivíduo com moradores próximos, seja no bairro ou no seu condomínio; a informação também auxilia na compreensão do comportamento dos indivíduos em seu grupo.

Outras perguntas realizadas abrangem o medo do crime e da violência quando da utilização dos espaços urbanos ou privados, sendo solicitadas descrições de situações específicas do cotidiano do perguntado. Com isso, visa-se depreender de que maneira o medo afeta a apropriação espacial e a vivência urbana. A utilização de equipamentos de controle da violência é também abordada no questionário: busca-se saber informações sobre dispositivos instalados nos imóveis e se sua percepção realmente induz a sensação de segurança.

Ademais, são entendidas como necessárias informações sobre um efetivo envolvimento (ou não) do respondente em eventos violentos e, em caso positivo, como, ou por quais meios ela é transmitida e percebida como ilustração de uma realidade violenta. Outra abordagem busca saber a opinião dos respondentes sobre as medidas de controle ofertadas pelo estado, configurando-se como questão essencial para traçar um parâmetro da confiança nos órgãos públicos no combate a violência urbana.

Para definição da quantidade necessária de questionários, utiliza-se a plataforma de cálculo de amostragem *Solvis* (2020), com a inserção dos dados da população na cidade de Curitiba, estimado em 1.948.626 habitantes para o ano de 2020 (IBGE, 2010). Com uma confiabilidade de 95% e margem de erro de 5%, obteve-se a previsão de 385 pessoas como amostra. Opta-se, na sequência, pela utilização da plataforma *Qualtrics* (2020) para elaboração e distribuição do questionário

direcionado aos habitantes de Curitiba, realizado entre os meses de maio e junho de 2020, com 477 participações. Dentre essas respostas são identificados 11 questionários em branco e 16 incompletos; após as correções, as análises passam a ser construídas a partir da amostra de 445 respostas.

Na quarta e última etapa da pesquisa, para que se amplie a abrangência interpretativa dos itens levantados, é preciso consolidar as informações obtidas sobre ocorrência de crimes (pesquisa documental) e sobre o levantamento dos equipamentos utilizados para afastamento da violência nos bairros estudados (observação direta intensiva sistemática). A análise desses dados, mesmo demonstrando a incidência criminal na cidade, permite inferir a preferência dada pelos criminosos à prática de delitos, ocasionando reação de defesa nos habitantes dos bairros estudados. Tal compreensão, adicionada à leitura das respostas do questionário sobre as impressões da população acerca da violência percebida na cidade de Curitiba (observação direta extensiva), traz elementos que permitem compreender a realidade e levam às conclusões desta pesquisa.

É preciso ressaltar que grande parte desta pesquisa se deu ao longo do ano de 2020, com o planeta tentando controlar a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, obrigando seus habitantes ao isolamento. Esse fenômeno sem precedentes impôs mudanças de método e posturas na realização de pesquisas, forçando sua realização à distância. Por esse motivo, as etapas 2 e 3 foram adaptadas para observações a partir de ferramentas digitais – o *Google Street View*, no caso do levantamento dos recursos arquitetônicos ou tecnológicos empregados no controle e segurança pessoal ou patrimonial, e o *Qualtrics*, para os questionários com as percepções dos moradores de Curitiba.

Com o propósito de definir os bairros dessa amostra, utiliza-se o levantamento de ocorrência de crimes, pois, como premissa, pretende-se identificar esta influência no cotidiano dos habitantes. Nessa representação, destaca-se a relação entre o número de registros de crimes e a população dos bairros na cidade de Curitiba (CAPE, 2019a), revelando a incidência dos crimes sobre os habitantes. Como segundo fator utilizado, verifica-se o rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes, fornecido pelo Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2010); a intenção é verificar a influência da renda familiar sobre a incidência dos crimes. A identificação dos bairros na cidade de Curitiba e seus dados comparativos estão apresentados na Tabela 03.

Tabela 03 – Identificação dos bairros na cidade de Curitiba, com seus indicadores de rendimento médio mensal por domicílio e a relação entre número de ocorrências criminais e sua população.

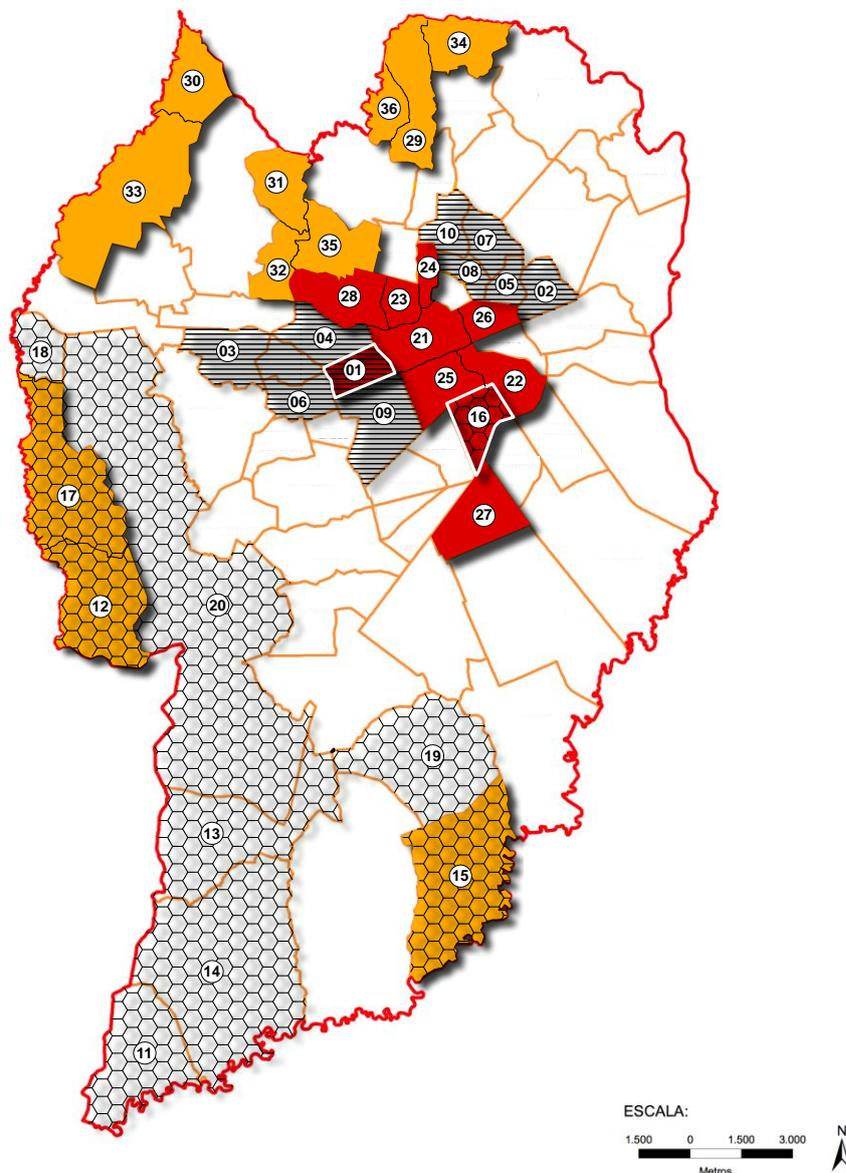
DADOS UTILIZADOS NO RECORTE DA PESQUISA			
BAIRROS	RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	RELAÇÃO ENTRE NÚMERO OCORRÊNCIAS E POPULAÇÃO DO BAIRRO-%	
Abranches	3295,45	0,167	
Água Verde	7594,76	1,225	
Ahú	7567	1,165	
Alto Boqueirão	2370,93	0,585	
Alto da Glória	6700,05	2,055	
Alto da Rua XV	6547,17	2,860	
Atuba	3280,97	0,646	
Augusta	2068,47	0,303	
Bacacheri	5762,04	1,020	
Bairro Alto	3034,15	0,816	
Barreirinha	3129,4	0,827	
Batel	9821,57	3,089	
Bigorriho	8308,47	0,851	
Boa Vista	4149,14	1,101	
Bom Retiro	5749,42	1,746	
Boqueirão	3006,22	0,996	
Butiatuvinha	3422,94	0,427	
Cabral	7967,49	0,804	
Cachoeira	2239,1	0,472	
Cajuru	2418,71	1,007	
Campinha do Siqueira	5879,98	1,078	
Campo Comprido	4568,03	0,711	
Campo de Santana	1713,77	0,949	
Capão da Imbuia	3445,91	1,006	
Capão Raso	2927,51	1,098	
Cascatiha	6198,31	0,416	
Caximba	1613,24	0,833	
Centro	4695,13	7,789	
Centro Cívico	6688,5	3,805	
Cidade Industrial	2163,42	0,927	
Cristo Rei	6211,52	1,733	
Fanny	3674,26	1,628	
Fazandinha	2644,39	1,111	
Ganchinho	1735,16	0,546	
Guabirutuba	4858,8	1,553	
Guaíra	3258,4	1,147	
Hauer	3489,15	2,666	
Hugo Lange	8258,53	2,211	
Jardim Botânico	4697,32	5,250	
Jardim das Américas	6206,01	1,855	
Jardim Social	9522,12	1,580	
Juvevê	7616,93	0,950	
Lamenha Pequena	2218,32	0,284	
Lindóia	2693,9	0,781	
Mercês	5718,82	2,045	
Mossunguê	9325,32	0,755	
Novo Mundo	3319,79	0,910	
Orleans	3708,93	0,938	
Parolin	3320,32	1,679	
Pilarzinho	3506,25	0,699	
Pinheirinho	2340,63	1,325	
Portão	4694,84	1,559	
Prado Velho	1874,3	2,221	
Rebouças	4866,91	2,996	
Riviera	2109,09	1,384	
Santa Cândida	2833,64	0,780	
Santa Felicidade	4591,47	0,757	
Santa Quitéria	4084,94	0,952	
Santo Inácio	5074,82	0,770	
São Braz	3762,23	0,615	
São Francisco	5161,28	4,470	
São João	5139,76	0,369	
São Lourenço	7244	1,593	
São Miguel	1653,45	0,000	
Seminário	8201,75	1,328	
Sítio Cercado	2013,23	1,006	
Taboão	3572,31	0,559	
Tarumã	6009,7	1,511	
Tatuquara	1657,3	1,046	
Tingui	3611,39	0,804	
Uberaba	3051,02	0,995	
Umbará	2169,1	1,052	
Vila Izabel	5777,34	0,922	
Vista Alegre	5612,85	0,491	
Xaxim	2891,03	0,820	
média rendimento para Curitiba	3776,22		convenção para destaques
total de ocorrências	20972		maiores números
			menores números

Fonte: Elaborada pelo autor (2021), com base no Relatório de Análise Criminal (CAPE, 2019a) da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR) e do Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo o último Censo, os dez bairros com maior renda mensal da cidade são: Batel, Jardim Social, Mossunguê, Bigorrião, Hugo Lange, Seminário, Cabral, Juvevê, Água Verde e Ahú. Já como representantes de menor renda estão: Caximba, São Miguel, Tatuquara, Campo do Santana, Ganchinho, Prado Velho, Augusta, Riviera, Sítio Cercado e Cidade Industrial. Esses dados revelam que os bairros com maior poder aquisitivo estão concentrados em dois bolsões (nordeste e sudoeste) próximos ao centro da cidade, em regiões com adequadas infraestruturas urbanas e com significativas taxas de densidade demográfica, conforme demonstrado na Figura 01. Por outro lado, as menores rendas estão localizadas numa região entre o extremo sul e oeste dos limites do município de Curitiba e geralmente em locais de baixa densidade demográfica. Excluído desta atribuição está o bairro do Prado Velho, localizado em zona próxima ao centro e com densidade demográfica considerável.

Quando se observa a relação entre número de ocorrências de crimes e quantidade de habitantes no bairro (CAPE, 2019a), o Centro apresenta a maior taxa de criminalidade, seguido dos bairros Jardim Botânico, São Francisco, Centro Cívico, Batel, Rebouças, Alto da XV, Hauer, Prado Velho e Mercês. O bairro São Miguel não apresentou ocorrências, sendo o representante da menor relação de criminalidade, seguido por Abranches, Lamenha Pequena, Augusta, São João, Cascatinha, Butiatuvinha, Cachoeira, Vista Alegre, Ganchinho e Taboão. Novamente, deve-se levar em conta a questão espacial urbana, demonstrando o maior número de delitos ocorrendo em regiões adensadas e próximas à região central da cidade; em oposição, têm-se as menores taxas em locais menos adensados, mais afastados e próximos à periferia do município, conforme também demonstrado na Figura 01.

Figura 01 – Mapa das divisas dos bairros de Curitiba, com a localização dos bairros com maior e menor renda mensal e bairros com maior e menor ocorrência de crimes



LEGENDA

	bairros com menor renda mensal	01 Batel	13 Tatuquara	25 Rebouças
	bairros com maior renda mensal	02 Jardim Social	14 Campo do Santana	26 Alto da XV
	bairros com menor taxa de criminalidade	03 Mossungué	15 Ganchinho	27 Hauer
	bairros com maior taxa de criminalidade	04 Bigorriho	16 Prado Velho	28 Mercês
	bairro com menor renda mensal e maior taxa de criminalidade	05 Hugo Lange	17 Augusta	29 Abranches
	bairro com maior renda mensal e maior taxa de criminalidade	06 Seminário	18 Riviera	30 Lamenha Pequena
		07 Cabral	19 Sítio Cercado	31 São João
		08 Juvevê	20 Cidade Industrial	32 Cascatinha
		09 Água Verde	21 Centro	33 Butiatuvinha
		10 Ahú	22 Jardim Botânico	34 Cachoeira
		11 Caximba	23 São Francisco	35 Vista Alegre
		12 São Miguel	24 Centro Cívico	36 Taboão

Fonte: Elaborada pelo autor (2021), com base no Relatório de Análise Criminal (CAPE, 2019a) da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR) e do Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para seleção das regiões de estudo, firma-se como ideal a eleição de bairros representantes de maior e menor renda mensal, e que se situem em regiões com grande ocorrência de delitos, para que se possa comparar a percepção do medo da violência urbana e sua reação em diferentes níveis sociais. Com a sobreposição dessas informações no mapa do município de Curitiba (Figura 01), os únicos bairros que atendem às premissas foram o Batel, como representante da maior renda mensal, e o Prado Velho, de menor renda mensal, estando ambos inseridos em região com elevados índices criminais. O Prado Velho é o único bairro com baixa renda que não se encontra na periferia do município e, ainda, possui a relação entre número de ocorrências de crimes e quantidade de habitantes próxima daquela registrada no bairro Batel. Esses bairros selecionados para o estudo fazem parte da Regional da Matriz, formada por 18 bairros e que abriga uma população de 205.722 habitantes (PMC, 2020a).

4 CRIME, DISPOSITIVOS DE SECURITIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DO CRIME EM CURITIBA

Apesar do estereótipo do município de Curitiba como cidade inovadora em soluções urbanísticas, sua região metropolitana apresenta números que a colocam entre as mais violentas do país (SANTOS, 2017). A partir dos dados apresentados pelo “Atlas da Violência”, documento fornecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, percebe-se um desconfortável crescimento da taxa de homicídios (número relativo à quantidade de homicídios por 100 mil habitantes) entre os anos de 2007 e 2017. Esse documento mostra que a média da taxa de homicídios entre todas as cidades brasileiras aumentou de 30 para 41. Ainda, tem-se que a média dos municípios mais pacíficos é de 7,0, enquanto que a dos mais violentos é de 102,5 (IPEA, 2019).

O mesmo relatório destaca que o município de Curitiba obteve uma taxa de homicídios de 24,6, no entanto, apesar do valor abaixo da média brasileira, a análise do seu entorno trouxe valores significativos e preocupantes. Para esse tipo de crime, cidades vizinhas e pertencentes à região metropolitana de Curitiba, como Piraquara e Campo Magro alcançaram valores de 64,5 e 67,3, respectivamente; índices que demonstram problemas na segurança pública. Essa convivência com a criminalidade traz consequências para o cotidiano dos habitantes curitibanos – questões abordadas ao longo desta pesquisa. Busca-se, pois, um entendimento sobre a consciência em relação à ocorrência efetiva da violência urbana, e de que maneira ela é percebida ou interfere nas atividades dos cidadãos, analisando sobretudo a relação com a instalação de artifícios de proteção ao crime.

4.1 DADOS CRIMINAIS NA CIDADE DE CURITIBA

Para conhecimento dos registros de violência, buscam-se, através de pesquisa documental de fontes secundárias (GIL, 2002), arquivos públicos e fontes estatísticas sobre ocorrência de crimes na região estudada; utiliza-se, então, o Relatório de

Análise Criminal, fornecido pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE, 2019a), compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2018. A delimitação desse recorte temporal foi adotada pela disponibilidade de dados concluídos durante o processo de recolhimento de informações desta pesquisa.

Segundo os dados obtidos no bairro do Batel, demonstrados na Tabela 04, quando se observa a relação entre o número de ocorrências e o total de crimes no bairro, destacam-se os roubos em ambiente público, sendo os furtos em residência com arrombamento a segunda tipologia mais cometida de crime. Já quando se analisa a relação entre o número de ocorrências e número de domicílios do bairro, os furtos em residência com arrombamento ganham destaque, sucedendo em maior proporção quando considerada a relação entre número de ocorrências no bairro e número de ocorrências no município. No bairro do Prado Velho, retratado pela Tabela 05, há mais registros de roubos em ambiente público, preferência ainda demonstrada na relação entre ocorrências e total de crimes do bairro, bem como entre ocorrências e o número de domicílios do bairro. Quando se observa a relação entre ocorrências no bairro e o número de ocorrências no município, há maior proporção de furtos em veículos. Constata-se, pois, que, no Batel, os criminosos têm preferência pelos ambientes privados e no Prado Velho pelos espaços públicos.

Tabela 04 – Indicação dos delitos registrados no bairro do Batel, de delitos registrados na cidade de Curitiba, a relação entre ocorrências e total de crimes no bairro, a relação entre ocorrências e número de domicílios no bairro e a relação entre ocorrências no bairro e ocorrências no município de Curitiba

bairro do Batel	n° ocorrências no bairro	n° ocorrências em Curitiba	n° ocorrências / total de crimes no bairro	n° ocorrências / n° domicílios no bairro	n° ocorrências do bairro / n° ocorrências em Curitiba
roubos em ambiente público	119	17964	79,87%	2,23%	0,66%
roubos em residência	7	1065	4,70%	0,13%	0,65%
furtos em residência com arrombamento	19	1668	12,75%	3,56%	1,14%
furtos em veículos	4	807	2,68%	0,07%	0,50%
total registrado	149	21428	100%	27,87%	0,70%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021), com base no Relatório de Análise Criminal (CAPE, 2019a) da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR) e do Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 05 – Indicação dos delitos registrados no bairro do Prado Velho, de delitos registrados na cidade de Curitiba, a relação entre ocorrências e total de crimes no bairro, a relação entre ocorrências e número de domicílios no bairro e a relação entre ocorrências no bairro e ocorrências no município de Curitiba

bairro do Prado Velho	n° ocorrências no bairro	n° ocorrências em Curitiba	n° ocorrências / total de crimes no bairro	n° ocorrências / n° domicílios no bairro	n° ocorrências do bairro / n° ocorrências em Curitiba
roubos em ambiente público	120	17964	88,89%	5,53%	0,67%
roubos em residência	2	1065	1,48%	0,09%	0,19%
furtos em residência com arrombamento	7	1668	5,19%	0,32%	0,42%
furtos em veículos	6	807	4,44%	0,28%	0,74%
total registrado	135	21428	100%	6,22%	0,63%

Fonte: Elaborada pelo autor (2021), com base no Relatório de Análise Criminal (CAPE, 2019a) da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR) e do Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nesse contexto, cabe trazer o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei n. 3914, de 9 de dezembro de 1941), especificamente o Art. 155, que define como furto o ato de “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”, e o Art.157, que caracteriza como roubo a prática de “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (BRASIL, 1941).

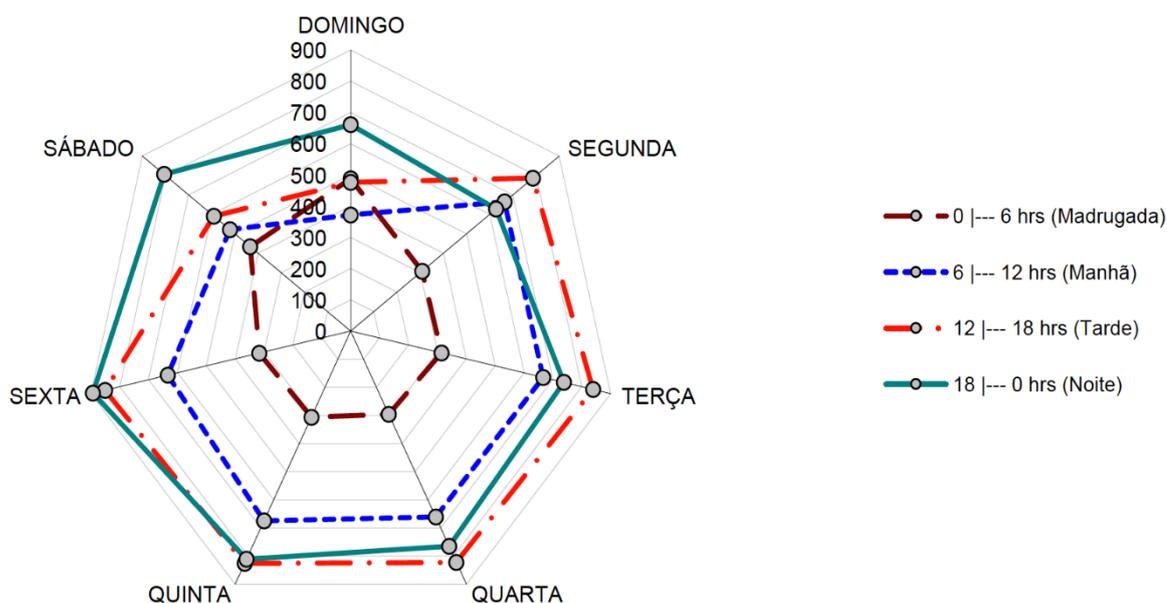
O que parece evidente nas informações acima é que a questão social influencia a tipologia de crimes. Percebe-se que no bairro de maior poder aquisitivo – Batel – os crimes acontecem em ambientes fechados, diretamente sobre o patrimônio encontrado debaixo da cobertura dos imóveis fortificados com aparatos contra invasão. Essa constatação poderia justificar a busca incessante de moradores do bairro Batel por artifícios de proteção patrimonial, condição demonstrada através do levantamento físico, mas que, de acordo com Melgaço (2010, p. 33), “aparentemente não existem evidências comprovadas de sua eficácia, demonstrando um descompasso entre ação e reação”.

No outro bairro – Prado Velho –, selecionado como representante de menor renda média de Curitiba, os delitos ocorrem predominantemente em espaços públicos. Mesmo reconhecendo que os dois bairros selecionados têm praticamente o mesmo número registrado de furtos e roubos em logradouros, observa-se que o Prado Velho possui apenas 40,63% do número de domicílios encontrados no Batel, ou seja, o índice de criminalidade nessa região da cidade é consideravelmente maior. Novamente as questões social e econômica se evidenciam: há maior desconforto e insegurança entre usuários dos ambientes públicos, e as classes média e baixa são as que enfrentam mais medo e insegurança diariamente em seus deslocamentos pela cidade (BALDAN, 2019).

Outro relatório utilizado para interpretar a criminalidade nesta região é o Relatório Estatístico Criminal, também fornecido pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE, 2019b), traz informações sobre a ocorrência de crimes nos dias da semana e sua correspondência com os horários informados nos registros da cidade de Curitiba. Quando se abordam os roubos em ambientes públicos, nota-se certo equilíbrio nos horários informados pelos registros durante os dias úteis da semana. Já entre sexta e segunda-feira, percebe-se uma queda nas incidências do período diurno e uma ampliação no período da madrugada, conforme se observa na Figura 2.

Essa informação parece estar diretamente ligada ao uso do espaço público: no período da madrugada, em que se constata um crescente abandono do espaço público ocasionado pelo medo do crime (SANTOS NETO, 2016), é quando estatisticamente as ocorrências são registradas. Ao transformar regiões com pouca circulação de pessoas em lugares a serem ainda mais evitados, eles se tornam pontos focais da criminalidade. Lembra-se, nesse contexto, que é a existência de um agressor motivado, somada a um alvo desejado e, via de regra, à ausência de guardiões (COHEN; FELSON, 2012 [1979]) que trazem a oportunidade para o crime.

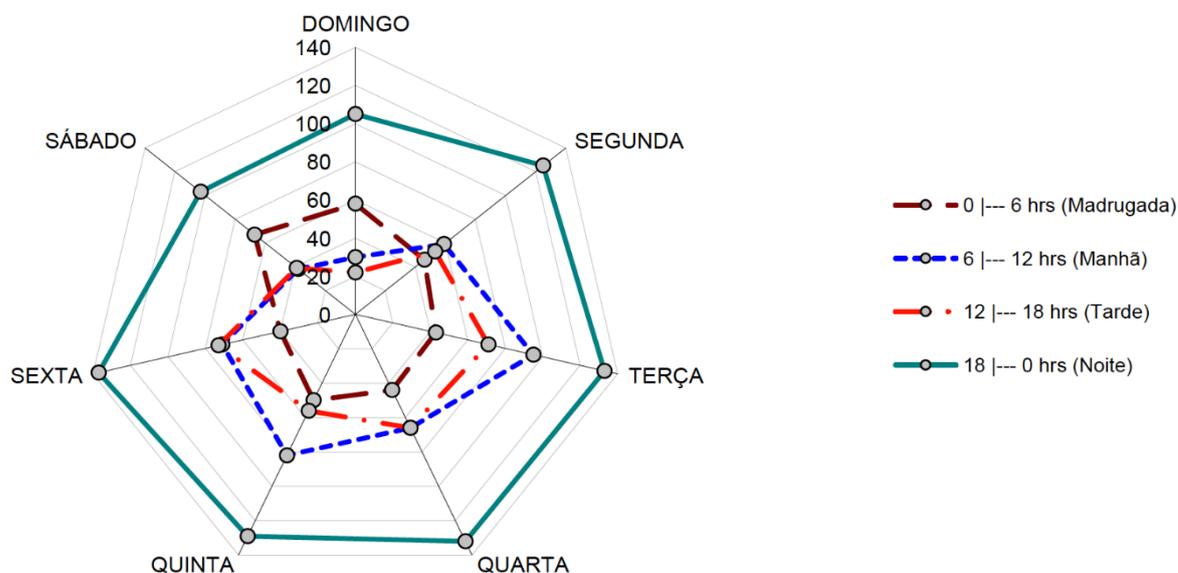
Figura 02 – Gráfico com horários de incidência de roubos em ambientes públicos



Fonte: Centro de Análise, Planejamento e Estatística - Relatório Estatístico Criminal (CAPE, 2019b), da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR).

Os registros de roubos em residências mostram a grande preferência dos criminosos pela ação no período da noite, mas há também registros diurnos. Nos fins de semana, no entanto, são substituídos pelas ocorrências na madrugada, conforme demonstra a Figura 03.

Figura 03 – Gráfico com horários de incidência de roubos em residências

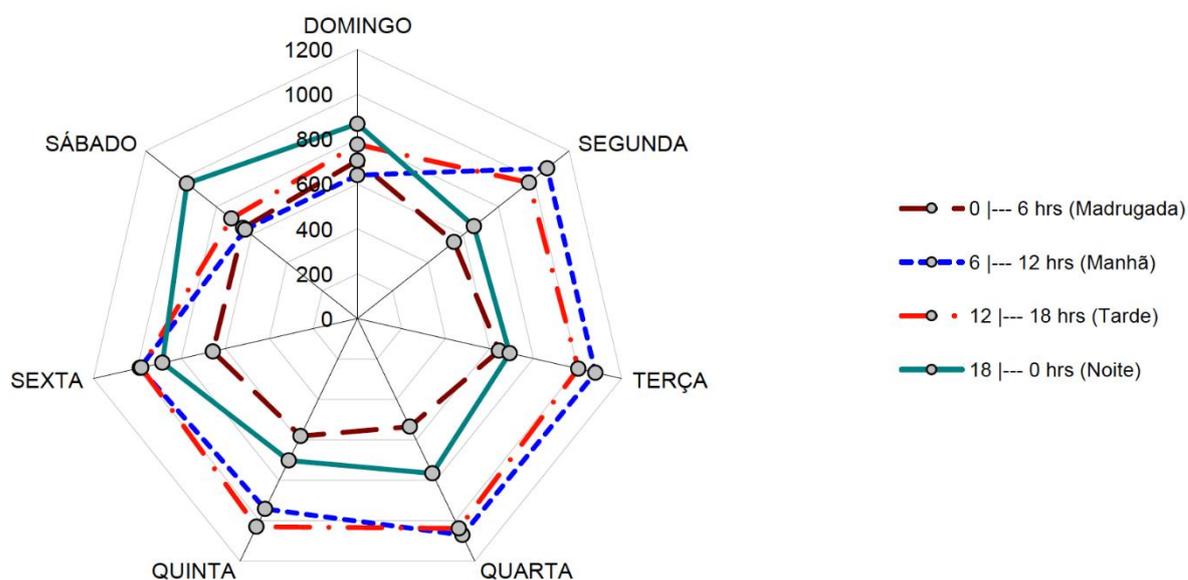


Fonte: Centro de Análise, Planejamento e Estatística - Relatório Estatístico Criminal (CAPE, 2019b), da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR).

Sobre preferências de criminosos para furtos em residências, o relatório demonstra que, durante os dias úteis, as ocorrências se concentram no período diurno, sendo substituídas pelo noturno nos fins de semana, conforme exposto na Figura 04.

Tomando como base os dois gráficos analisados com horários de roubos e furtos em residências, parece haver uma predileção por atividades de rotina (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1981) que não estão necessariamente vinculada à questão da localização ou dos fatores econômicos e sociais envolvidos no crime. Para os furtos em residências, a maioria dos delitos ocorre em períodos diurnos, com criminosos aproveitando a distração das vítimas com outras atividades do dia a dia para o sucesso da ação. Para roubos em residências, que acontecem majoritariamente durante o período da noite, infere-se que a ação criminosa acompanha o acesso dos moradores à moradia, comumente depois da jornada de trabalho.

Figura 04 – Gráfico com horários de incidência de furtos em residências

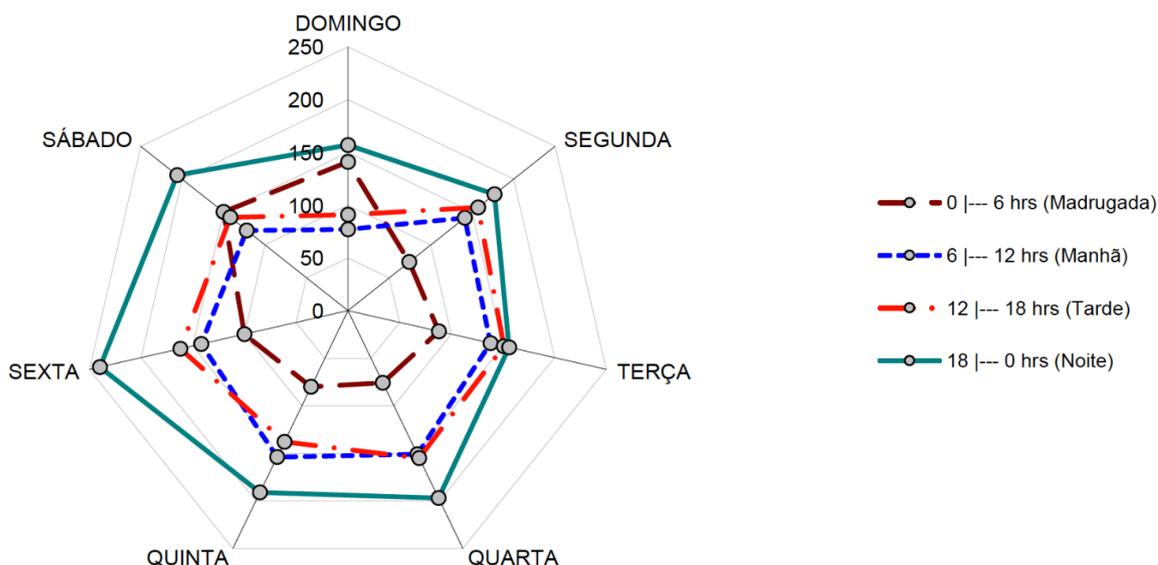


Fonte: Centro de Análise, Planejamento e Estatística - Relatório Estatístico Criminal (CAPE, 2019b), da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR).

Como última informação deste relatório, conforme expresso na Figura 05, constata-se uma propensão pelo período noturno para ocorrência de furtos em veículos, isso durante todos os dias da semana. Nos dias úteis também são computados furtos durante o dia, em frequência que se equipara à apurada aos

domingos durante a madrugada. Esse cenário é mais perceptível nos bairros onde a circulação de pessoas e de veículos é mais intensa durante a noite e a madrugada – principalmente nos fins de semana – devido à presença de comércios voltados à alimentação e lazer; isso atrai a criminalidade voltada aos veículos, segundo a teoria da opção racional (DANTAS; PERSIJN; SILVA JÚNIOR; 2007).

Figura 05 – Gráfico com horários de incidência de furtos em veículos



Fonte: Centro de Análise, Planejamento e Estatística - Relatório Estatístico Criminal (CAPE, 2019b), da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP-PR).

Esse contexto demonstra as características de distribuição dos crimes durante a semana, percebendo-se padrões de escolha por regiões e horários relacionados à existência ou não da circulação de pessoas nos espaços públicos. Também se nota que, nos fins de semana, a atividade criminal fica mais intensa durante a noite e madrugada, acompanhando a movimentação típica de habitantes que buscam alternativas de lazer noturno.

Tal entendimento sobre as ocorrências no município é necessário para um comparativo da percepção de violência por parte dos moradores nos bairros estudados; o sentimento relatado de medo aos crimes leva a “percepção urbana” da violência. Duarte (2007, p. 181), nesse sentido, discorre que:

[...] percepções urbanas são tanto apreensões que se têm de elementos concretos da cidade como projeções feitas sobre ela – e é na relação de reflexão e projeção de estímulos que se dá a percepção urbana, a qual direciona, por sua vez, as vivências urbanas e a ideia que se tem de uma região.

Trata-se, portanto, de sentimentos que podem levar ao reconhecimento de uma determinada região como violenta, sem que ela seja necessariamente alvo frequente de crimes. Isso demonstra que fatores diversos podem ser utilizados na construção da percepção de insegurança.

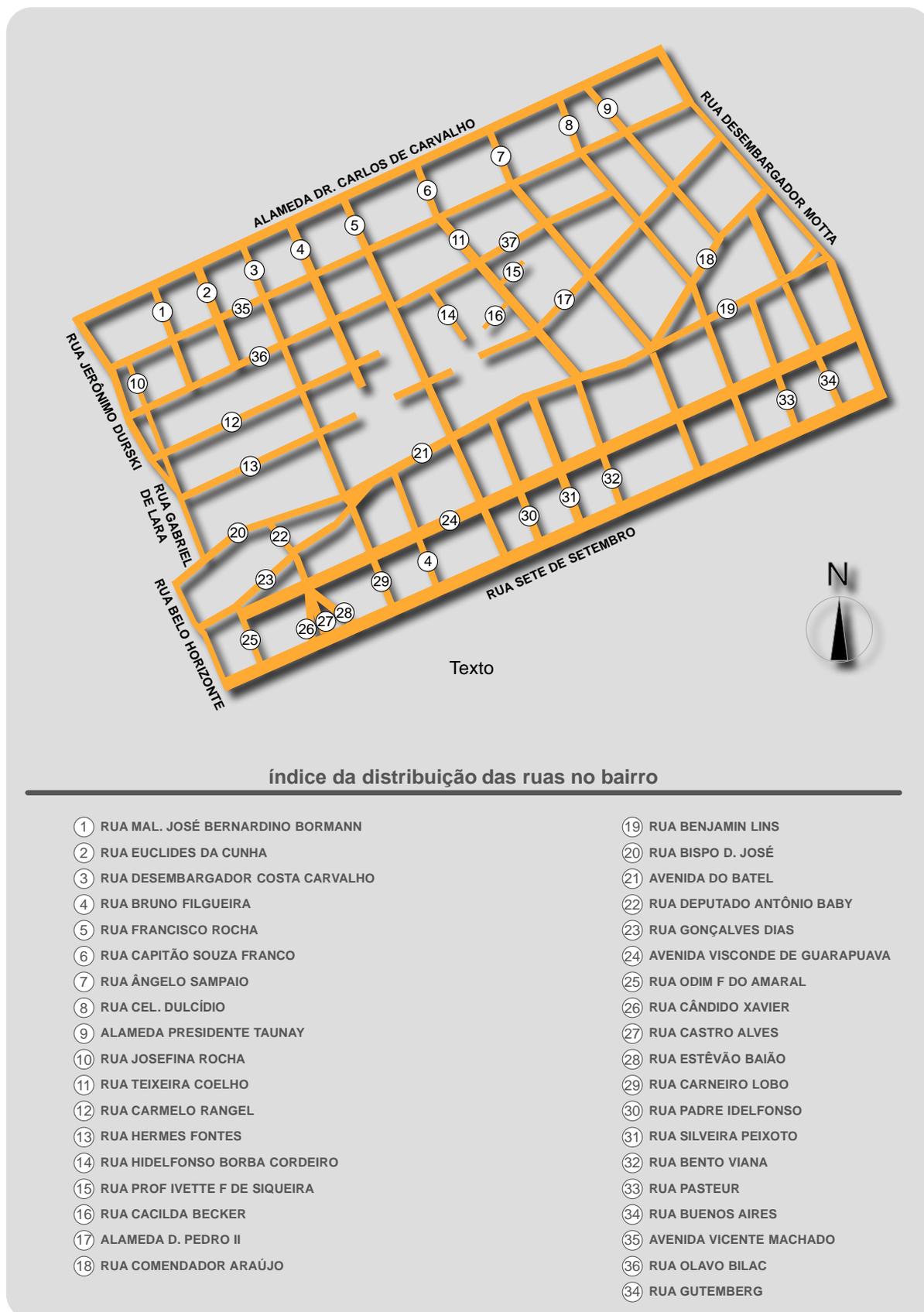
4.2 OS DISPOSITIVOS DE SECURITIZAÇÃO E VIGILÂNCIA EM BAIROS DE CURITIBA

Para o levantamento físico são empregados instrumentos para a coleta dos dados, auxiliados por definição de uma amostra com subgrupos formados por bairros na cidade representativos e necessários à compreensão de todo o universo envolvido (GIL, 2002), sendo, para isso, considerados os bairros do Batel e do Prado Velho. Esta etapa conta com a colaboração do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), através da acadêmica Bianca Horn, do curso de Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Para que se tenha reconhecimento das regiões analisadas, a Figura 01 (p. 44) traz a localização dos bairros selecionados dentro do município de Curitiba. Já a Figura 06 traz uma ampliação do bairro Batel, com sua delimitação entre a alameda Dr. Carlos de Carvalho, rua Desembargador Motta, avenida Sete de Setembro, rua Belo Horizonte, rua Gabriel de Lara e rua Jerônimo Durski. A ilustração demonstra a malha de vias que formam o bairro, indicando por onde foi realizado o reconhecimento dos equipamentos instalados contra a violência urbana. Destaca-se que bairro Batel possui 5.343 domicílios distribuídos em 1342 lotes, com densidade demográfica de 62,60 habitantes/hectare, e média de habitantes por domicílio de 2,04 (IBGE, 2010).

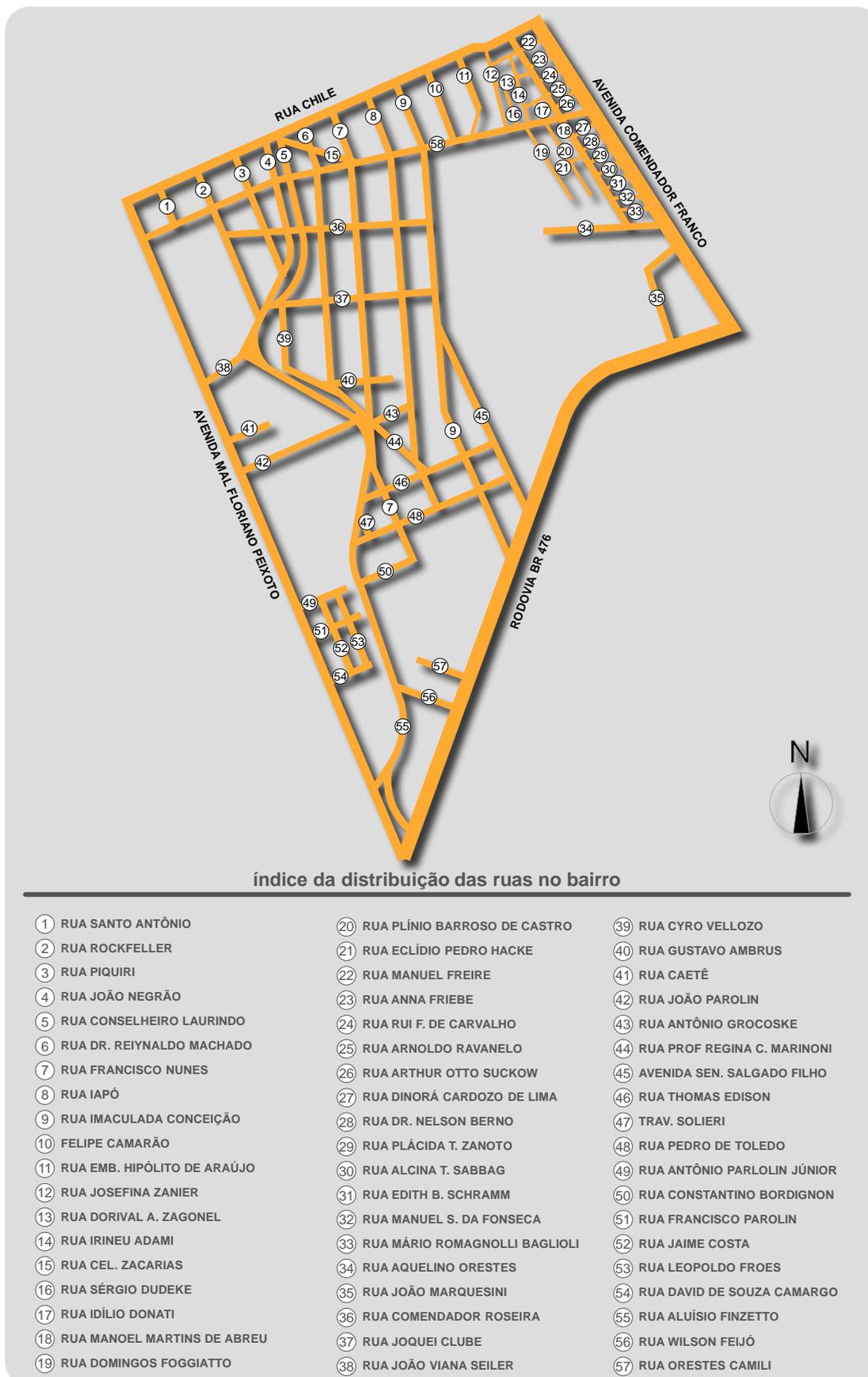
Com a mesma finalidade, a Figura 07 traz o bairro do Prado Velho ampliado, com seus definidores de limites geográficos, formados pela rua Chile, avenida Comendador Franco, antiga Rodovia BR 476 (atual Linha Verde) e avenida Marechal Floriano Peixoto. O bairro possui 2.171 domicílios distribuídos em 421 lotes, com densidade demográfica de 24,97 habitantes/hectare, e média de habitantes por domicílio de 2,80 (IBGE, 2010).

Figura 06 – Mapa de ruas no bairro Batel



Fonte: Elaborada pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

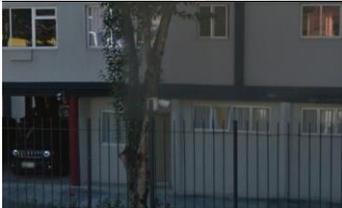
Figura 07 – Mapa de ruas no bairro Prado Velho.



Fonte: Elaborada pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

Nesta etapa da pesquisa é realizada a visitação dos bairros para o levantamento dos dispositivos instalados nos imóveis distribuídos em suas vias. O reconhecimento dos elementos foi majoritariamente efetuado a partir da plataforma online do *Google Street View*, cujas as imagens utilizadas datam do período entre 2017 e 2020; de modo complementar, têm-se imagens que também ilustram os equipamentos, obtidas por meio de levantamento fotográfico em visita in loco realizada pelo pesquisador – apresentadas nas Figuras 10 a 17. Os elementos encontrados nesta sondagem foram catalogados em planilhas, com a disposição das informações em colunas. A primeira informação traz a imagem do imóvel, seguida do seu endereço, uma breve descrição da ilustração, e a identificação dos dispositivos encontrados na fotografia. Para a contagem do número de equipamentos encontrados, foram criados blocos correspondentes às quadras das ruas analisadas, conforme demonstrado na Tabela 06, que traz um recorte desta planilha. As quantidades de elementos nestas quadras foram levadas a uma segunda planilha, com a totalização dos números no bairro, conforme exemplificado na Tabela 07.

Tabela 06 – Exemplo de planilha para catalogação dos elementos identificados no levantamento físico

RUA HERMES FONTES – QUADRA 02				
Imagem	Número do lote	Descrição	Elemento	Quantidade
	298	Estacionamento com uso de lanças ao longo de todo o alinhamento predial	Lanças	01
	202	Edificação comercial com uso de duas câmeras direcionadas para a rua (uma para cada lado da rua)	Câmeras de vigilância	02
	37	Edificação residencial com uso de câmera direcional para a rua	Câmeras de vigilância	01
	78	Edificação residencial com uso de lanças nos portões e presença de aviso de monitoramento privado	Lanças	01
			Aviso de monitoramento	01
			Total	06

Fonte: Elaborada pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

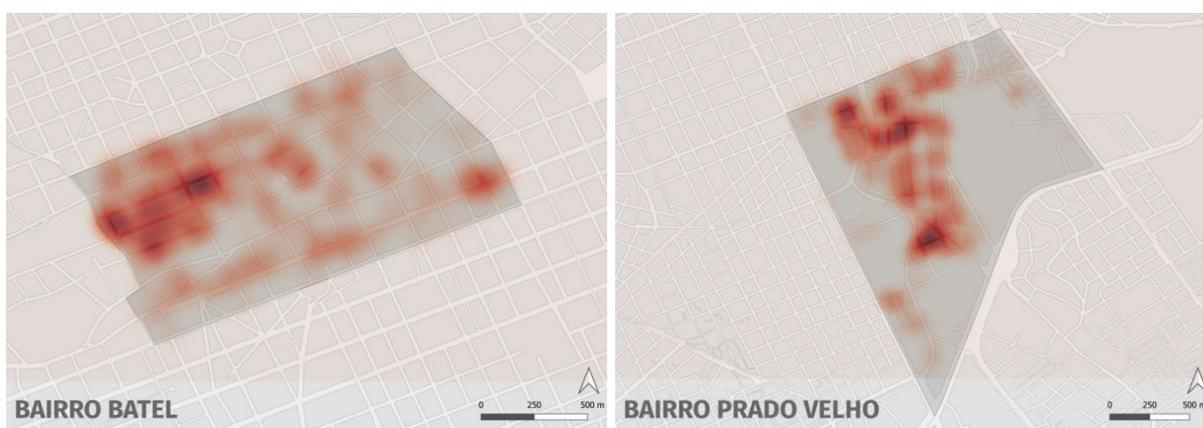
Tabela 07 – Exemplo de planilha para totalização do número de elementos identificados no levantamento físico

RUA	QUADRA	DISPOSITIVOS	TOTAL DISPOSITIVOS
Carmelo Rangel	1	63	82
	2	19	
Padre Ildefonso	1	07	33
	2	26	
Bruno Filgueira	1	14	56
	2	17	
	3	14	
	4	05	
	5	06	
TOTAL			171

Fonte: Elaborada pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

Para um melhor entendimento da distribuição destes equipamentos, a Figura 08 apresenta mapas de calor, desenvolvidos no programa QGIS, relativos aos dois bairros de análise; identificam-se, assim, as áreas com concentração dos equipamentos identificados – destacadas em cores mais escuras. Com estes mapas somados à percepção tida durante o levantamento, observa-se que, no bairro Batel, o maior número de elementos de segurança se encontram em locais com possíveis características residenciais e de alto padrão construtivo. Já no bairro Prado Velho, a instalação predomina em regiões com possíveis características comerciais. Essa constatação parece demonstrar que o fator econômico influencia na utilização desses dispositivos, pois o Prado Velho comporta moradores de baixo poder aquisitivo que, em sua maioria, não utilizam equipamentos de proteção patrimonial.

Figura 08 – Mapas de calor dos dispositivos encontrados nos bairros Batel e Prado Velho



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

Com o rastreamento dos equipamentos, demonstrado na Figura 09, constata-se uma preferência por parte dos moradores do bairro do Batel por equipamentos eletrônicos para controle de presença; são registradas 853 câmeras de vigilância (Figura 10) e 356 avisos de monitoramento (Figura 11), elementos que, somados, contabilizam 75% dos equipamentos encontrados no bairro. Os outros 25% são compostos por elementos físicos de controle, como “cercas elétricas” (Figura 12), com 166 unidades; “lanças” (Figura 13) – elementos metálicos pontiagudos instalados sobre grades ou muros –, com 138 unidades; “arames farpados” (Figura 14) – instalados sobre grades ou muros –, com 51 unidades; “muros altos”, assim designados como elementos acima da altura do observador (Figura 15), com 47 unidades; “muros baixos”, considerados obstáculos abaixo da altura do observador (Figura 16), com 10 unidades; e “vigilante” (Figura 17), com 4 unidades.

Figura 09 – Imagens das ruas com maior concentração de dispositivos no bairro Batel



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

Figura 10 – Imagem de câmera de vigilância



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Figura 11 – Imagem de aviso de monitoramento



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Figura 12 – Imagem de cerca elétrica



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Figura 13 – Imagem de lança



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Figura 14 – Imagem de arame farpado



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Figura 15 – Imagem de muro alto



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Figura 16 – Imagem de muro baixo



Fonte: Acervo do autor, 2020.

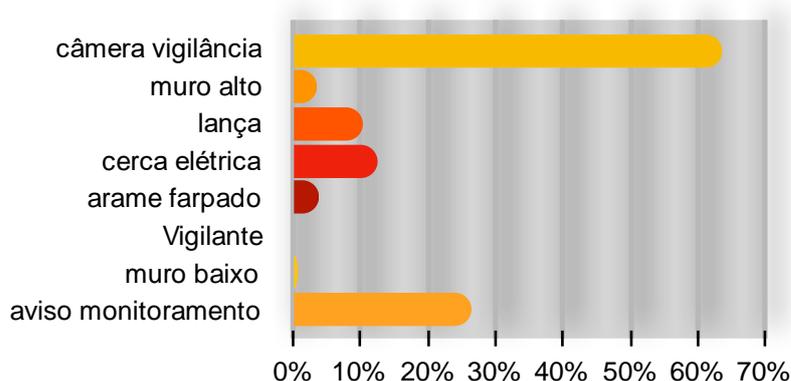
Figura 17 – Imagem de vigilante



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A Figura 18 traz a relação entre o número de elementos encontrados e a quantidade de lotes existentes no bairro. Neste gráfico, observa-se que há câmeras instaladas em mais da metade dos lotes e avisos de monitoramento em um quarto das propriedades encontradas; elementos com custo considerável de instalação e manutenção, demonstrando alto nível de fortificação numa das regiões que mais concentram renda no município. Ainda nesse recorte, fica evidente a predileção por “dispositivos panópticos” (ORELLANA, 2011), que indicam uma “atuação de controle anônimo, com gestão autoritária e aparentemente sem parâmetros de verificação legal, induzindo ao esvaecimento dos limites de territórios”, conforme apontado por Firmino (2017, p. 32).

Figura 18 – Gráfico com a relação entre quantidade de dispositivos identificados e número de lotes no bairro Batel.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

O Prado Velho, segundo bairro mapeado, traz mais equilíbrio entre as escolhas dos habitantes; 50% dos equipamentos utilizados são de controle visual, como câmeras (238 unidades) e avisos de monitoramento (198 unidades). Na outra parcela estão elementos de proteção perimetral, como muros altos (26 unidades), cercas elétricas (220 unidades), arames farpados (146 unidades) e lanças (38 unidades). A Figura 19 mostra algumas imagens desse bairro, ilustrando a presença dos equipamentos relacionados. Na Figura 20, por sua vez, relaciona-se a instalação dos dispositivos com a quantidade de lotes no bairro, demonstrando que essa região utiliza ferramentas de visibilidade controlados remotamente em praticamente 50% das propriedades; a mesma proporção é computada em relação à instalação de barreiras físicas, indicando tendência de impedimento à violação das propriedades com recursos arquitetônicos instalados, com intuito de chamar a atenção do transeunte

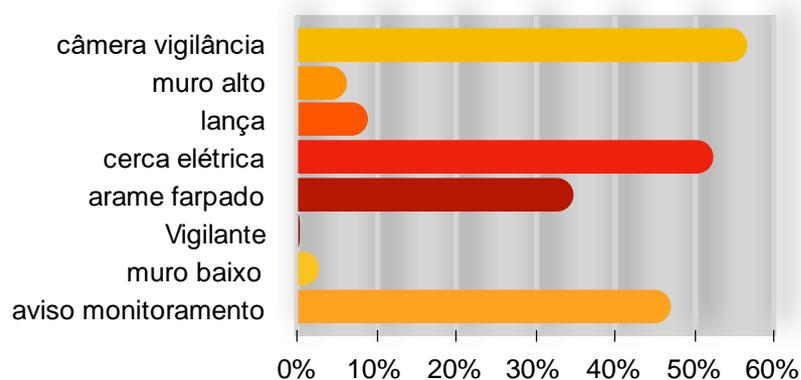
(MELGAÇO, 2010). A escolha desses equipamentos físicos também pode ser justificada pelo fato de serem mais acessíveis à população do bairro, que busca a sensação de segurança, mesmo que não estatisticamente comprovada, com sua instalação.

Figura 19 – Imagens das ruas com maior concentração de dispositivos no bairro Prado Velho



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

Figura 20 – Gráfico com a relação entre quantidade de dispositivos identificados e número de lotes no bairro Prado Velho.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no levantamento físico, 2021.

Este levantamento mostra a presença destacada e constante da arquitetura hostil, não exatamente pela configuração estética e estrutural das edificações, mas por meio da instalação de equipamentos com intenção de proteção patrimonial ou mesmo manifestação de status social (FARIA, 2020), trazendo alterações na paisagem urbana, e principalmente na interação do sujeito com seu meio ambiente (BURCOWSKI, 2013). A instalação descontrolada – e talvez não justificada – desses equipamentos, em busca de segurança, pode trazer consequências espaciais percebidas na sobreposição de barreiras físicas e visuais, ou mesmo no alcance social, com a limitação de territórios e a intimidação de “indivíduos não permitidos”.

4.3 A PERCEPÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE CURITIBA

Para coleta de dados com intenção de diagnóstico do medo e consequentes mudanças nas práticas sociais, afetando os habitantes na apropriação espacial urbana, opta-se pela aplicação de questionário dirigido à população da cidade de Curitiba. Esse procedimento tem o intuito de compreender a maneira como a população reconhece a violência na cidade e como o medo a ela relacionado afeta o convívio com seus pares e/ou com o espaço urbano.

Esta etapa da investigação também conta com auxílio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), através da acadêmica Jéssica Gauer Queiroz, do curso de Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

As 20 perguntas elaboradas e suas respectivas respostas estão apresentadas de forma detalhada no apêndice deste documento. O questionário foi dividido em cinco blocos principais de perguntas após a identificação do bairro ao qual o respondente pertence. O primeiro bloco tem o foco na caracterização demográfica dos respondentes, com questões sobre idade, gênero, raça e escolaridade, visando a divisão de grupos de análise. O segundo bloco de perguntas se relaciona à tipologia da moradia e ao relacionamento do indivíduo com sua vizinhança, dados importantes

para compreender padrões de sociabilidade no comportamento das pessoas. O medo e a insegurança na utilização dos espaços privados ou públicos são questões relevantes para o alcance dos objetivos desta pesquisa, sendo abordados no terceiro bloco do questionário. Pelo quarto bloco são coletadas as opiniões sobre a utilização de equipamentos contra a violência urbana. Por fim, o quinto e último bloco de perguntas visa depreender a percepção sobre a violência e suas medidas de controle na cidade.

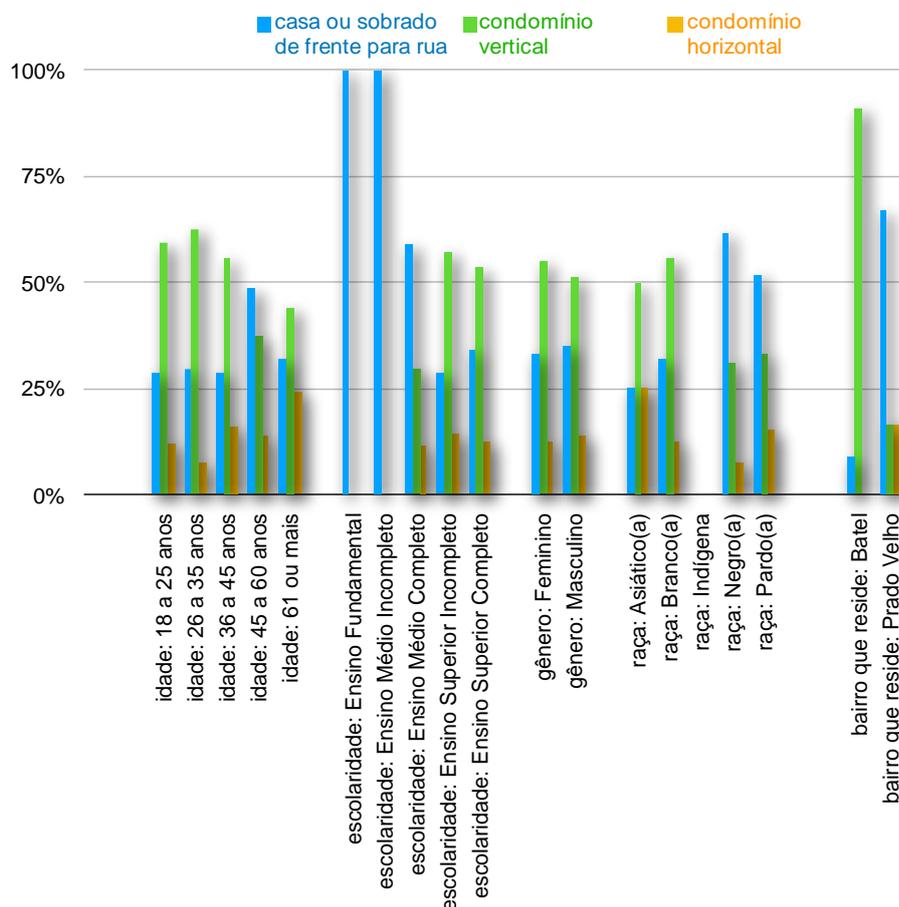
Diante das 445 respostas, são montados gráficos que agrupam dados na tentativa do entendimento da realidade dos respondentes. Nas primeiras colunas estão dispostas as respostas de todos os envolvidos com o questionário (respondentes do município inteiro); a última coluna traz somente as respostas dos moradores dos bairros utilizados no recorte da pesquisa (Batel e Prado Velho). Salienta-se que as respostas utilizadas provenientes do bairro do Batel somam 11 participações e do bairro Prado Velho somente 6; apesar da pouca representatividade desses números, são respostas necessárias para que se obtenha um mínimo de compreensão sobre a realidade específica das regiões.

Quando indagados sobre a tipologia de habitação (Figura 21), nota-se que os habitantes de Curitiba uma preferência por edificações para habitação unifamiliar de frente para a rua entre os indivíduos de idade média (entre 45 e 60 anos), com escolaridade definida como “ensino fundamental” e “ensino médio”, da raça negra ou parda. Ao separar somente as respostas obtidas para os bairros analisados, o Prado Velho concentra a maioria das escolhas por edificações dessa tipologia.

Para residências em condomínio vertical (habitação coletiva em edifício), as respostas do município indicam que essa é a preferência dos jovens (idade entre 18 e 45 anos), seguidos pelos idosos (mais de 60 anos), grupos que declararam ter curso superior – ou por concluir –, e majoritariamente brancos ou asiáticos. Na análise das respostas obtidas exclusivamente nos bairros deste estudo, constata-se que os moradores do bairro Batel são os que demonstram maior preferência por habitação em condomínios verticais. Os condomínios horizontais, denominados ERF's (Espaços Residenciais Fechados), foram pouco expressivos entre os respondentes, poucos admitiram preferência por esse tipo de habitação; esse fato gera certo espanto diante

do esforço mercadológico, retratado por Baldan (2019), para que os ERF's se tornem alternativas ideais na busca da segurança urbana.

Figura 21 – Gráfico com tipologia do imóvel relacionada a idade, escolaridade, gênero, raça e bairros

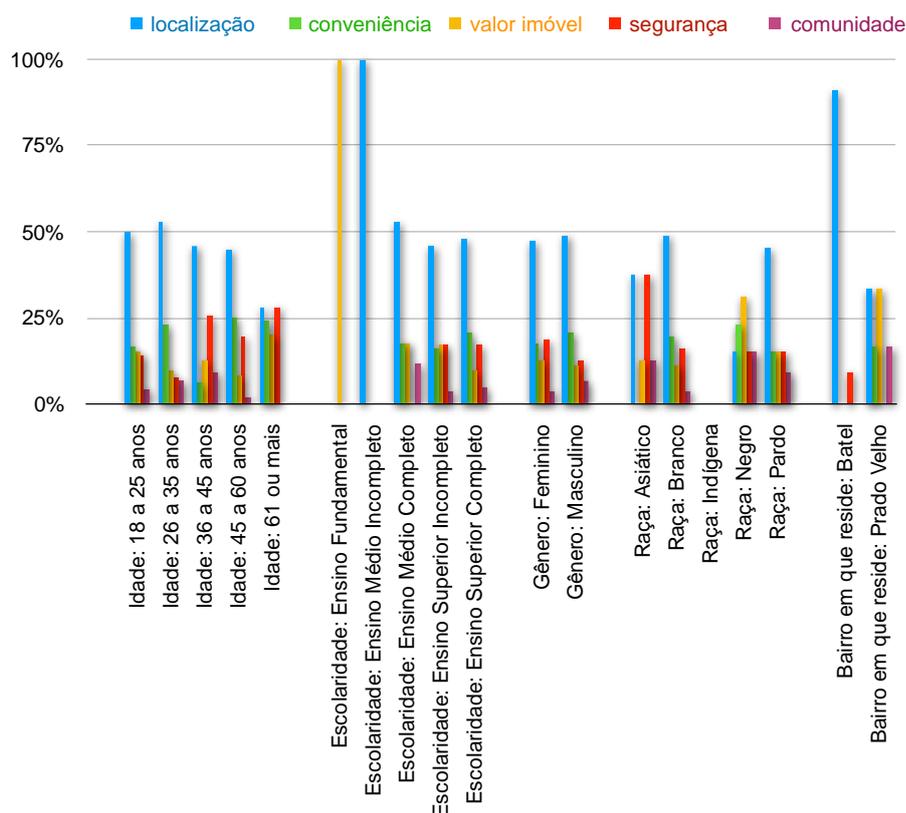


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Quando os respondentes da cidade são indagados sobre os motivos que os levaram a escolher o imóvel que atualmente residem, conforme ilustrado no gráfico da Figura 22, a absoluta preferência se dá pelo item “localização” da edificação. A situação com emparelhamento das escolhas foi para os idosos (oscilaram entre “localização”, “valor do imóvel” e “segurança” oferecida), os possuidores de “ensino fundamental” (dividiram a escolha entre “localização” e “valor”) e os asiáticos (“localização” e “segurança”). Para respondentes negros, a escolha foi distinta: o “valor do imóvel” foi o grande definidor de suas escolhas, seguido pelo critério da “conveniência” da região. Quando consideradas somente as respostas dos bairros do

recorte, no Batel a intenção da “localização” prevaleceu, mas no Prado Velho houve um equilíbrio entre critérios de “localização” e “valor do imóvel”, seguidos pela “conveniência” e apreço à “comunidade”. Destaca-se o fato de que o fator violência urbana não aparece como influenciador na escolha da moradia.

Figura 22 – Gráfico com motivos da escolha do imóvel relacionados a idade, escolaridade, gênero, raça e bairros.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

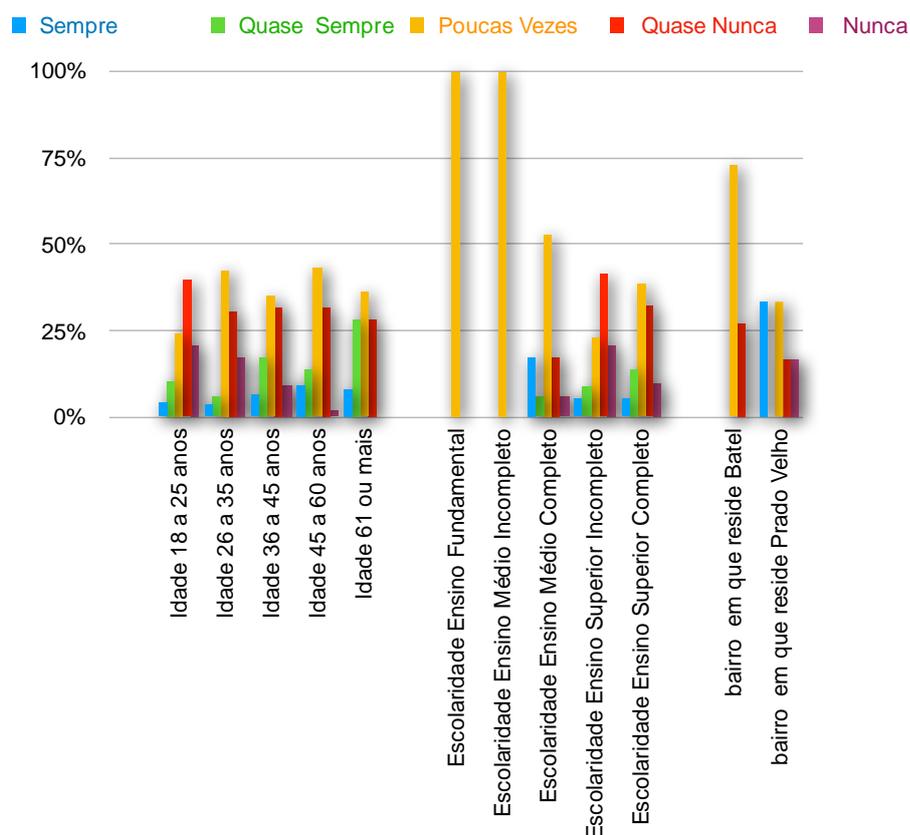
Apesar da ausência da violência entre fatores que influenciam na escolha do lugar de habitação, foram obtidas respostas que também trazem informações preocupantes ou distantes do ideal. Por exemplo: somente 1,62% dos indivíduos relata considerar a “convivência social” como fator preponderante na escolha da moradia, demonstrando que, de fato, há uma “tendência ao isolamento social, como uma fragmentação da população induzida pelo medo”, conforme alerta Souza (2008, p. 55).

Essa inclinação é confirmada no tópico seguinte do questionamento: 35,42% dos respondentes do município revelam que “poucas vezes convivem” com seus

vizinhos, 33,80% “quase nunca convivem” e 12,50% “nunca” praticam esta relação. Apenas 12,27% dizem que “quase sempre convivem” e 6,02% “sempre convivem” com seus vizinhos.

A Figura 23 mostra a relação desse convívio com relação à idade dos respondentes da cidade: jovens costumam ser os que “quase nunca convivem” com a vizinhança, mas, com o amadurecimento, os grupos passam a “poucas vezes conviver”; grupos que pertencem à faixa etária mais avançada tendem a “quase sempre conviver”. Uma descoberta interessante obtida nesse levantamento de opiniões se dá quando analisados os quadros de escolaridade: indivíduos que possuem “ensino fundamental” e “ensino médio” informam que se relacionam “poucas vezes” com seus vizinhos, mas entre aqueles com “curso superior” o afastamento aumenta significativamente.

Figura 23 – Gráfico com convivência entre vizinhos relacionada a idade, escolaridade e bairro



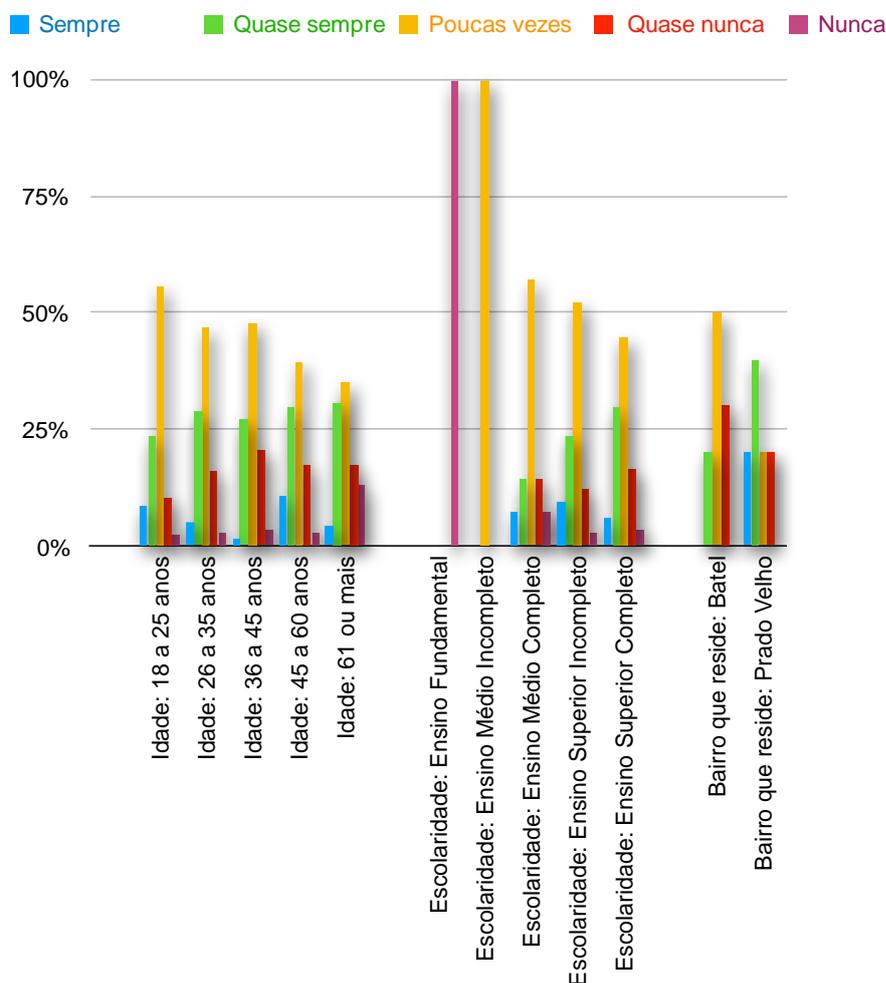
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Esses dados revelam que o desenvolvimento social e acadêmico tende a induzir ao afastamento do convívio com a vizinhança. Ao voltar esse olhar para os bairros escolhidos nesta pesquisa, percebe-se que no Batel os moradores relatam “pouco convívio”, contrastando com os moradores do Prado Velho que se relacionam com vizinhos. Reforça-se que o Batel foi escolhido por sua população possuir alto poder aquisitivo, e o motivo inverso levou à seleção do Prado Velho; pode-se constatar, pois, que este fator socioeconômico parece também ter influência nas práticas de convívio social.

Ao abordar o sentimento de medo, algumas questões são colocadas para se entender a relação dos respondentes do município com o uso ou apropriação dos espaços urbanos. Diante da pergunta sobre a percepção de medo ou insegurança ao frequentar espaços públicos, 47,13% responderam como “sentido poucas vezes”; inquietantes 27,27% dos respondentes afirmaram “quase sempre sentir medo” e 6,94% relataram “sempre estar inseguro”. Somente 15,31% responderam “quase nunca” perceber, e a menor porção (3,35%) diz “sentir segurança” nestes espaços.

Na Figura 24, nota-se que os jovens de Curitiba são os que “poucas vezes” sentem medo; com o passar da idade essa noção se inverte: os mais velhos afirmam “quase sempre” senti-lo. No âmbito da escolaridade, o grupo com “ensino fundamental” relata “nunca sentir” medo, mas a percepção gradativamente aumenta entre os que têm “ensino médio” e “ensino superior”. Nos bairros analisados, percebe-se diferenças na apropriação dos espaços públicos: o Batel proporciona certa segurança aos moradores, em contrapartida, no Prado Velho, os moradores afirmam que sentem medo ao utilizar os espaços da cidade.

Figura 24 – Gráfico com sentimento de medo ao utilizar espaços da cidade relacionado a idade, escolaridade e bairro.



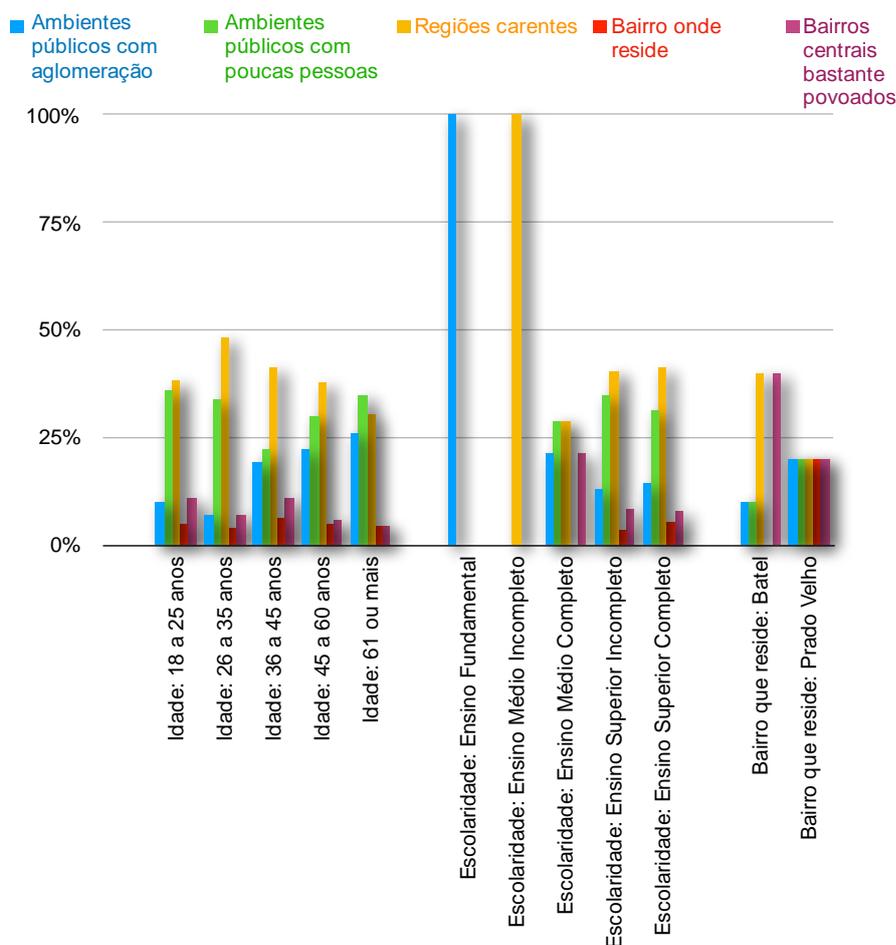
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Quando se analisam as respostas com indicação dos lugares onde os habitantes sentem insegurança ao utilizar os espaços urbanos (Figura 25), percebe-se que as “regiões carentes” têm uma forte referência negativa, estando relacionadas à violência e sendo indicadas como espaço a ser evitado. No gráfico, nota-se uma influência do fator idade: para os jovens, além das “regiões carentes”, os “ambientes públicos com poucas pessoas” também devem ser evitados; gradativamente, com o aumento da idade, aponta-se a opção oposta, isto é, os mais velhos preferem evitar “ambientes públicos com aglomeração” de pessoas.

Quanto à escolaridade, constata-se que entre usuários com “ensino fundamental” o medo da apropriação dos espaços públicos é atribuído aos “ambientes com aglomeração”; entre pessoas com “ensino médio” ou superior, o sentimento de insegurança está relacionado à “regiões carentes”. Nos bairros estudados, essa

questão não aparece como definidora para moradores do Prado Velho, mas, no Batel, novamente são apontadas as “regiões carentes” como espaços a serem evitados, juntamente com “bairros centrais bastante povoados”, o que permite mais uma vez a leitura de que a questão econômica induz a segregação social e está ligada a impactos sociopolíticos (SOUZA, 2008).

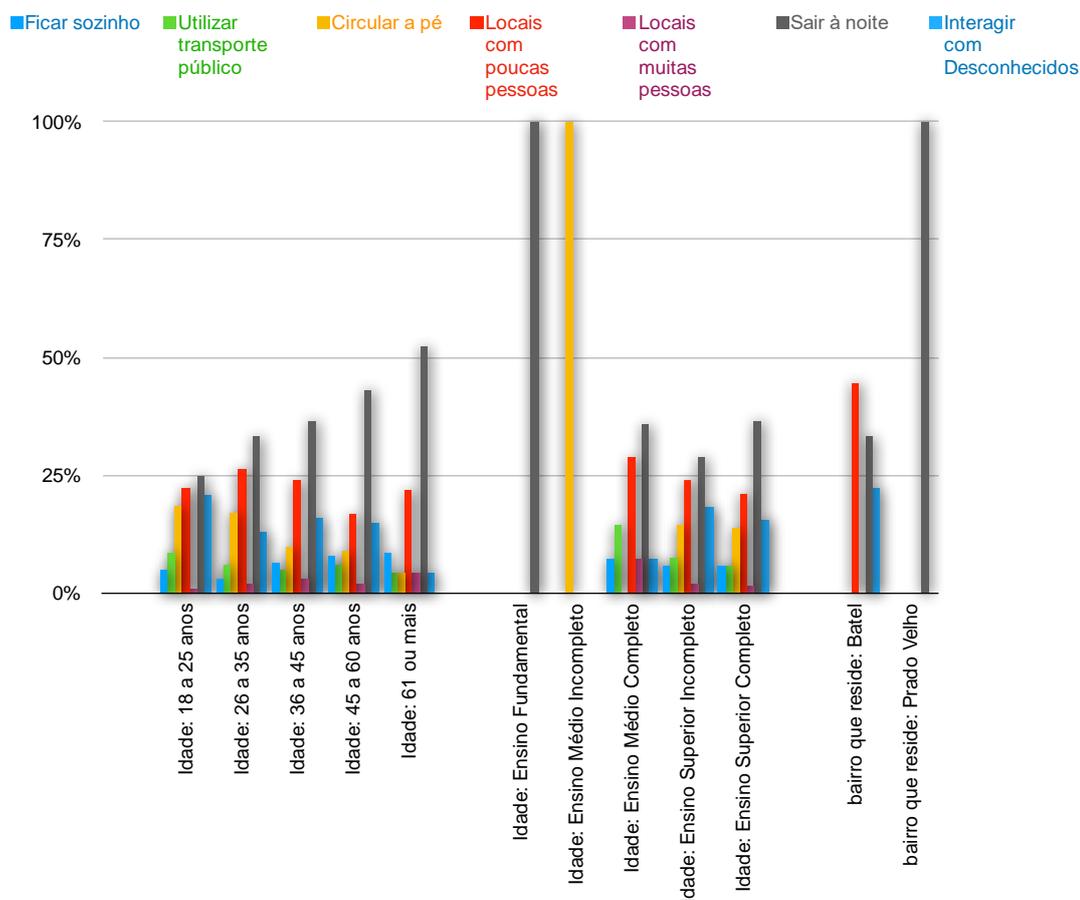
Figura 25 – Gráfico com indicação dos espaços indicando a sensação de insegurança relacionados a idade, escolaridade e bairro.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Ainda com o olhar sobre a percepção do medo, o questionário aborda situações a serem evitadas pelos habitantes da cidade, que oportunamente lhe trazem o sentimento de insegurança relacionado à violência urbana. Na Figura 26, pode-se observar que em relação à idade, os indivíduos apontam “sair à noite” como fator principal, que com o avanço da idade tem aumento notável.

Figura 26 – Gráfico com situações evitadas por medo relacionadas a idade, escolaridade e bairro.



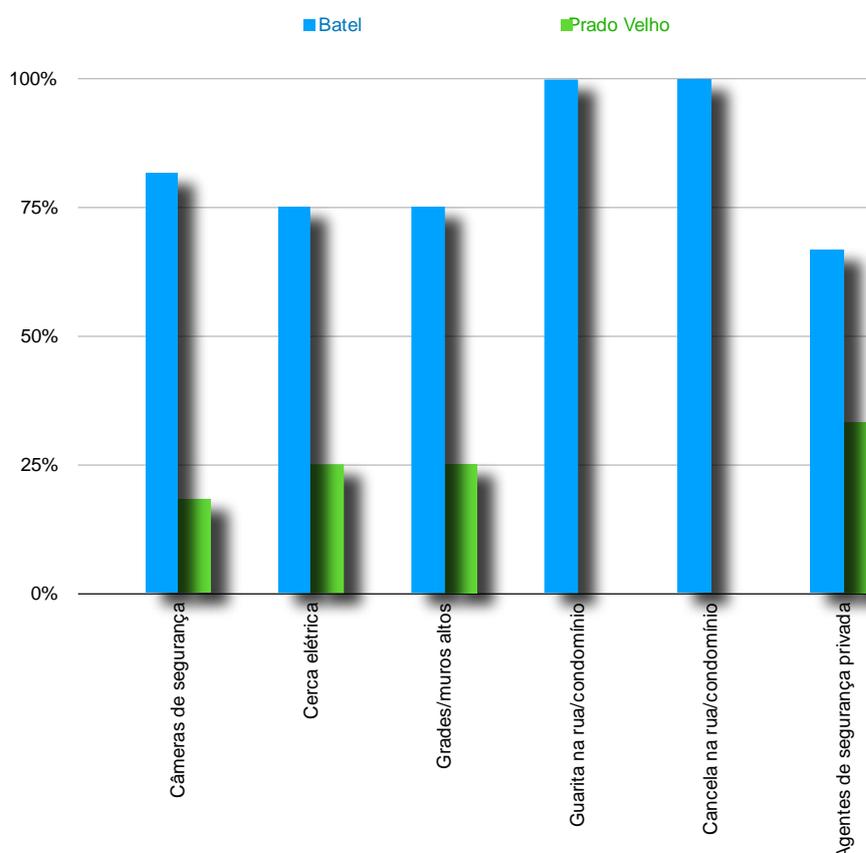
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Quando se observa a escolaridade, o gráfico da Figura 26 aponta que pessoas com “ensino médio” consideram “circular a pé” como situação a ser evitada, demonstrando que a autonomia como cidadão na cidade, induzida pelas novas experiências urbanas relacionadas aos jovens dessa fase escolar, traz-lhes relativo desconforto. Diante somente das respostas do recorte, moradores do bairro Prado Velho indicam “sair à noite” como atitude de grande risco, enquanto que no Batel são apontados “lugares ermos”, seguidos da “interação com desconhecidos”; o fator social se mostra como elemento preponderante nessa escolha.

O próximo bloco de questões traz um parecer sobre a utilização de equipamentos para conter a violência urbana. Diante das respostas recebidas, interessa-se apenas pelos dois bairros analisados, demonstrados na Figura 27. O bairro do Batel está evidentemente fortificado, utilizando um grande número de artifícios contra intrusos, o Prado Velho, por sua vez, indica a presença de equipamentos em menor escala, não sendo utilizados aqueles relativos à

consolidação de ERFs. Conforme confirmado no levantamento físico, os dois bairros apresentam diferenças na instalação dos equipamentos, sendo o fator econômico um definidor dessas escolhas. O bairro do Batel traz uma grande proporção de imóveis fortificados, utilizando equipamentos sofisticados e de custo considerável, enquanto que os moradores do Prado Velho optam por elementos de proteção física, mais acessíveis à população menos favorecida financeiramente.

Figura 27 – Gráfico com distribuição dos equipamentos nos bairros



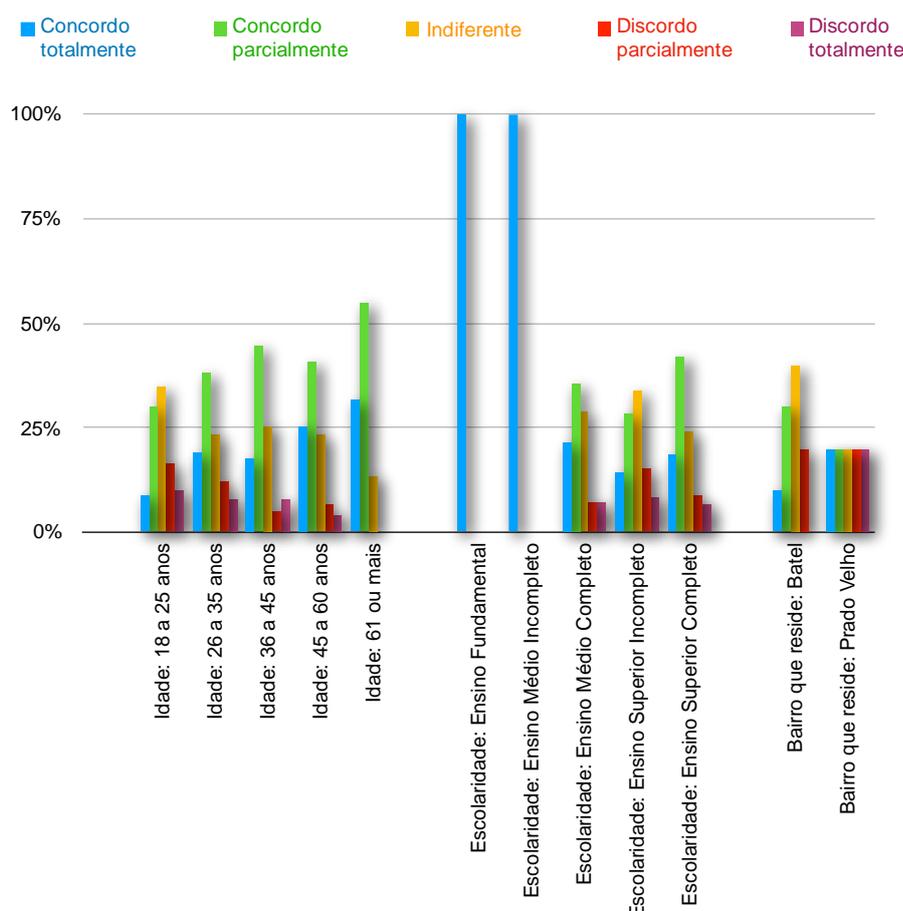
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Nas Figuras 28 a 32, estão demonstradas as sensações transmitidas na utilização dos equipamentos de segurança. Foi utilizada nessa parte do questionário, a escala de *Likert* com cinco dispositivos para concordar ou discordar na eficácia como instigador ao sentimento de segurança.

Nas respostas descritas na Figura 28, nota-se a concordância de que câmeras de segurança transmitem segurança. Quando essa informação é confrontada às faixas de idade dos respondentes, percebe-se alguma discordância entre os jovens (18 a 25 anos), mas isso esmaece com o envelhecimento. Quando analisada a

escolaridade como referência, todos aqueles com “ensino fundamental” e “ensino médio” concordam com a eficácia dos dispositivos, mas isso tende à indiferença entre aqueles com “ensino superior”. Essa mesma fragmentação ocorre entre moradores do bairro do Batel, mas contrasta com a opinião dos domiciliados no Prado Velho (o mesmo número de respondentes afirma concordar, ser indiferente ou discordar da eficácia das câmeras de vigilância). Com estas informações, infere-se que fatores social e acadêmico incorporam alguma desconfiança na efetividade do uso de câmeras; especificamente no bairro Prado Velho, como a situação financeira não permite a utilização do equipamento em grande quantidade, isso pode influenciar a opinião sobre sua eficácia.

Figura 28 – Gráfico com informação sobre câmeras de segurança transmitirem sensação de segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro

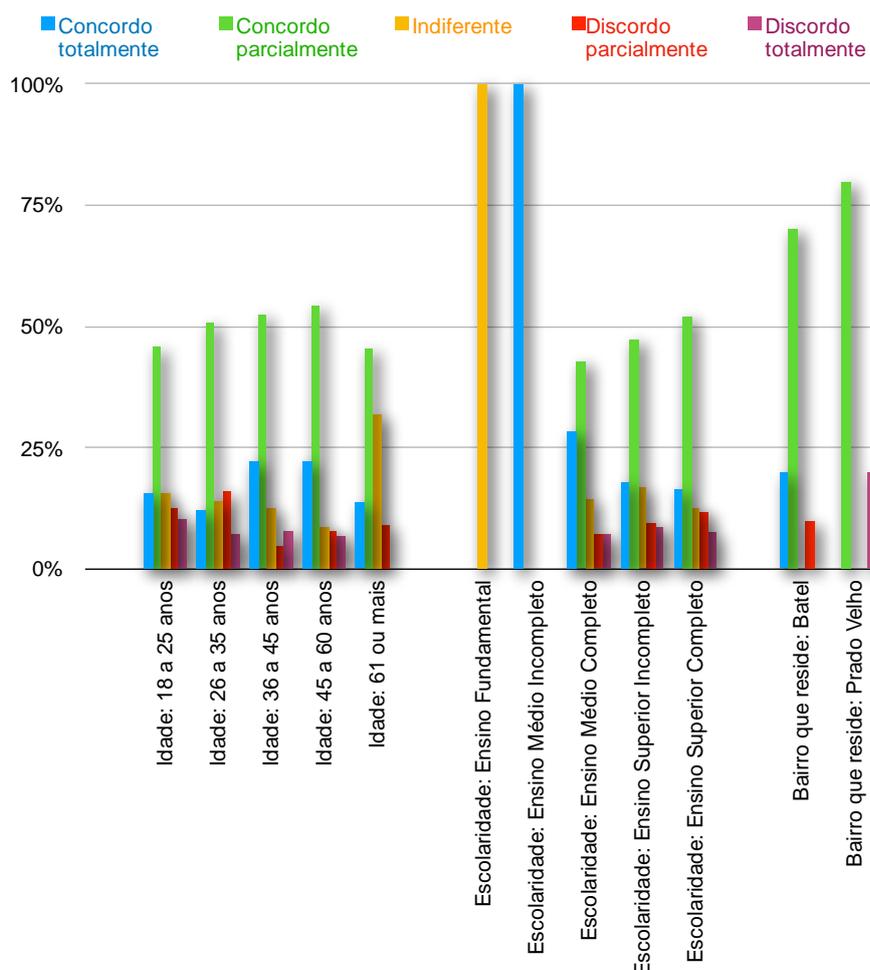


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Para a utilização de cercas elétricas, descritas no gráfico da Figura 29, existe uma grande concordância acerca da sua eficácia – somente os respondentes com

escolaridade descrita como ensino fundamental são indiferentes à sua efetiva transmissão de segurança. Deduz-se que isso pode ser explicado por representar uma população mais jovem, que ainda não tem conhecimento adquirido sobre sua necessidade, ou intenção de proteção patrimonial.

Figura 29 – Gráfico com informação sobre cercas elétricas transmitirem sensação de segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro

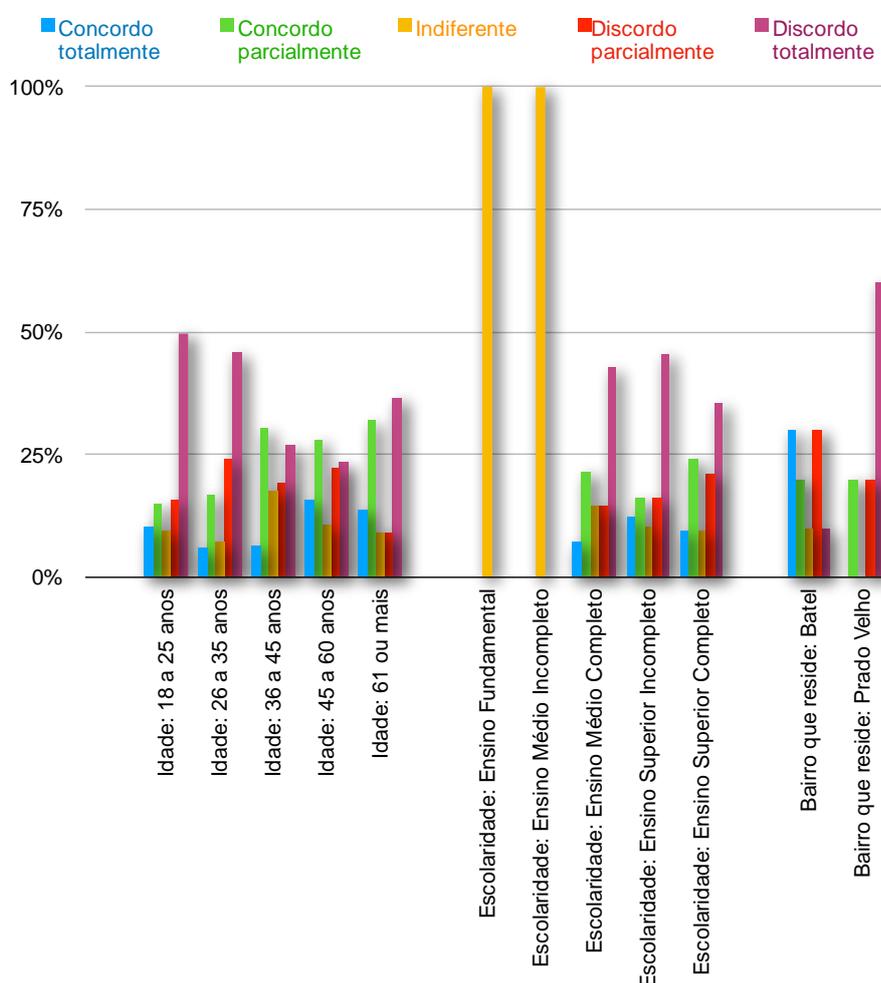


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

No gráfico da Figura 30, que descreve a sensação de segurança transmitida pela utilização de grades e muros altos, percebe-se que os jovens do município não acreditam na sua eficácia; pessoas de meia idade tendem a reconhecer confiança nesses elementos, mas essa convicção é perdida com o avanço da idade. No que tange a escolaridade, respondentes com ensino fundamental são indiferentes à presença dessas ferramentas, mas a partir do ensino médio, os entrevistados

discordam da sua eficiência. Diante da análise das respostas dos moradores dos bairros do recorte, os do Batel indicam sua aceitação como elementos que transmitem segurança, já no Prado Velho a maioria discorda dessa visão. O que se pode concluir dessas informações é que os muros altos e grades não trazem sensação positiva quanto à segurança urbana, indo ao encontro do que discutem Dantas, Persijn e Silva Júnior (2007, p. 40) acerca da “medievalização da arquitetura”, demonstrando que a prevenção excessiva não contribui para a qualidade de vida na comunidade.

Figura 30 – Gráfico com informação sobre grades e muros altos transmitirem sensação de segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro

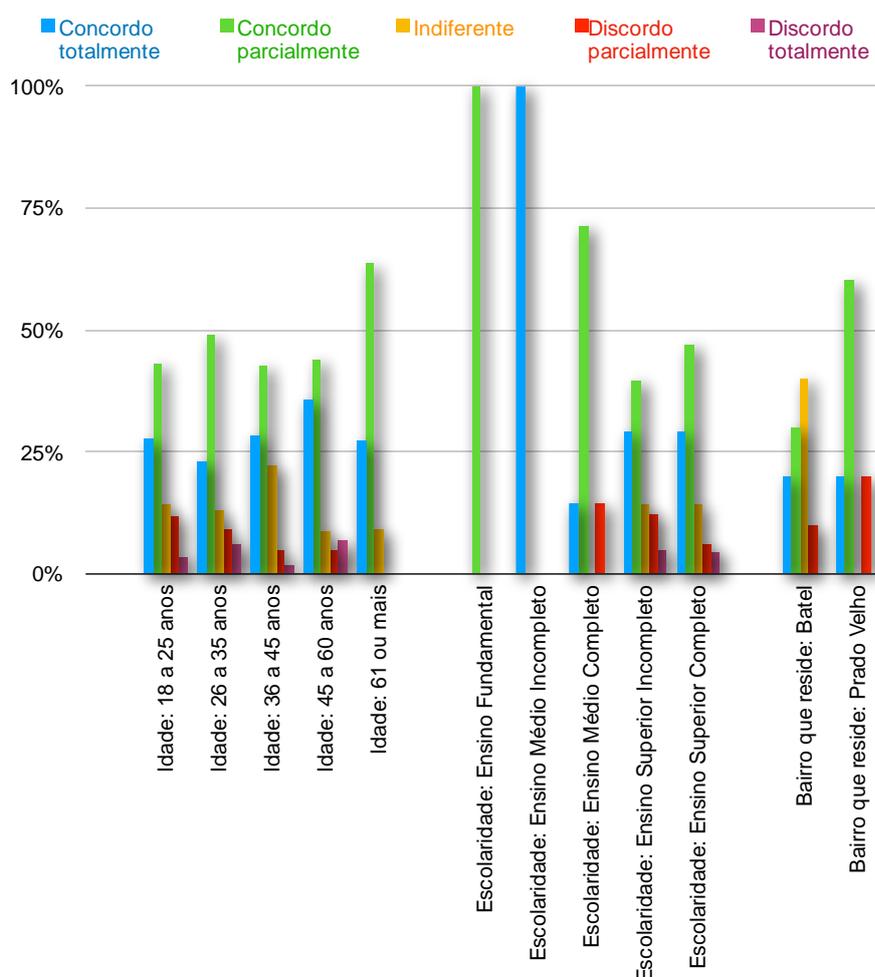


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

A relação da instalação de guaritas com a sensação de segurança, descritas na Figura 31, demonstra confiança dos respondentes com o instrumento utilizado. Constata-se ligeira discordância entre os indivíduos com ensino médio e superior. Nos

dois bairros analisados, a aceitação é majoritária, havendo uma pequena rejeição no Prado Velho, visto que este elemento não tem muitas instalações no bairro, segundo observado no levantamento físico.

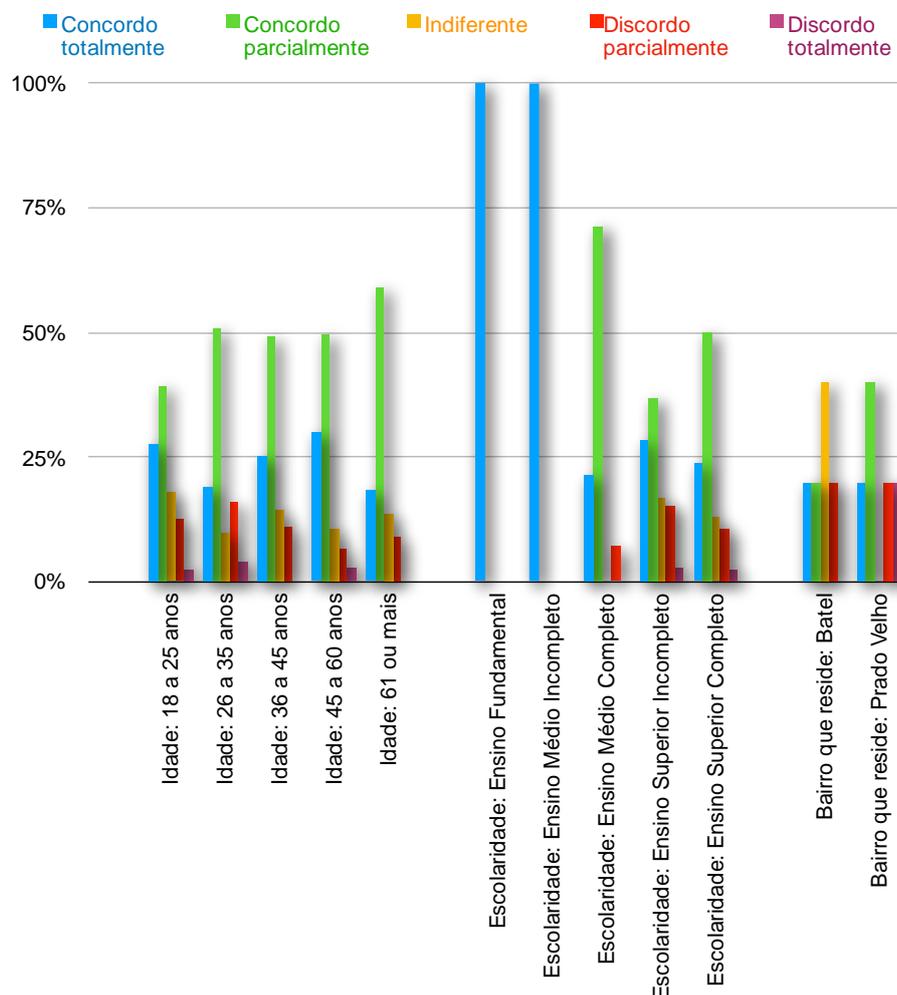
Figura 31 – Gráfico com informação sobre guaritas transmitirem a sensação segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

O gráfico da Figura 32 traz a opinião sobre a presença de agentes de segurança transmitindo a sensação de segurança. Novamente o instrumento mostra grande aceitação pela comunidade, havendo certa tendência de indiferença no Batel mostrando – questão possivelmente atrelada ao uso corriqueiro desse tipo de equipamento no bairro, fazendo com que seus habitantes não percebam sua influência.

Figura 32 – Gráfico com informação sobre agentes de segurança privada transmitirem sensação de segurança relacionado a idade, escolaridade e bairro



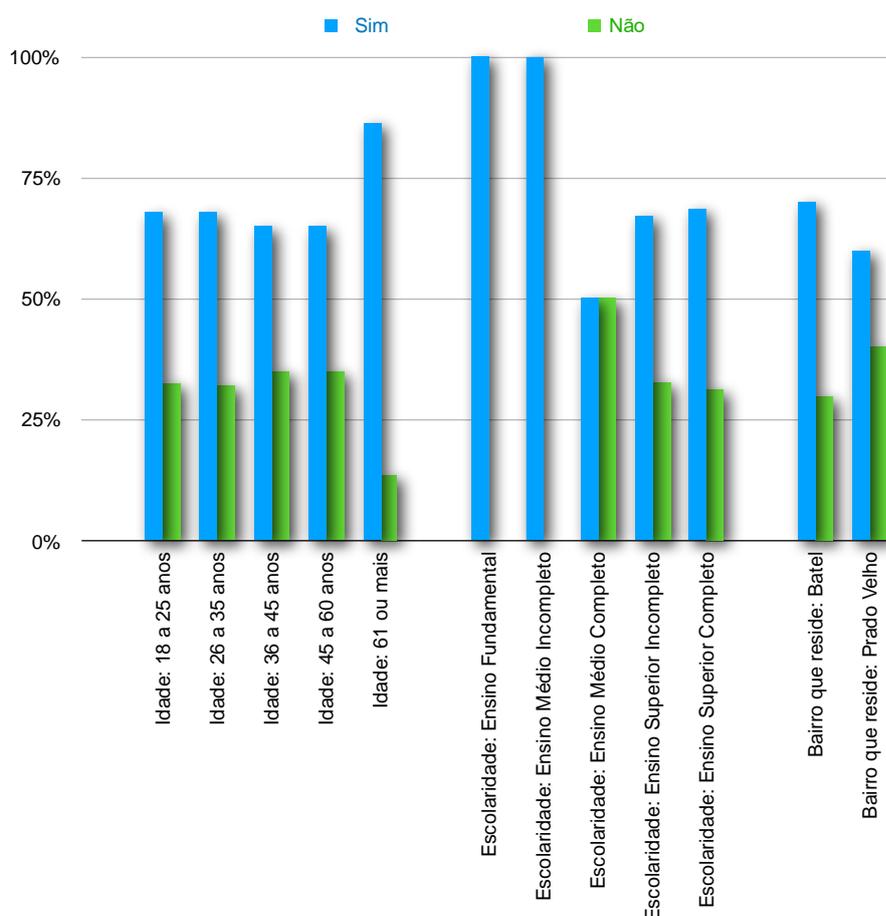
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Apesar de serem constatadas opiniões positivas e negativas sobre a utilização de equipamentos de segurança de modo geral, a Figura 33 demonstra que a grande maioria dos respondentes de Curitiba considera que são eficazes as medidas adotadas em seu imóvel para conter a violência urbana. Nota-se que entre os indivíduos com escolaridade de ensino médio ou superior existe uma tendência maior a não confiar nas medidas adotadas; a mesma proporção percebida pelos domiciliados no bairro Batel. Para os moradores do Prado Velho existe um aumento relativo da desconfiança.

As respostas, até aqui, mostram que a vigilância exercida tanto por agentes, câmeras ou guaritas consegue induzir o sentimento de segurança ou então estabelecer uma percepção contraditória. De fato, “o sentimento de ambiente

protegido por barreiras físicas, manifestado atualmente por toda América Latina” segundo Firmino (2017, p. 30), pode trazer ao lado externo da fortificação uma percepção paradoxal: se transmite segurança ao usuário direto, também pode ser percebido como elemento opressor pelos habitantes da cidade, podendo favorecer e intensificar a segregação espacial e social, realimentando a violência urbana.

Figura 33 – Gráfico com confiança nas medidas de segurança adotadas no imóvel relacionada a idade, escolaridade e bairro

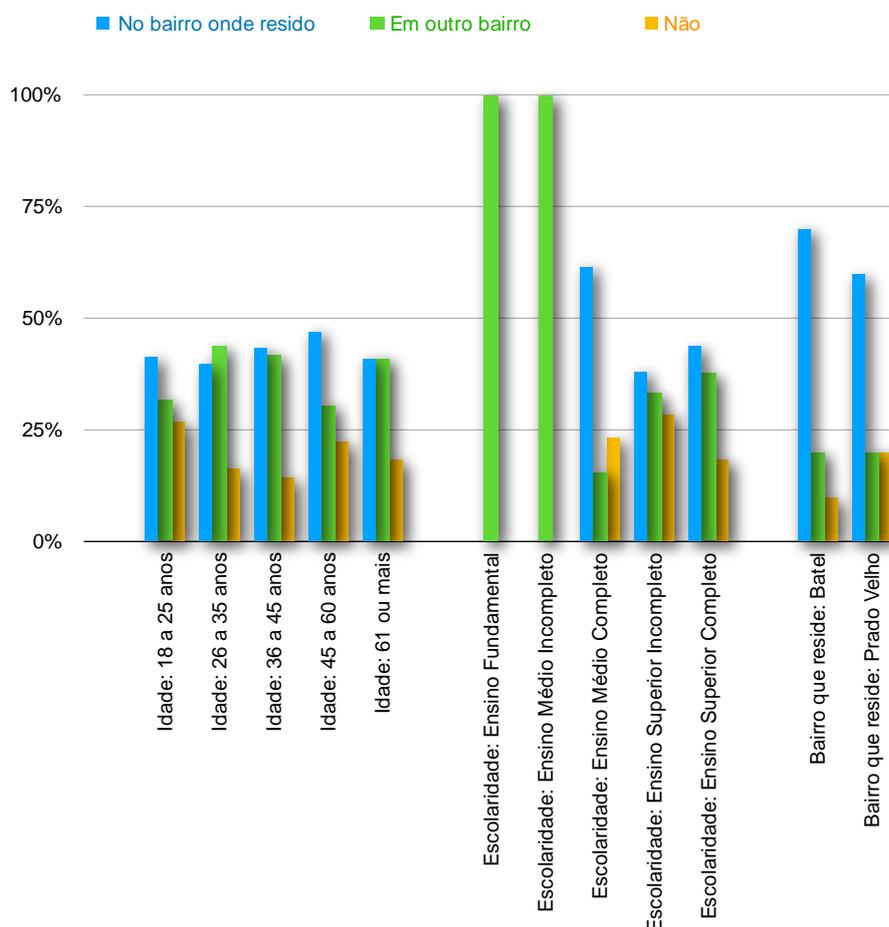


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

A última parte do questionário está direcionada à percepção da violência urbana e às medidas tomadas pelos órgãos públicos para sua contenção. Grande parte dos respondentes no município (42,68%) relata que já sofreu, presenciou ou testemunhou algum evento violento em seu bairro, 36,34% tiveram alguma experiência do tipo em outro bairro da cidade, e apenas 20,98% informam não terem sofrido qualquer infortúnio. A Figura 34 ilustra que pessoas entre 26 e 35 anos, com escolaridade definida como “ensino fundamental”, relatam ter tido contato com a

violência em bairros diferentes daquele onde residem; os outros grupos alegam de forma majoritária que presenciaram alguma forma de violência no próprio bairro. Dentro das respostas relativas aos bairros selecionados, tanto no Batel quanto no Prado Velho, a maioria dos habitantes já experimentou violência no próprio bairro onde moram. Salienta-se também que no Prado Velho a percentagem de moradores que não presenciou situações de violência é maior do que a identificada no Batel. Uma ilação possível frente a essa constatação é a de que o bairro do Prado Velho corresponde a uma região mais segura que a do bairro Batel, refutando a ideia pré-concebida de que um bairro mais carente é necessariamente mais perigoso.

Figura 34 – Gráfico com contato pessoal com a violência urbana relacionado a idade, escolaridade e bairro



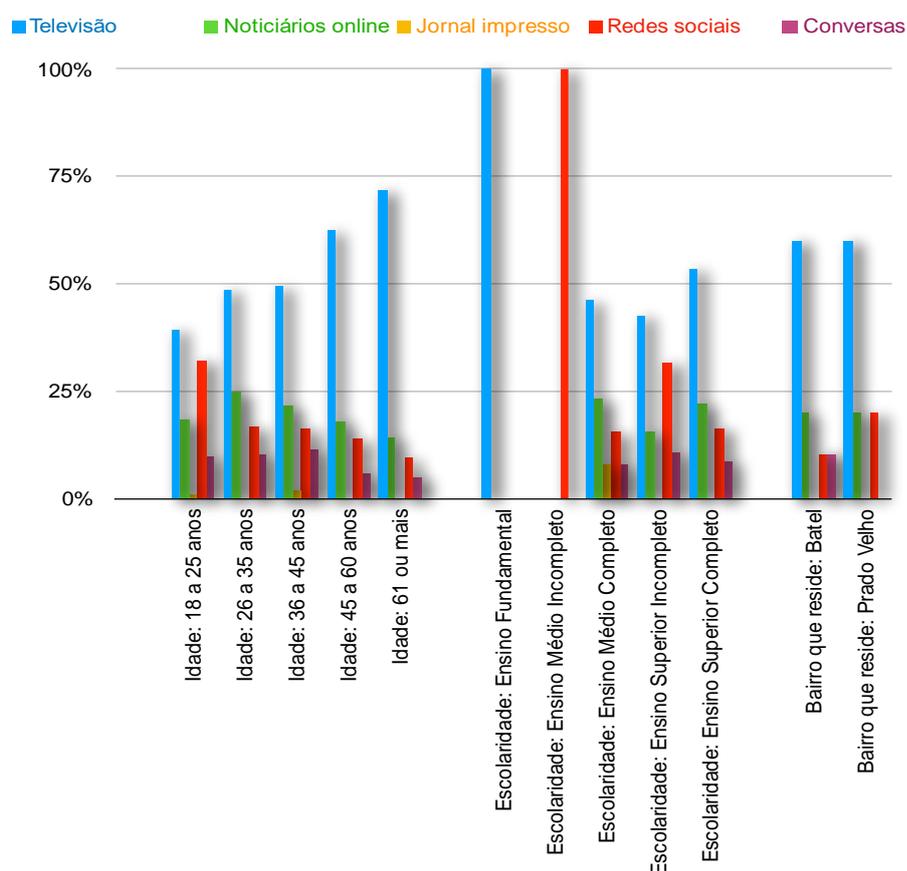
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Outro questionamento, agora ilustrado pela Figura 35, traz também a violência observada no dia a dia dos respondentes, mas agora relatando os meios pelos quais foi percebida a ocorrência dos delitos. Para a grande maioria das respostas, as

informações compartilhadas em programas de televisão abastecem as opiniões sobre a violência; somente os jovens (entre 18 e 25 anos), com “ensino médio incompleto”, reconhecidos como “geração Y” ou “millennials”, indicam também as “redes sociais” como provedora dessas informações.

Depreende-se, pois, diante disso, que a violência urbana é uma realidade no cotidiano curitibano, pois praticamente 80% dos respondentes já tiveram contato com algum tipo de episódio violento. Também se notabiliza a capacidade de transmissão das informações sobre a violência seja pela televisão ou pela internet, com o sensacionalismo característico a essas plataformas, mostrando o caráter difuso da violência no cotidiano dos habitantes das cidades (SPOSITO; GÓES, 2013).

Figura 35 – Gráfico com meios de informação sobre a violência relacionados a idade, escolaridade e bairro

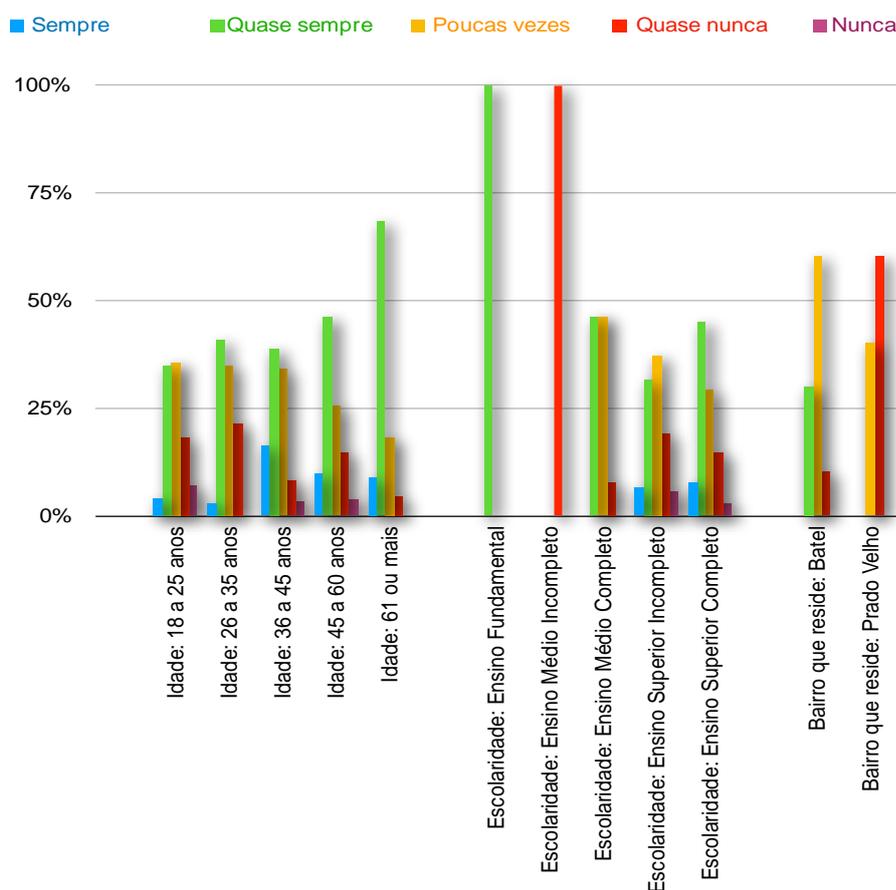


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

As duas últimas perguntas do questionário abordam as medidas de controle à violência efetivadas pelos órgãos públicos. Na Figura 36, observa-se que com o avanço da idade, os habitantes tendem a aprovar os procedimentos de controle à

criminalidade; esse entendimento somente é negado por grupos que possuem “ensino médio incompleto”, e que informam “quase nunca” confiar nos órgãos públicos. A desconfiança também é observada entre os moradores do Prado Velho, em contraste com tendência à credibilidade informada pelos habitantes do bairro do Batel. Aqui se nota novamente a questão econômica e social influenciando a opinião dos moradores com relação à insegurança ao crime (SOUZA, 2008). Os menos favorecidos economicamente tendem a desacreditar no sistema de segurança do Estado, pois com “a ineficiência da polícia brasileira chegando a 97% nos crimes de homicídio sem solução”, conforme apontado por Zakabi et al. (2005, p. 70), a sensação de impunidade induz opiniões negativas a respeito dos serviços prestados.

Figura 36 – Gráfico com confiança em órgãos públicos no combate à violência relacionada a idade, escolaridade e bairro

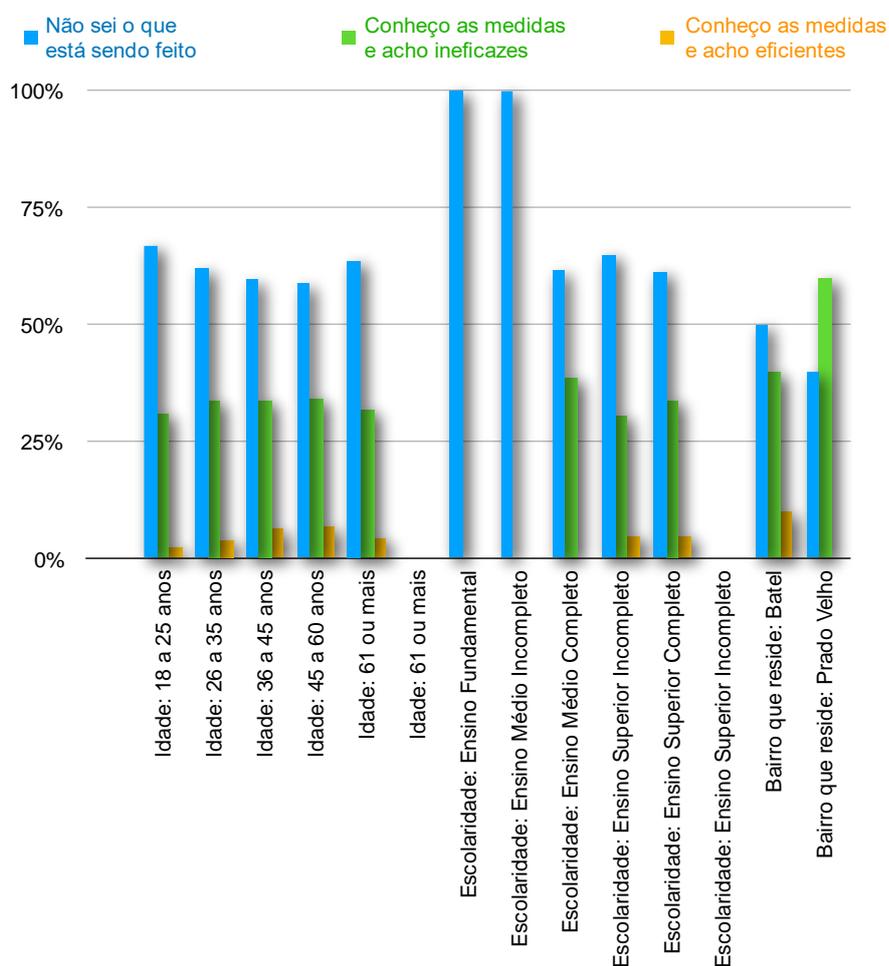


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Quando indagados quanto aos procedimentos adotados para controle da violência, 62,44% relatam que não sabem que medidas vêm sendo tomadas pelo Estado. Para as pessoas que conhecem essas iniciativas, 32,93% as consideram

inefcazes e somente 4,63% admitem como eficientes. Pode-se perceber, pela análise da Figura 37, que os moradores de ambos os bairros da amostra “conhecem e não aprovam as medidas” ou “não as conhecem”. A população do bairro do Prado Velho tem maior conhecimento sobre as medidas adotadas pelo governo em comparação com os moradores do Batel – questão que parece estar vinculada à maior frequência de patrulhamento naquela que consiste em uma das regiões mais carentes do município. Esse debate é sintetizado de forma bastante clara por Felix (2009, p. 167): “a falta de informação sobre o papel das polícias ou da justiça traz descontentamento com todo o sistema de justiça criminal”.

Figura 37 – Gráfico com opinião sobre medidas de controle à violência relacionada a idade, escolaridade e bairro



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Esses números permitem constatar certa deficiência na atuação do Estado, não somente no controle à violência, mas na divulgação dessas ações, nutrindo argumentos que tentam justificar o processo de privatização da segurança

(KANASHIRO, 2006). É preciso admitir, no entanto, que o medo do crime e a sensação de insegurança não podem ser imputados apenas aos serviços públicos, pois a coesão social e a eficácia coletiva ajudariam a reduzir esses problemas (TRINDADE, 2019). A participação da sociedade na prevenção do crime é essencial para que se tenha efetividade na segurança urbana, pois segundo Czajkowski Júnior (2007, p. 116): “Formas eficientes de combater a criminalidade necessariamente passam por uma maior participação da sociedade, baseando-se inclusive na formatação de parcerias, bem como num ambiente que fomente um diálogo ampliado e permanente entre governo, sociedade civil e os próprios cidadãos”. Faz-se necessária, pois, a conscientização da comunidade de que o combate à criminalidade não pode – e nem deve – ser unilateral, e a sociedade como um todo deve agir em nome dessa responsabilidade.

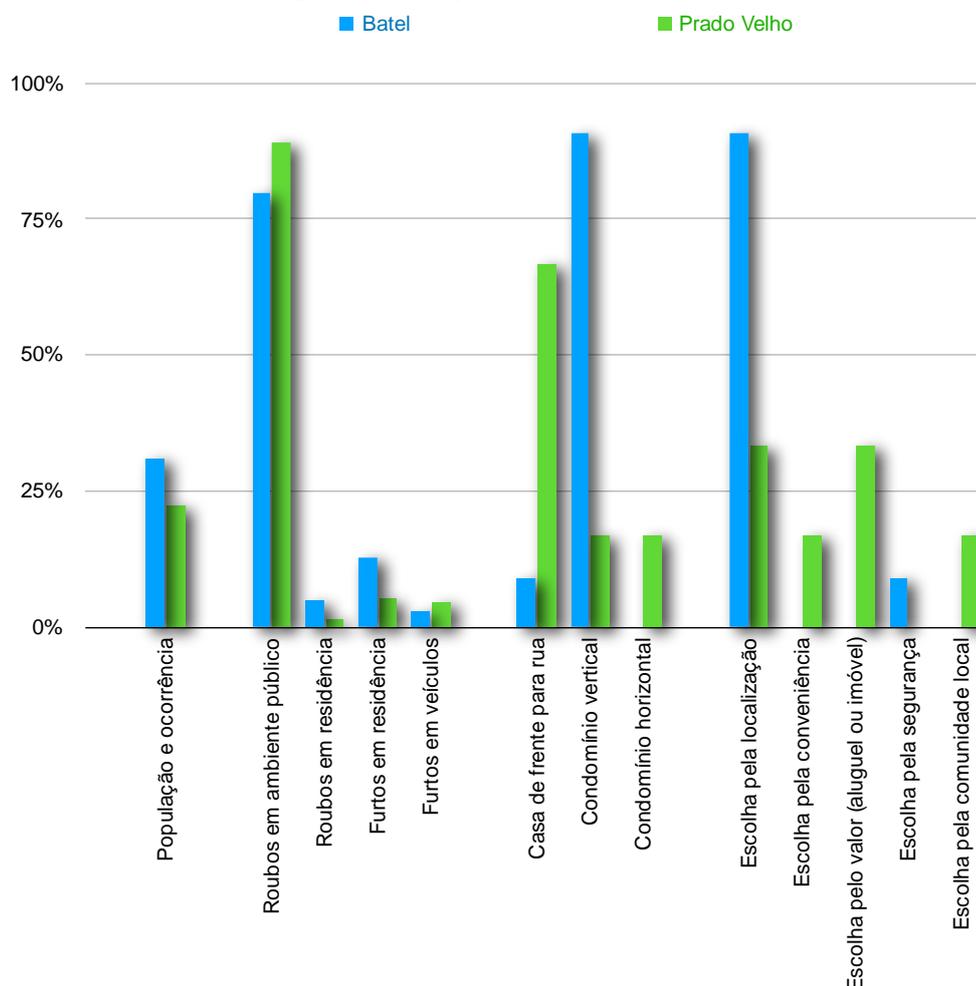
4.4 BAIRROS, MORADORES E VIOLÊNCIA EM CURITIBA

Com o intuito de responder ao questionamento inicial desta pesquisa, que aborda a percepção do medo da violência a partir de mudanças na relação dos indivíduos com os espaços da cidade contemporânea – atreladas principalmente ao uso indiscriminado de dispositivos de vigilância e securitização –, compilam-se e sintetizam-se das informações adquiridas até aqui, para que se tenha um encaminhamento às conclusões necessárias.

Abordando as razões para a escolha da unidade de residência, apontadas na Figura 38, percebe-se que, no bairro do Batel, o critério mais importante é para os moradores é a “localização” do imóvel, pois trata-se de uma região dominada por classes economicamente privilegiadas, que preferem “condomínios verticais”, como edifícios de habitação coletiva. A procura por estes ambientes protegidos mostra algum sentido, pois segundo o levantamento, a maioria dos crimes são oficialmente de “roubo em ambientes públicos”. No bairro do Prado Velho, apesar de também contar com a maioria dos registros de ocorrência como sendo “roubos em ambientes públicos”, a preferência dos moradores é por “habitações unifamiliares de frente para a rua”, justificada pela “localização” e pelo “valor do imóvel”, seguida por critérios de

“conveniência” da região e sua relação com a “comunidade”, quesitos relevantes num bairro economicamente menos favorecido.

Figura 38 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporcionalidade de ocorrências de crimes, tipos de delitos, tipologia de edificação dos respondentes e motivos da escolha do imóvel

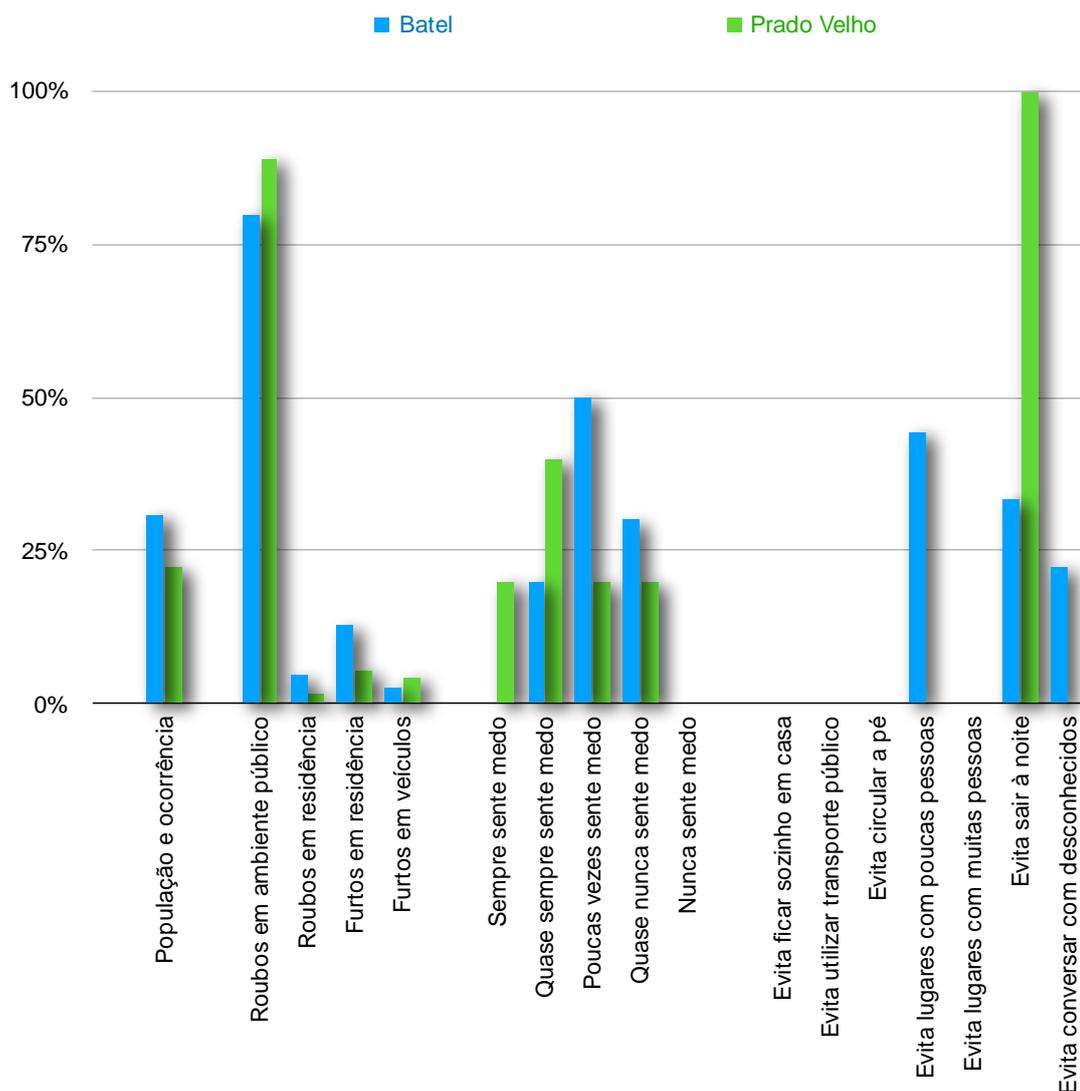


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

A Figura 39 traz a relação dos habitantes com a sensação de medo. Os moradores do Prado Velho relatam um sentimento de medo constante, indicando grande insegurança principalmente com passeios noturnos na região – atividade evitada por todos os respondentes. O cenário está diretamente relacionado aos registros oficiais de roubos em ambientes públicos, confirmado também pela Figura 02 (p. 50), que indica uma incidência maior de roubos no período da noite. Fica evidente a questão da segurança promovida pelo espaço urbano, pois, segundo Silva (2004, p. 23), “a rua é um ambiente de acolhimento, mas também de abandono e perigo”. No bairro do Batel, mesmo com estatística de roubos semelhante ao outro

bairro, a maioria dos moradores declara que poucas vezes sentem medo de realizar atividades na região; afirmam, no entanto, que evitam passeios noturnos, lugares ermos e tentativas de aproximação com pessoas desconhecidas.

Figura 39 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporcionalidade de ocorrências de crimes, tipos de delitos, relato sobre sentimento medo, e situações a serem evitadas por receio de violência

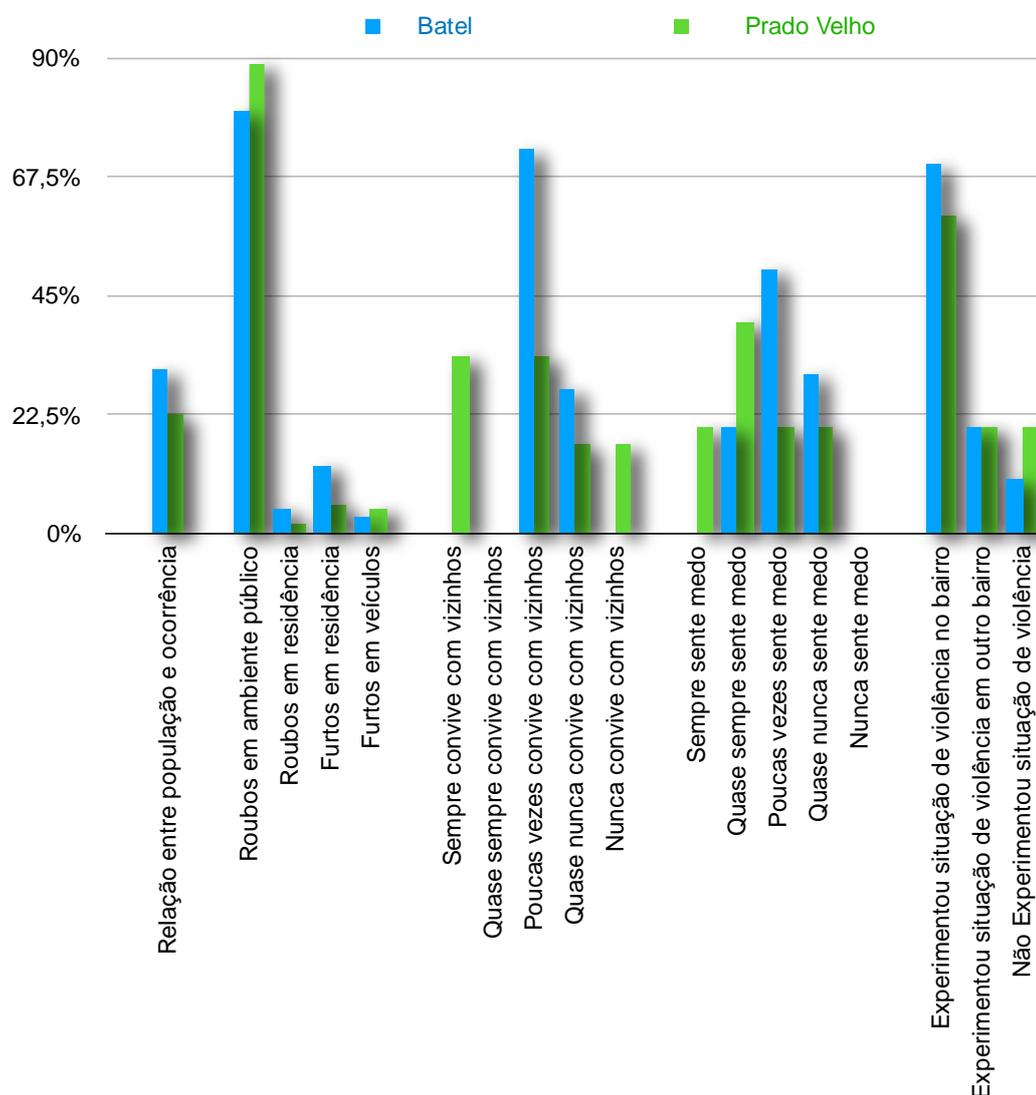


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Essas relações demonstram uma inclinação à segregação social, característica de regiões de alto poder aquisitivo, conforme análise da Figura 40. Os moradores do Batel declaram evitar a convivência com seus vizinhos – fato que pode ser influenciado por relatos ou experiências de situações de violência no próprio bairro, bem como pela quantidade significativa de roubos em ambientes públicos na região. Esse cenário

pode levar indivíduos a enxergarem a convivência urbana como circunstância sempre sujeita ao perigo, conforme alerta Bauman (2008), refletindo no isolamento social. No Prado Velho, mesmo com maiores estatísticas de ocorrência de roubos em ambientes públicos e de relatos do enfrentamento de situações de violência no bairro, seus habitantes declararam manter bom relacionamento com seus vizinhos, o que parece ilustrar características de comunidades carentes na cidade.

Figura 40 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporcionalidade de ocorrências de crimes, tipos de delitos, convivência com vizinhos, sentimento de medo e experiência com violência

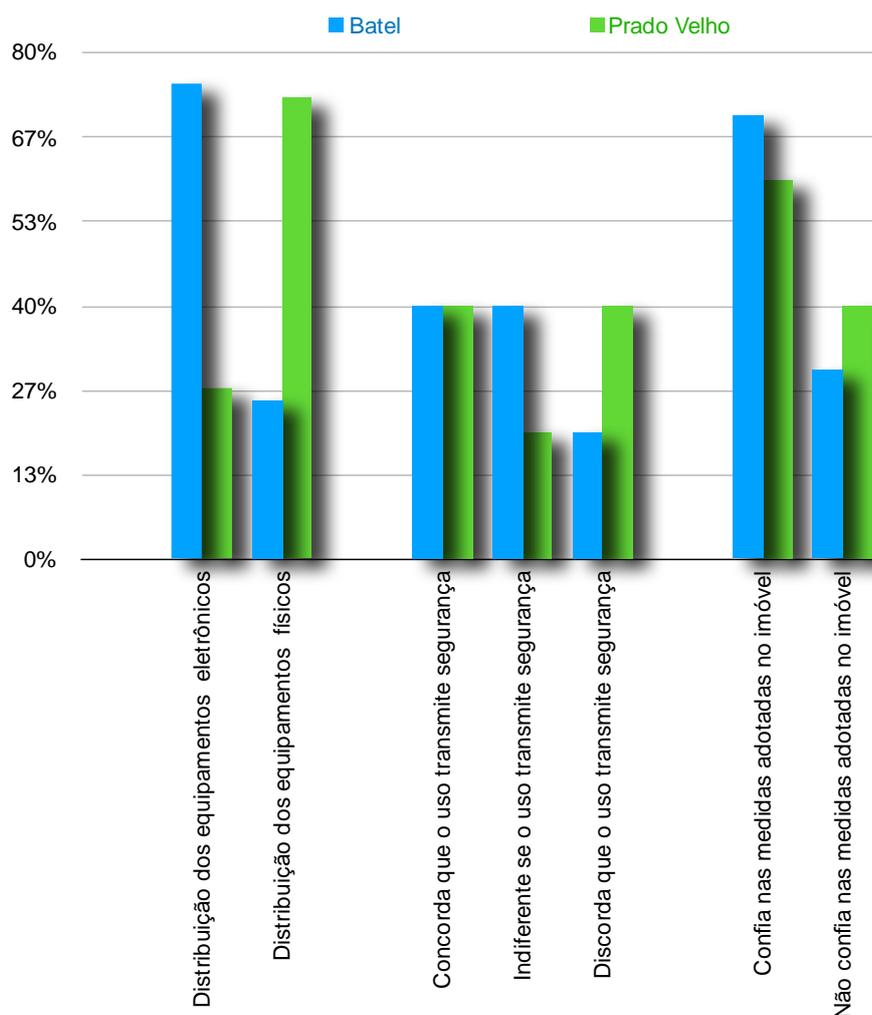


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

Na pesquisa de campo realizada, do total de elementos encontrado nos dois bairros visitados, a maior parte dos equipamentos eletrônicos – como câmeras de vigilância ou monitoramento à distância – é registrada no bairro Batel, com os

moradores apoiando sua utilização e atestando um estímulo à sensação de segurança, conforme se observa na Figura 41. Nota-se que essas percepções têm o fator econômico como motivador, pois se trata de um tipo de proteção que demanda tecnologia e serviço especializados, trazendo custos específicos e não democráticos. No Prado Velho, bairro com renda mensal inferior, conta-se com a maioria dos elementos físicos levantados – muros, lanças, cerca elétrica e arame farpado. Mesmo sendo equipamentos e ferramentas tradicionais e comuns de segurança, trata-se de uma alternativa antiquada, mas acessível; os domiciliados concordam de forma unânime com sua utilização, apesar haver divergências sobre a sensação de segurança oferecida pelo seu uso.

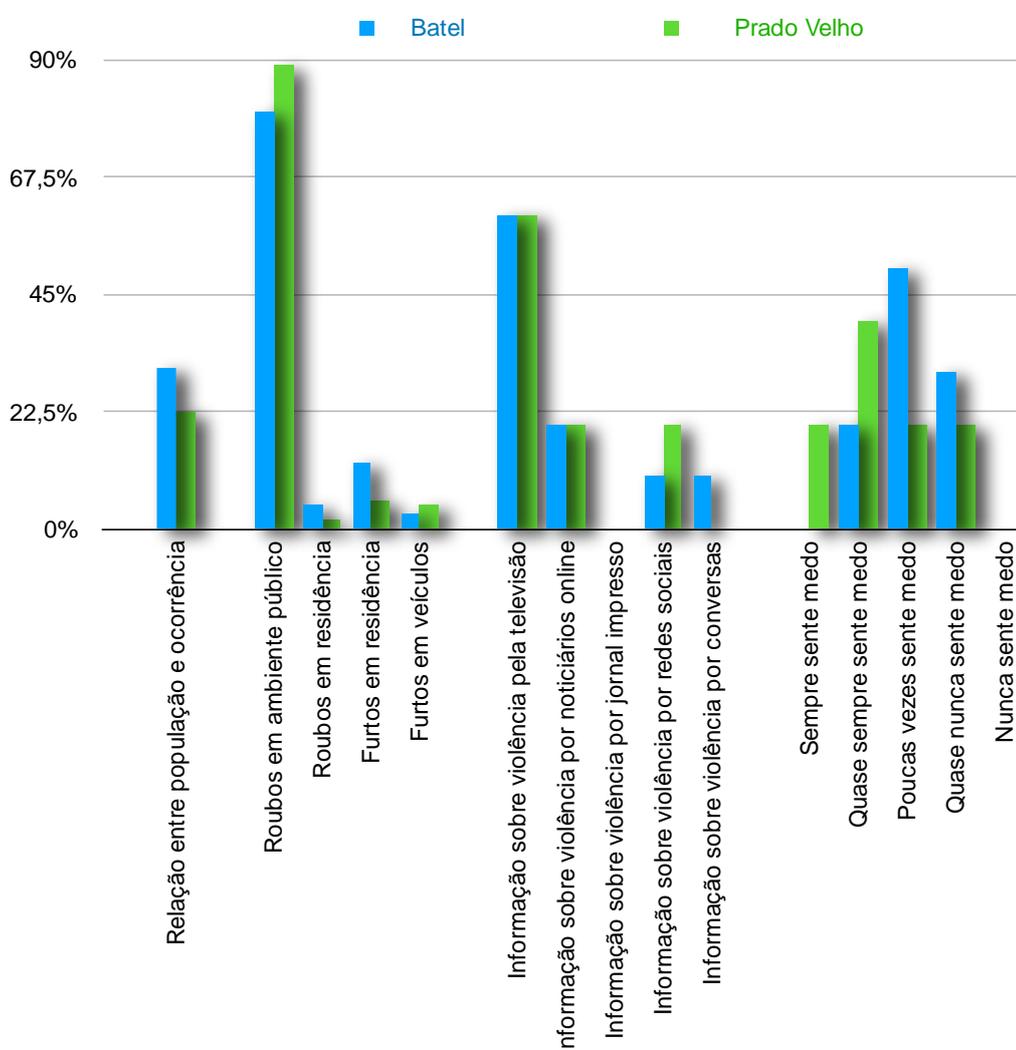
Figura 41 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à distribuição dos equipamentos eletrônicos de segurança, distribuição dos equipamentos físicos de segurança, opinião sobre o uso de equipamentos de segurança e opinião sobre medidas adotadas de segurança no imóvel



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

De acordo com as informações apresentadas na Figura 42, constata-se que os moradores dos dois bairros do recorte relatam que o sentimento de medo faz parte de seu cotidiano, de modo geral, pela grande incidência de delitos em ambientes públicos. Reconhece-se que esse medo é alimentado principalmente por programas de televisão que influenciam na difusão de informações sobre a violência urbana (ZAFFARONI, 2012). Essa divulgação, por vezes sensacionalista, desperta insegurança nos indivíduos, pois, como afirma Tuan (2005, p. 11), “a imaginação aumenta imensuravelmente os tipos e a intensidade do medo no mundo dos homens”.

Figura 42 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporção de ocorrências, tipos de delitos, meio como recebe informações sobre violência e sentimento de medo



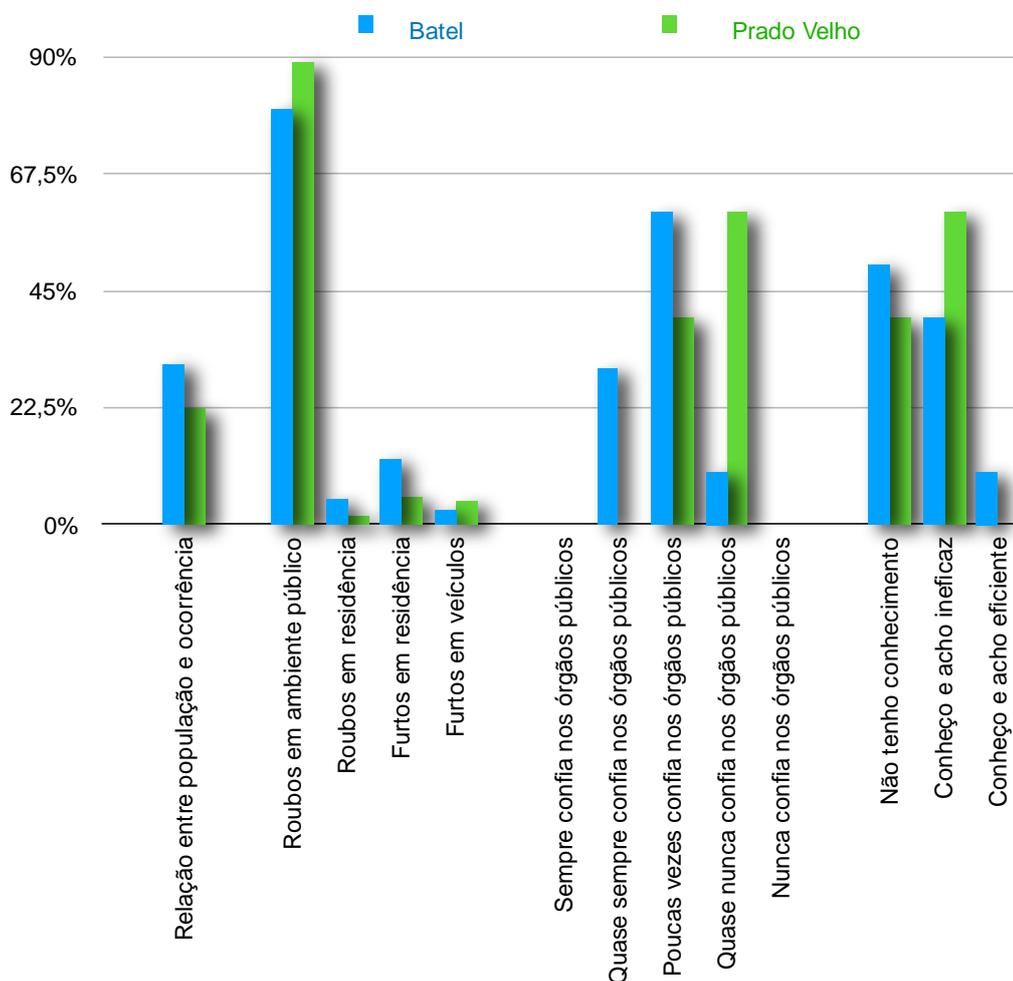
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

A Figura 43, por fim, traz a opinião dos respondentes sobre as estratégias oferecidas pelo Estado para conter a criminalidade. Nos dois bairros analisados, os

dados oficiais sobre violência contabilizam aproximadamente 3 vítimas a cada 100 habitantes, sendo a grande maioria dos crimes definidos como “roubos em ambientes públicos”. No bairro Prado Velho, os furtos em residência e em veículos aparecem em segundo plano, com menor registro; aqui os moradores declaram desaprovação ou pouca confiança nas medidas de mitigação desempenhadas pelos órgãos públicos – trata-se de um cenário em que “a relação crime/insegurança [se configura como] uma das mazelas do homem urbano”, segundo Felix (2009, p. 157).

O bairro Batel, por sua vez, traz como segunda preferência dos criminosos as ocorrências em residências (furtos e roubos); apesar disso, diferentemente do que ocorre no outro bairro, os moradores declararam que têm confiança no Estado, mesmo com a desconcertante constatação de que não conhecem nenhuma das medidas que vêm sendo adotadas. Mais uma vez, destaca-se a influência econômica sobre a relação entre o serviço público e os habitantes da cidade.

Figura 43 – Gráfico dos bairros Batel e Prado Velho relacionados à proporção de ocorrências, tipos de delitos, confiança nos órgãos públicos e conhecimento sobre estratégias de combate à criminalidade



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas respostas do questionário, 2021.

5 CONCLUSÃO

A partir de relatórios oficiais referentes à ocorrência dos crimes nos bairros selecionados para esta análise, assim, resgata-se o primeiro objetivo específico desta pesquisa. Os dados e parâmetros adotados para aferir a violência no recorte indicam que as questões sociais e econômicas estão diretamente ligadas à tipologia dos crimes ocorridos. No bairro de maior poder aquisitivo (Batel), a maior proporção de delitos em relação ao número de domicílios indica que há frequentemente invasões dos imóveis que, justamente, são os que possuem o maior número de aparatos contra a violência urbana. O Prado Velho, que abriga uma população com menor renda média, aparenta menor distribuição de recursos contra a violência; os crimes mais recorrentes nesse bairro acontecem nos espaços públicos – fator que esclarece o motivo de os moradores adotarem dispositivos residenciais menos sofisticados de proteção ao crime.

No que tange o levantamento físico realizado nesta pesquisa, atende-se o segundo objetivo específico. Identifica-se aqui um grande número de artifícios implantados na maioria das construções, situação justificada pela tentativa de combate à violência urbana, mas que parece incorporar outras funções veladas ligadas a preconceitos sociais.

Constata-se que a instalação de “câmeras de monitoramento” forma a grande maioria dos elementos encontrados na região: 910 instalações no bairro do Prado Velho e 1647 no Batel. Esses dados confirmam que a condição financeira da população é refletida no nível de fortificação adotada e na forma como ela é desenvolvida; o uso de câmeras de vigilância é uma das opções mais caras dentre os elementos encontrados, e mesmo assim representa a maioria dos dispositivos observados no bairro mais rico, enquanto que no Prado Velho representam apenas um quarto das instalações.

Junto da instalação de “câmeras de monitoramento”, os “avisos de monitoramento” são preferidos entre os elementos documentados. Essa “advertência” de vigilância ilustra que não somente o equipamento propriamente dito que proporciona o efeito de intimidação, mas também a demonstração de sua instalação confirma um certo consentimento coletivo para que se afastem os elementos intrusos,

“delegando” a licença para quem deve (ou pode) permanecer do lado de fora da propriedade.

Ao agregar a essa discussão o posicionamento de cidadãos do município de interesse (Curitiba) e, em especial, dos residentes nos bairros recortados (Batel e Prado Velho), tem-se o terceiro objetivo específico alcançado. Percebe-se que a grande maioria dos entrevistados mora em edifícios multifamiliares ou habitações instaladas diretamente sobre as vias. A síntese das respostas do questionário demonstra que essa escolha sobre o tipo de habitação está fortemente pautada pela localização, conveniência e conforto disponibilizados pelos imóveis, mostrando uma preocupação com a infraestrutura e aspectos físicos muito mais evidente que a questão da segurança.

Apesar de a maioria dos respondentes afirmar já ter experienciado situações de violência no bairro onde reside, os locais mais lembrados quando se analisa o sentimento de insegurança são as “regiões carentes da cidade”. Isso demonstra que o medo e a percepção de perigo podem estar atrelados a uma interpretação não necessariamente ligada à experiência, mas a uma concepção de território a ser evitada devido a uma dinâmica social. Tal leitura espacial pode ter influência também de falas da mídia televisiva ou digital (noticiários online e redes sociais, por exemplo), que alimentam estereótipos e induzem a opiniões que trazem funestas consequências sociais e espaciais.

Ainda nessa etapa da pesquisa, destaca-se que a divergência na tipologia de crimes revelada nas estatísticas oficiais foi também percebida na opinião dos moradores. Aqueles que vivem no bairro Prado Velho relatam medo ao “saírem de casa no período da noite” enquanto que os domiciliados no Batel demonstram desconforto frente à grande quantidade de equipamentos instalados (e necessários) para garantia de segurança patrimonial. Novamente a questão social se destaca, agora como balizadora da insegurança e do medo da violência urbana.

Os resultados deste estudo apontam, ainda, que a maioria dos respondentes do município convive “poucas vezes” com seus vizinhos, expressando medo de interagir com desconhecidos, evidenciando a segregação em relações cotidianas, e motivando pavor e insegurança no uso espaços públicos que requerem algum tipo de interação. A rejeição da apropriação desses espaços também pode ser justificada pela falta de confiança nos órgãos públicos de segurança, denotando pouca cumplicidade e certa alienação dos moradores em relação às medidas tomadas para controle dos

crimes. Isso ilustra, em certa medida, o entendimento de que uma solução fácil e viável para o problema da violência urbana está no processo de fortificação das habitações – noção corroborada pelo levantamento dos equipamentos nas regiões estudadas, cuja leitura indica que os habitantes procuram proteger-se individualmente.

Retomando o questionamento inicial e o objetivo geral desta pesquisa, também confirmando a hipótese deste trabalho, os dados levantados demonstram que os habitantes de Curitiba sentem medo da violência, e manifestam esse temor por meio de um processo crescente de securitização. Os cidadãos relatam receio ao utilizar espaços públicos pela intimidação transmitida tanto pelas notícias da criminalidade quanto pelos aparatos instalados nesses locais. De fato, a presença desses elementos, justificados pela tentativa de garantia de segurança, parece produzir uma sensação contrária nos indivíduos, compelindo-os à uma percepção de insegurança e trazendo-lhes desconforto na relação com os desconhecidos, sejam eles moradores ou simplesmente usuários do espaço urbano. Assim, nessa toada de isolamento social e espacial, evidenciam-se alterações na relação dos indivíduos com os espaços urbanos, antes propositalmente planejados para essa interação; a cena pública idealizada como fundamental numa sociedade sadia fica comprometida e descaracterizada.

A fortificação da paisagem, entendida como reflexo da falta de confiança em medidas tomadas por órgãos responsáveis pela segurança, ou mesmo como descrédito na adequação da sociedade visando a redução da criminalidade, traz soluções individualistas com eficácia não comprovada. Por exemplo, a instalação indiscriminada de dispositivos de combate ao crime acarreta em desconforto e receio durante a utilização dos espaços urbanos, motivando o abandono dos espaços públicos e a degradação da paisagem; são desfechos aparentemente causados pelo medo, mas que também acabam estimulando esse sentimento.

Dentro desse ciclo entre causa e efeito, o grande benefício do processo crescente de vigilância urbana parece recair sobre a indústria da securidade, que, para justificar sua presença no mercado, necessita formar o comprador. O grande comércio de aparatos e dispositivos de segurança se desenvolve rapidamente, mas essa velocidade não é percebida na diminuição da criminalidade ou da sensação de insegurança; trata-se de apenas mais um setor da economia se apropriando de debilidades sociais.

Este documento afirma-se como uma resposta efetiva para a compreensão sobre o uso de dispositivos de vigilância, e sobre a maneira como elementos podem influenciar a percepção da violência urbana, em especial ocasionando mudanças no uso do espaço da cidade, em Curitiba. Apesar de atender a todos os objetivos lançados no início da investigação, algumas considerações merecem ser reveladas, com intuito de registrar as dificuldades encontradas ao longo de seus procedimentos.

Em primeiro lugar, o fato de serem trabalhados apenas dois dos 75 bairros de Curitiba obviamente expõe limitações a algumas observações e eventuais generalizações dos dados apresentados; isso, no entanto, não desvaloriza a pesquisa, que tem seu escopo determinado pelas características de tempo e espaço de um mestrado acadêmico. Ainda, ressalta-se, o desenvolvimento do trabalho compreende o período entre os anos de 2019 e 2020, não sendo capaz de utilizar dados censitários mais recentes – dispôs-se somente dos números consolidados em 2010, no último Censo realizado no país; esse fato que não inviabiliza o desenvolvimento analítico, mas poderia corroborar com maior precisão das análises. Outra consideração importante que deve ser considerada nesse período de pesquisa concerne ao afastamento social exigido pela pandemia do novo coronavírus; alguns procedimentos sofreram adaptações, em especial no que tange o levantamento físico dos bairros selecionados, tendo que ocorrer quase que totalmente à distância – sem, no entanto, perder o rigor analítico .

O material relatado neste documento oferece possibilidades de continuidade de pesquisa em alguns caminhos distintos. Uma das vertentes sugeridas vai ao encontro de estudos com cunho antropológico, buscando conhecimentos sobre a realidade socioeconômica atrelada ao sentimento de medo da violência urbana e ao uso de dispositivos para seu controle. Também se abrem caminhos para estudos específicos de economia, marketing e mídia envolvidos com a securitização; questões necessárias e complementares no entendimento da influência da vigilância sobre o sentimento de medo do crime.

Por fim, espera-se suscitar outros trabalhos de cunho urbanístico, geográfico e/ou sociológico que tragam contribuições para o entendimento da realidade sufocante das cidades brasileiras, através de investigação, análise e solução do uso indiscriminado de aparelhos contra a violência urbana, demonstrados na paisagem urbana.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n°8, p. 84-135, jul/dez 2002.

AGUILERA, A. V. *Power, Territory, and Social Control of Space in Latin America*. **Latin American Perspectives**, Issue 189, v. 40 n. 2, p. 21-34, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23466020>. Acesso em: 19 nov 2018.

ALMEIDA, R. de C. **Espaço público e paisagem urbana**: um estudo sobre duas praças de Belo Horizonte. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

ATKINSON, R.; BLANDY, S. *Panic rooms: The ride of defensive homeownership*. **Housing Studies**, London, 22(4), p. 443-458, 2007.

ATKINSON, R.; MILLINGTON, G. **Urban Criminology**. NY: Routledge, 2019.

AWATUCH, A. *Spacial order and Security: Case study of two housing states*. In: *International Space Syntax Symposium. 7. Proceedings...*, Stockholm: KTH, 2009, p. 1-10.

BAIERL, L. F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Editora Cortez, 2004

BALDAN, R. **Medo e segregação na cidade**: sociabilidades em jogo em um contexto de enclaves fortificados. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537809433>. Acesso em 19 nov 2018.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BEATO, C. **Produção, uso de informações e diagnósticos em segurança urbana**. Rio de Janeiro: Riossegurança, 2008.

BONDARUK, R. **A Prevenção do crime através do desenho urbano**, 1ª ed. Curitiba: Edição do autor, 2007.

BORJA, J. **As cidades e o planejamento estratégico**: uma reflexão europeia e latino-americana. Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

BRANTINGHAM, Paul J.; BRANTINGHAM, Patricia. L. **Environmental criminology**. Beverly Hills: Sage, 1981.

BRASIL. Decreto nº 3914, de 9 de dezembro de 1941. Lei de introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-940) e da Lei das Contravenções Penais. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 9 dez. 1941.

BRUNO, F. et al. **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

BURCOWSKI, M. **Percepção sobre segurança pelos moradores de condomínios horizontais fechados no município de Curitiba e a sua relação com a violência urbana**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana). Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Curitiba, 2013.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMARGO, A. **Meio ambiente e governança**. In: TRIGUEIRO, A. Meio ambiente no século XXI. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G.R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro: V. 42, N. especial 3, p. 54-66, novembro 2018.

CAPE - Centro de Análise, Planejamento e Estatística. **Relatório de Análise Criminal (janeiro a dezembro de 2010 e 2018)**, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná. Curitiba, 2019a.

_____. **Relatório Estatístico Criminal (1º semestre de 2019)**, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná. Curitiba, 2019b.

CARVALHO, M. C. Medo da violência gera "condomínio-favela". **Folha de São Paulo**, São Paulo, set. 2001. Disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u36253.shtml>. Acesso em: 19 jun 2020.

CENTURIÃO, A. **A indústria do medo**. Disponível em: <https://aeradopanoptico2011.wordpress.com/2011/05/15/a-industria-do-medo>. Acesso em 19 jun 2020.

CHABIGOFF, J.; BERNARD, Y. *The Spatial Representation of Insecurity*. **IAPS 10, Proceedings...**, Vol.2, p. 151-159, 1988.

CLARKE, R. V.; CORNISH, D. B. *Modeling offenders' decisions: a framework for research and policy*. In: JACOBY, Joseph E.; SEVERANCE, Theresa A.; BRUCE, Alan S. (Ed.) **Classics of criminology**. 4. ed. Long Grove: Waveland, 2012[1985].

COHEN, L. E.; FELSON, M. *Social change and crime: a routine activity approach*. In: JACOBY, Joseph E.; SEVERANCE, Theresa A.; BRUCE, Alan S. (Ed.) **Classics of criminology**. 4.ed. Long Grove: Waveland, 2012[1979].

CROWE, T. D. **Crime prevention through environmental design: applications os architectural design and space management concepts**. 2nd ed. Woburn: Butterworth-Heinemann, 2000.

CZAJKOWSKI JÚNIOR, S. **Violência urbana e governança comunitária**. Um estudo dos conselhos comunitários de segurança e do policiamento comunitário na cidade de Curitiba-PR. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana). Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Curitiba, 2007.

DANTAS, G.F.L.; PERSIJN, A.; SILVA JÚNIOR, A.P. **O medo do crime**. Belo Horizonte, MG: O Alferes, 2007.

DAVIS, M. F. **Los Angeles: The Militarization of Urban Space**. New York: Hill and Wang, 1992.

_____. **Cidade de Quartzo, escavando o futuro de Los Angeles**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

DEVALLE, S. **Poder y cultura de la violencia**. Mexico, D.F.: El Colegio de México, 2018.

DUARTE, F. **Cidade, modos de usar: um ensaio sobre Curitiba**. Curitiba: Champagnat, 2007.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

EKMAN, P. **Emotions revealed. Understanding faces and feelings.** London: Phoenix, 2004.

EKMAN, P., LEVENSON, R.W., & FRIESEN, W.V. *Autonomic nervous system activity distinguishes between emotions.* **Science**, Washington, DC., Vol. 221, Issue 4616, p. 1208-1210, 1983.

ENZENSBERGER, H. M. **Guerra civil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ESTEVES, A. **A criminalidade na cidade de Lisboa: uma geografia da insegurança.** Lisboa: Colibri, 1999.

FARIA, D. R. **Sem descanso: arquitetura hostil e controle do espaço público no centro de Curitiba.** 2020. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2020.

FREITAS, W. C. P. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago.** São Paulo: IBCCRIM, 2002.

FREITAS-MAGALHÃES, A. **A psicologia das emoções: o fascínio do rosto humano.** Porto, Portugal: Edições universidade Fernando Pessoa, 2013.

FELIX, S. A. **Crime, medo e percepções de insegurança.** São Paulo: Perspectivas, vol 36, 2009.

FIORI, José Luís. **Brasil no espaço.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FIRMINO, R. J. Cidade conectada, movimentos controlados: tecnologia, espaço e megaeventos. **Ciência Cultura**, São Paulo, vol. 64, n.3, 2012. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252012000300002&script=sci_artrtext. Acesso em: 20 jun 2020.

_____. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. **Risco**, São Carlos SP, vol. 15, n. 1, p. 23-35, 2017.

FIRMINO, R. J.; DUARTE, F. *Private vídeo monitoring of public spaces: The construction of new invisible territories.* **Urban Studies**, Thousand Oaks, CA, vol 53(4), p. 741-754, 2016.

FRANKLIN, C. A.; FRANKLIN, T. W. **Predicting Fear of Crime: considering differences across gender.** Houston: Sage Publications, 2008.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização.** São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 1ª ed, 2011 [orig. 1930].

- GAROFALO, J.; LAUB, J. *The fear of crime: broadening our perspective*. *Victimology*. London: Palgrave Macmillan, 1978.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, P. C. da C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- GRAHAM, S. **Cidades Sitiadas**: O novo urbanismo militar. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.
- GUMPERT, G.; DRUCKER, S. *The mediated home in the global village*. **Communication Research**. v. 25, n. 4, p. 422-438, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/009365098025004005>. Acesso em 20 jun 2020.
- HARDT, L. P. A. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana**: aplicação a Curitiba, Paraná. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2000.
- HEBERLEIN, A.S.; ATKINSON, A.P. *Neuroscientific evidence for simulation and shared substrates in emotion recognition: beyond faces*. **Emotion review**, Thousand Oaks CA, vol. 1, Issue 2, p. 162-177, 2009.
- HILLIER, B. HANSON, J. **The Social Logic of Space**. Cambridge: University Press, 1984.
- HOLANDA, F. de. **Arquitetura & urbanidade**. São Paulo: PróEditores, 2003.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados de Curitiba**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba>. Acesso em 07 out. 2020.
- INNERARITY, D. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência-Retratos dos Municípios Brasileiros**. Ministério da Economia. Livraria Ipea, Brasília, 2019.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1961].
- JOB, F. P. **Os sentidos do trabalho e a importância da resiliência nas organizações**. 2003. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Fundação Getúlio Vargas - FGV, São Paulo, 2003.

KANASHIRO, M. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. Elementos das novas tecnologias de segurança e controle no cotidiano brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Sociologia: Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, 13. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2007.

KAHNEMANN, D. **Thinking, fast and slow**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

KAPLAN H.; SADOCK B.; GREBB J. **Compêndio de psiquiatria**: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. Porto Alegre: ed. Artes Médicas Sul, 7ª edição, 1997.

KOURY, M. G. P. Cultura do medo e juventude: uma análise do Brasil atual. **Revista E**, São Paulo, n. 134, jul. 2008. Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1677&Itemid=29. Acesso em: 19 jun. 2020.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRUG, E. G. et al. (Ed.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Organização Mundial Da Saúde, Genebra, 2002. Disponível em <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAROUSSE. **Dicionário enciclopédico Larousse**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

LEDOUX, J. E. *Emotions circuits in the brain*. **Annual review of neuroscience**, v. 23, p. 155- 184, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LIRA, P. S. **Geografia do Crime e Arquitetura do Medo**: Uma análise dialética da criminalidade violenta e das instancias urbanas. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrôpoles, 2. ed. 2017.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAIA, R. S.; FEITOSA, C. L. L. A indústria do Medo e o Consumo da Segurança - impactos sobre a vida urbana. In: Congresso Português de Sociologia. 7. 2012, Porto. **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2012.

MARCUS, C. C.; FRANCIS, C. **People places** – *design for urban open spaces*. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, Inc, 1998.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana**: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010.

MITCHELL, D. **Cultural landscapes**: *just landscapes or landscapes of justice?* New York, NY: Department of Geografy, Maxwell School, Syracuse University, 2003.

MORAIS, J. F. R. de. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

NEWMAN, O. **Defensible space**. New York, NY: Macmillan, 1972.

OC, T.; TIESDELL, S. **Safer City Centers**: *Reviving the Public Realm*. London: Paul Chapman Publishing, 1997.

ÖHMAN, A.; RÜCK, C. **Four principles of fear and their implications**. Washington, Dc, USA: American Psychological Association, 2007.

ORELLANA, R. C. *Panoptismo, biopolítica y espacio re-flexivo*. In: FOGUÉ, Uriel (Org.). **Planos de (Inter)sección**: *materiales para un diálogo entre filosofía y arquitectura*, p. 47-67, 2011.

PECHMAN, R. M. **O urbano fora do lugar?** Transferências e traduções das ideias urbanísticas nos anos 20. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.

PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba. **Administrações regionais**. 2020a. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-administracoes-regionais/80>. Acesso em 20 jun. 2020.

_____. **Perfil da Cidade de Curitiba**. 2020b. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-curitiba/174>. Acesso em 07 out. 2020.

POPPER, Karl R. **Conhecimento Objetivo**: uma abordagem evolucionária. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

PORTO, M. S. G. A violência entre inclusão e a exclusão social. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v.12, n.1, p. 187-200, maio 2000.

QUALTRICS. **Plataforma de pesquisa em meio digital**. Disponível em: <https://www.qualtrics.com/pt-br/?rid=langMatch&prevsite=en&newsite=pt-br&geo=&geomatch=>. Acesso em: 10 jan. 2020.

QUEIROZ, R. L. C. de. **A metrópole**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

ROSANELI, A. F.; DALMOLIN, G. H.; FARIA, D. R. O conceito de espaço público: Sucinta Revisão de Literatura em Artigos dos Enanpur. In: Anais ENANPUR, 18. 2019, Natal. **Anais...** Natal, 2019.

SÁ, M.E. R. de; SOUZA, M. J. B. de. A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v.XXIII, n.72, p. 7-21, nov. 2002.

SABINO, F. **A Cidade Vazia**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

SANTOS, F. S. A. dos; **Paisagem preventiva**: relações entre conformação espacial e localização do crime em Curitiba, Paraná. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana). Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Curitiba, 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS NETO, J. M. **Arquitetura do medo e seus reflexos no espaço urbano de Feira de Santana**: o caso do bairro Santo Antônio dos Prazeres. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, A. M.; SILVA, A. Violência urbana e suas representações sociais. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, V.6, n. 7, p. 47370-47384, jun. 2020.

SILVA, B. F. A. **Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2004.

SINGER, P. **A cidadania para todos**. São Paulo: Contexto, 2003.

SKOGAN, W. G.; MAXFIELD, M. G. **Coping with crime: individual and neighborhood reactions**. Beverly Hills, CA: Sage, 1981.

SOARES, Luis Eduardo (2001). **Notícias de Porto Alegre**. Artigo não publicado.

SOLVIS. **Plataforma eletrônica para cálculo de amostragem**. Disponível em: https://www.solvis.com.br/solucoes-solvis/?utm_source=ads&utm_medium=cpc&utm_campaign=pesquisa&utm_term=solucoes&utm_content=search_solucoes&gclid=CjwKCAjwltH3BRB6EiwAhj0IUeLuKHJcXUaxkNUd-gf_QnWMvs_izrkQe5hzLa44AGZHpCMpO_TiohoCC1kQAvD_BwE. Acesso em 19 dez. 2020.

SOUZA, M. L. **Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SMITH, N.; WALTERS, P. *Defensive lines and defensive architecture in modern urban environments*. **Urban Studies**. v. 55, n.13, p. 2980–2995, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0042098017732690>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, D. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social**. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. do R. S. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010132621998000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de abr. 2020.

TRINDADE, A. D. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, 2019, p. 239-265.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VERGARA, E.; GARÍN, C. A. *Vivienda social y segregación socioespacial en una ciudad pequeña: el caso de Angol, Chile*. **Polis**, Santiago, V. 15, N°44, p. 457-486, 2016.

VIRILIO, P.; VITALIS, A. *Le regard omniprésent de la vidéosurveillance*. **Le Monde Diplomatique**, mars, p. 26-27, 1998. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/VITALIS/3586>. Acesso em 20 de nov, de 2020.

WACQUANT, L. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n.2, 2008.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v.9, n.1, p. 5-4, maio de 1997.

_____. **Violence: A new approach**. London: SAGE Publications Ltd, 2009.

ZAFFARONI, E. R. **A palavra dos mortos**: Conferências de criminologia cautelara. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAKABI, R. Depois de brincar de referendo... é hora de falar sério. 7 soluções contra o crime. **Veja**, São Paulo, Ano 38, 26 out, p. 62-72. 2005.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta** – As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

_____. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Moderna, 1996.

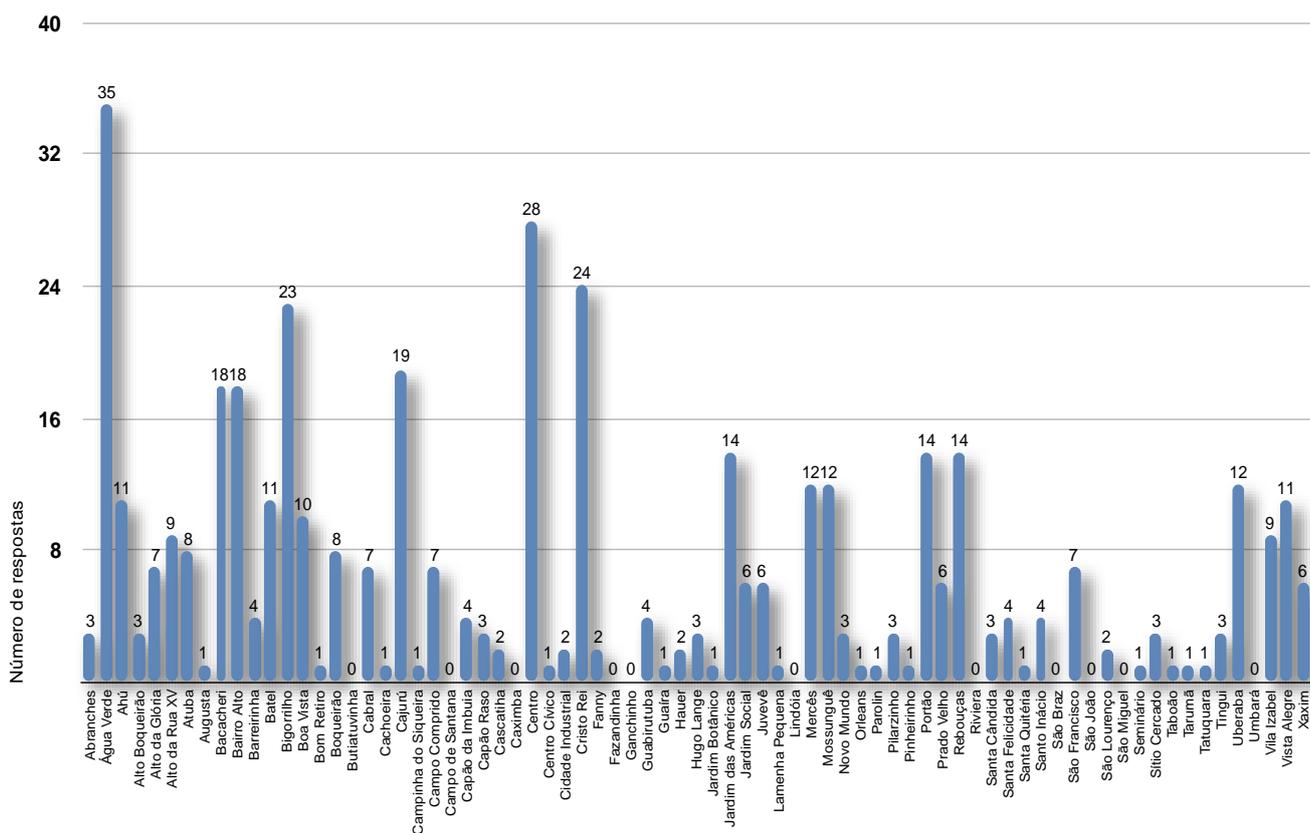
_____. **A complexidade da violência**: determinantes e consequências. 2002. Pesquisa do PRONEX e CNPq. Disponível em: http://www.cnpq.br/areas/pronex/resumos/humanas/073_98.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

ŽIŽEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014 [2008].

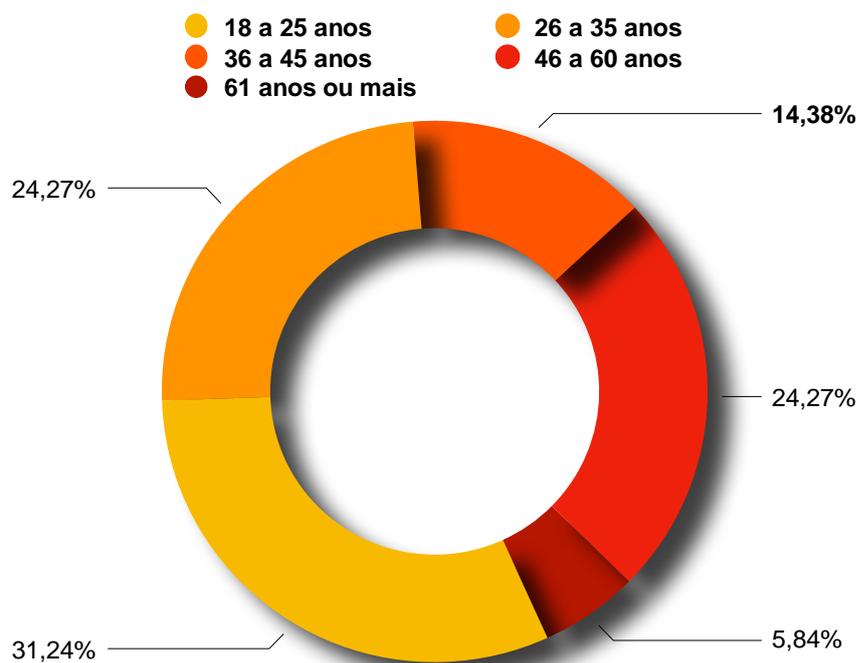
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO E REPOSTAS

Questionário apresentado contendo respostas da amostra da população de Curitiba:

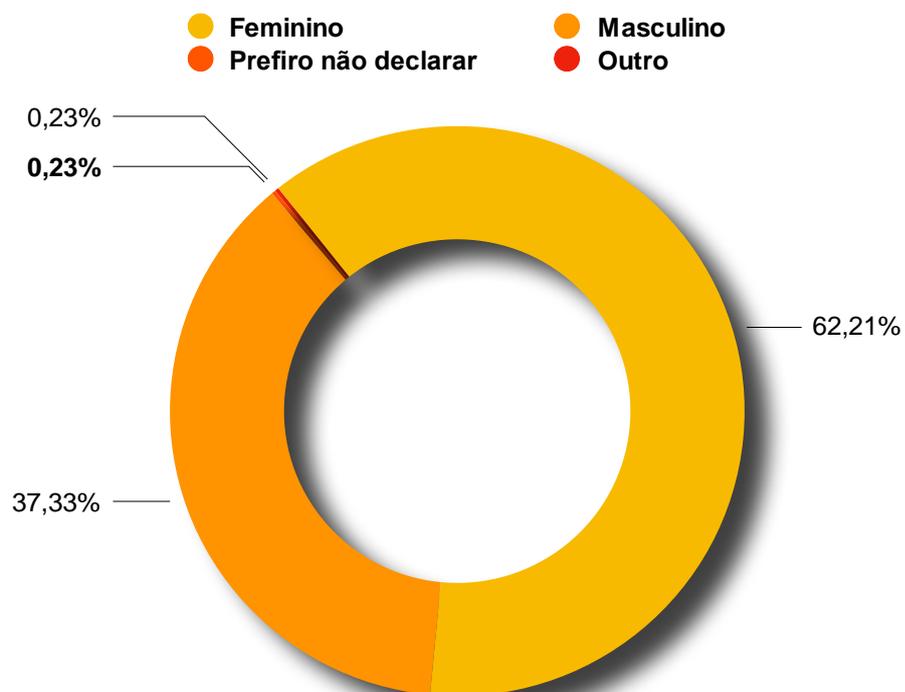
Q1 – Em qual bairro de Curitiba você reside?



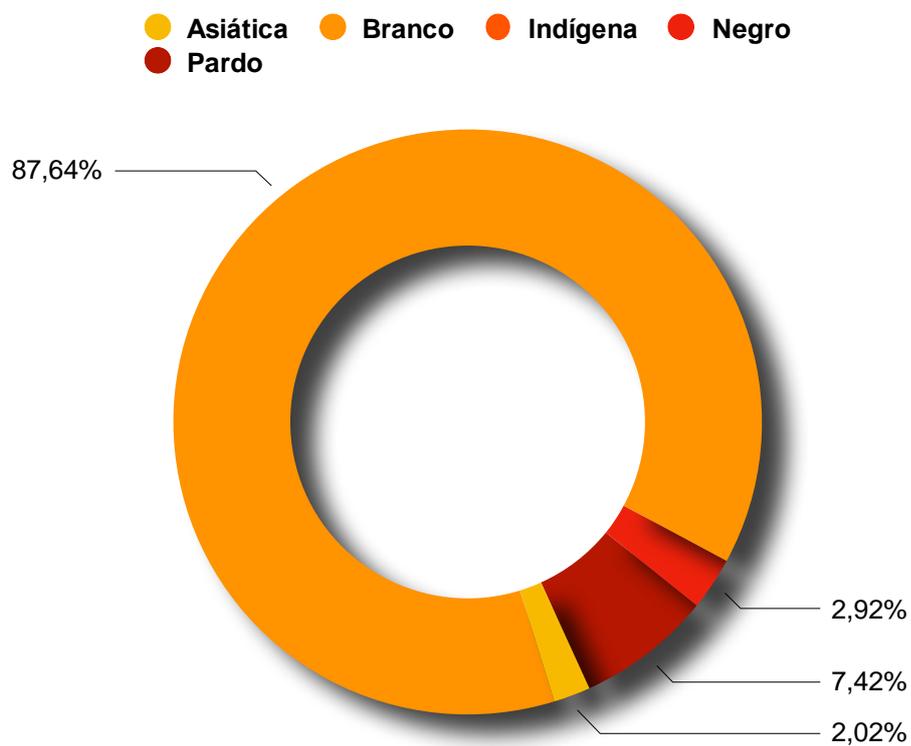
Q2 – Idade



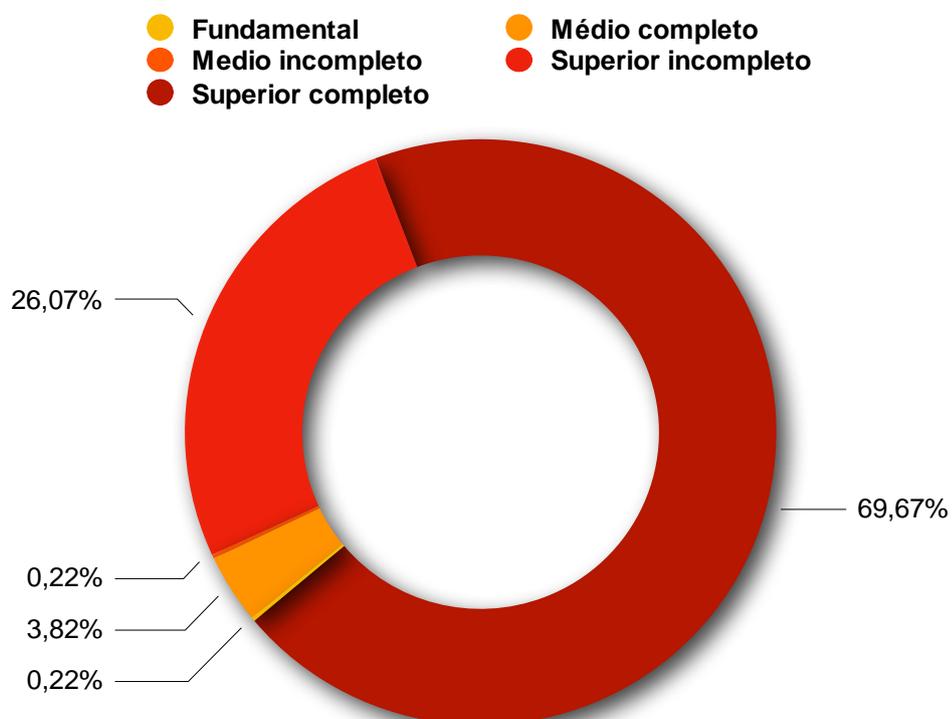
Q3 – Gênero



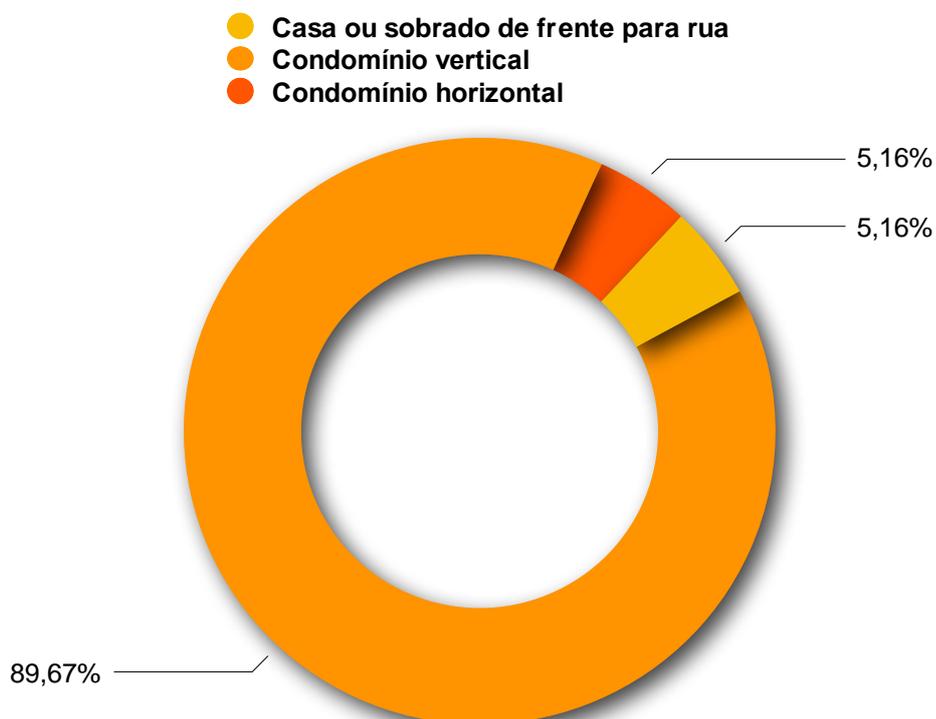
Q4 – Raça (autodeclaração)



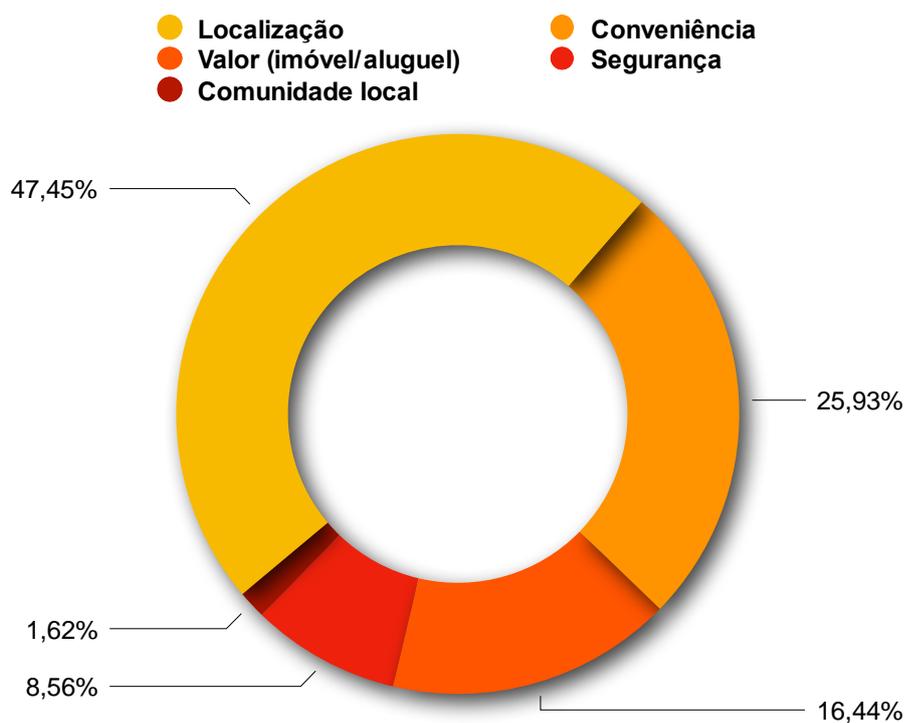
Q5 – Escolaridade



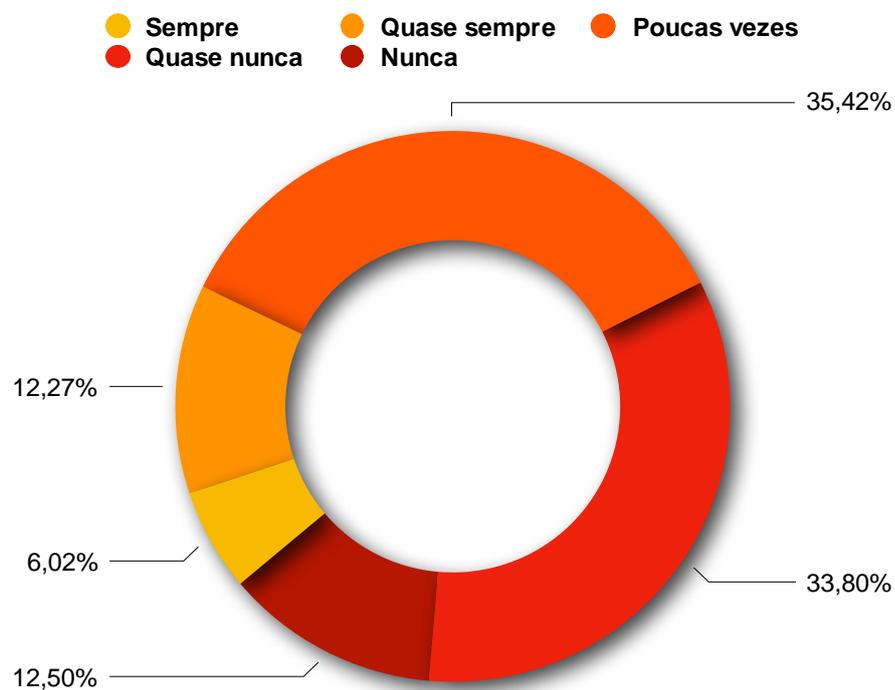
Q6 – Qual o tipo de imóvel em que você reside e/ou utiliza?



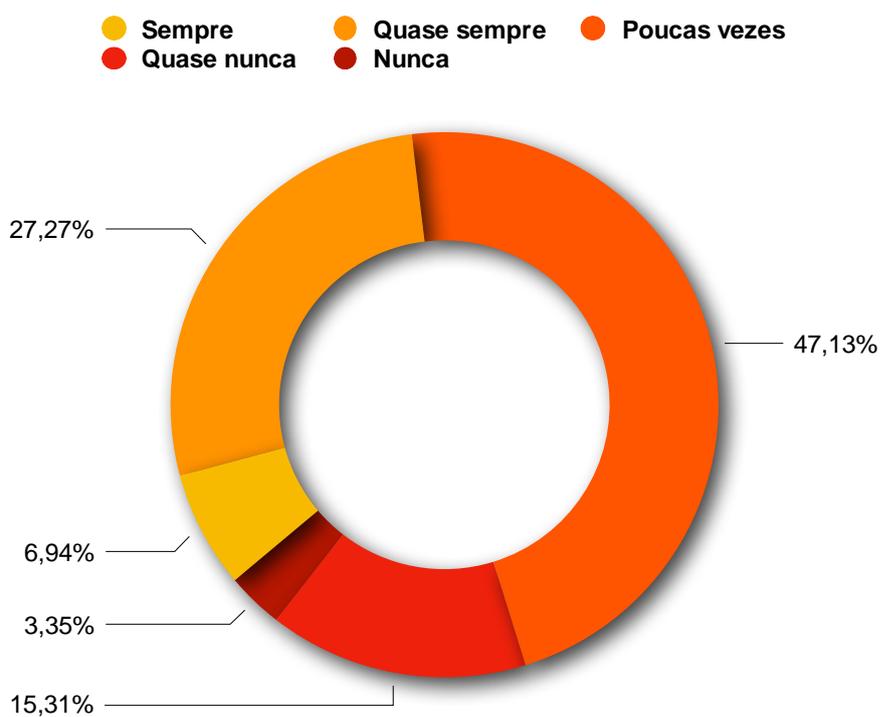
Q7 – Dentre as seguintes razões, como você classificaria os motivos que te levaram a decidir por esse tipo de imóvel? Ranqueie/classifique-os por prioridade, onde o 1 seria o motivo MAIS importante e o 5, MENOS importante.



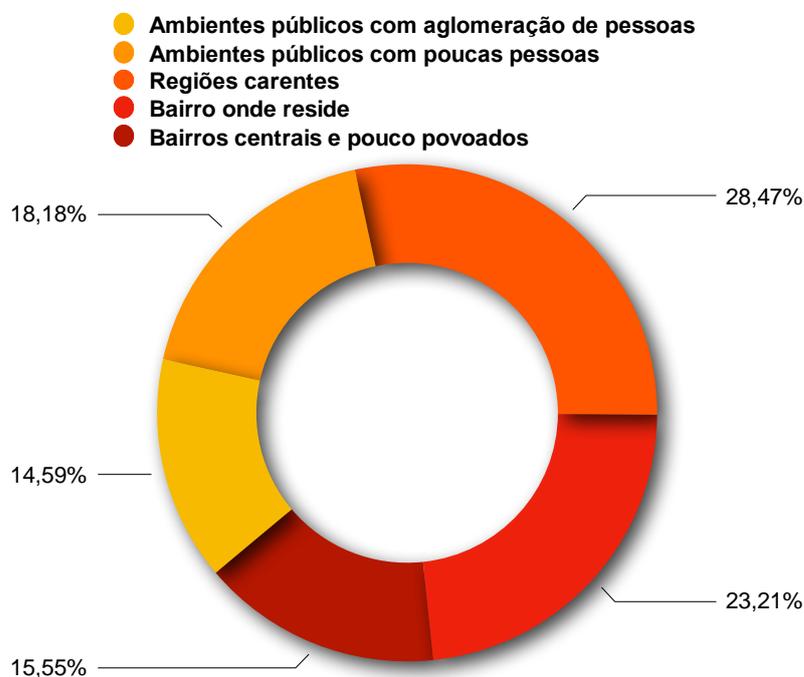
Q8 – Você convive com seus vizinhos?



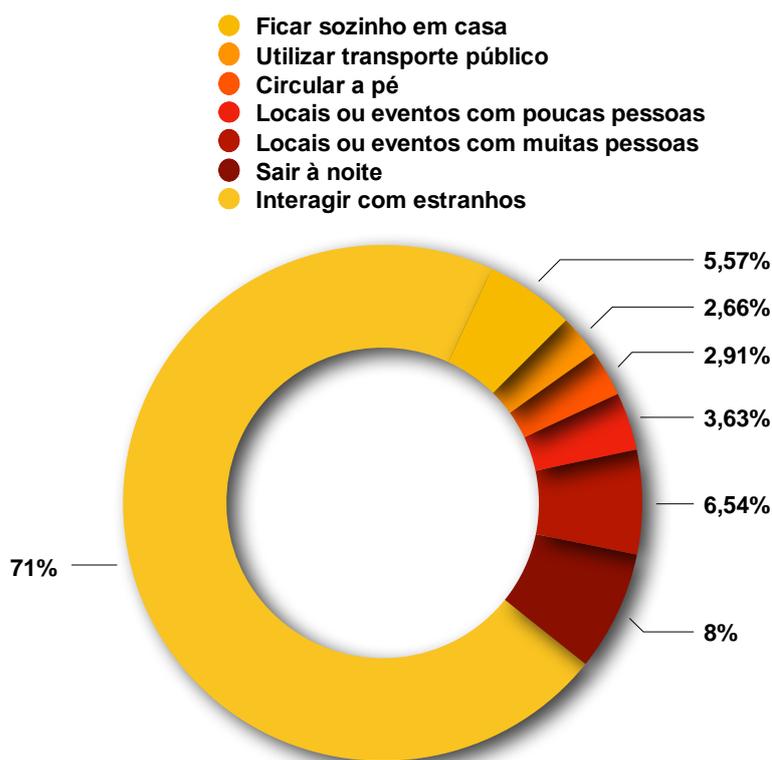
Q9 – Você se sente inseguro e/ou com medo ao utilizar os espaços da cidade? (bares, praças, parques, etc)



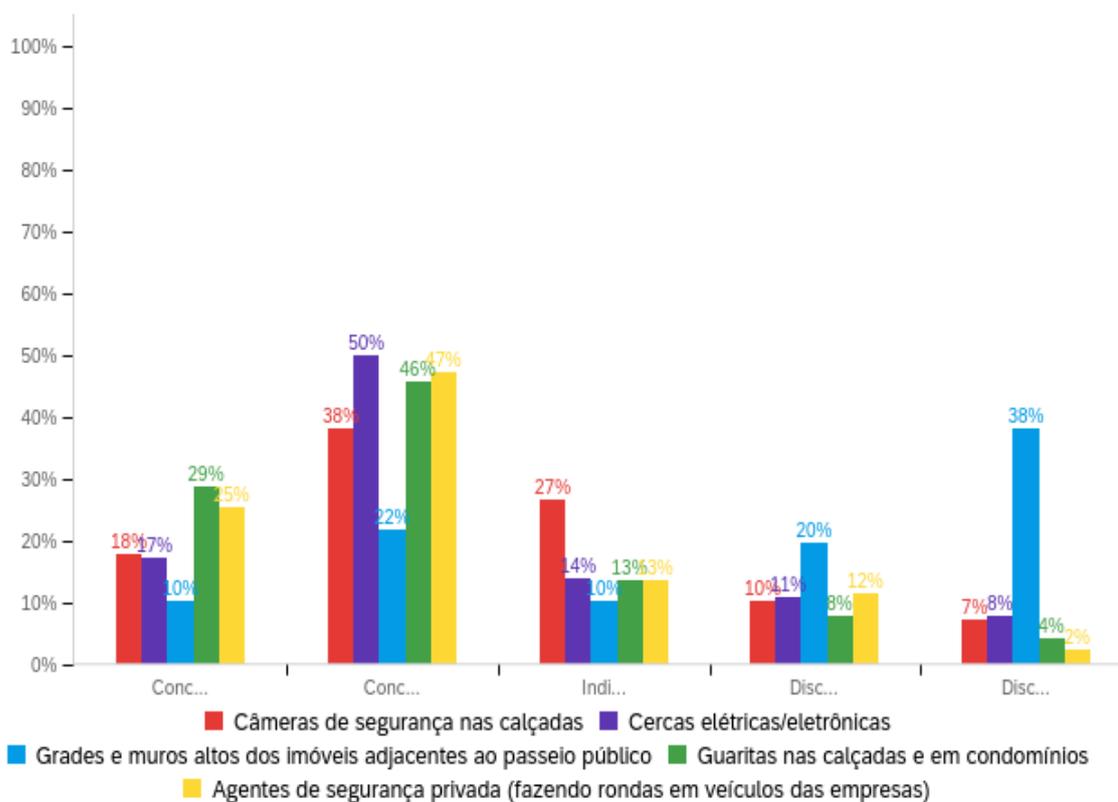
Q10 – Quais lugares na cidade lhe transmitem maior sensação de INSEGURANÇA? Ranqueie/classifique-os por prioridade, onde 1 lhe traz MAIOR sensação de insegurança e 5, MENOR sensação de insegurança.



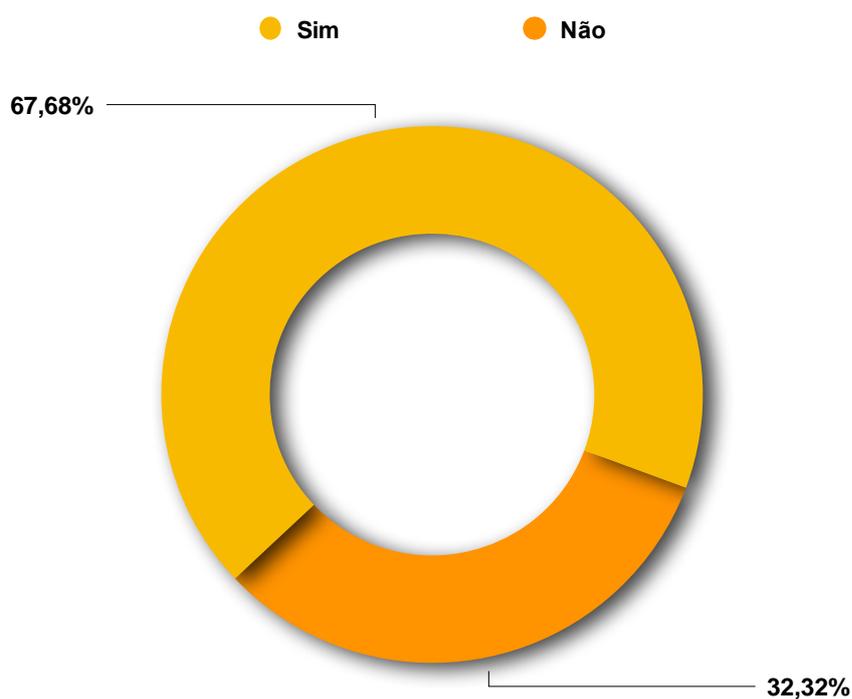
Q11 – Por sensação de medo e/ou insegurança, você evita algumas dessas situações? Ranqueie/classifique-os por prioridade, onde 1 é a situação que você MAIS evita, e 8, a que MENOS evita por sensação de medo e/ou insegurança.



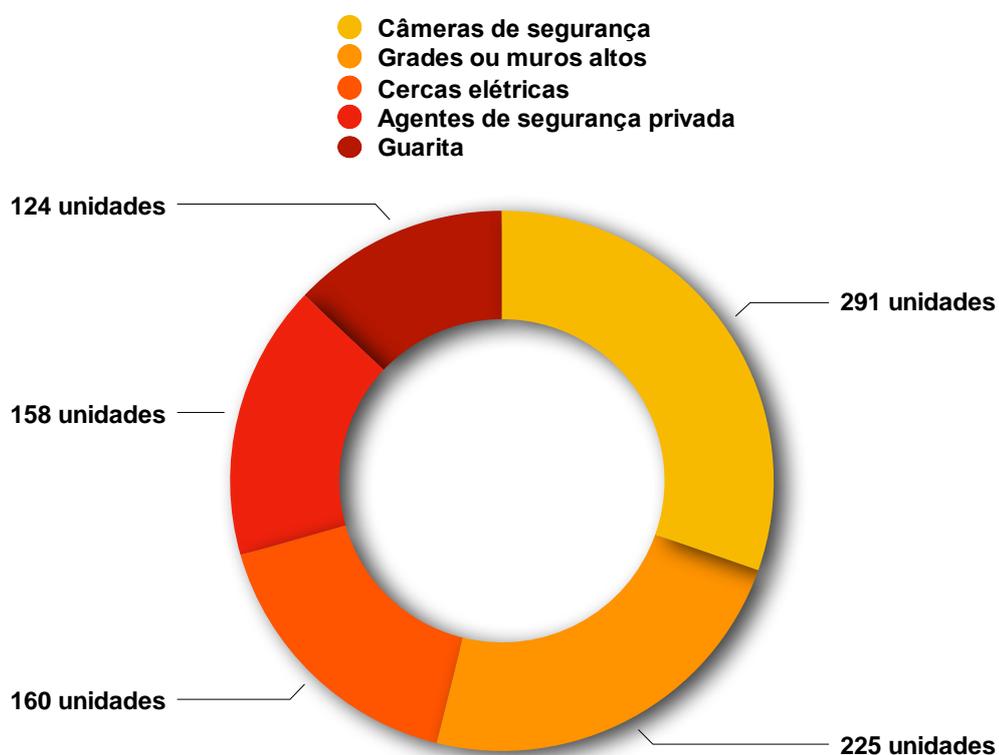
Q12 – A presença dos seguintes dispositivos lhe traz maior sensação de SEGURANÇA?
(Clique nas imagens para ampliá-las)



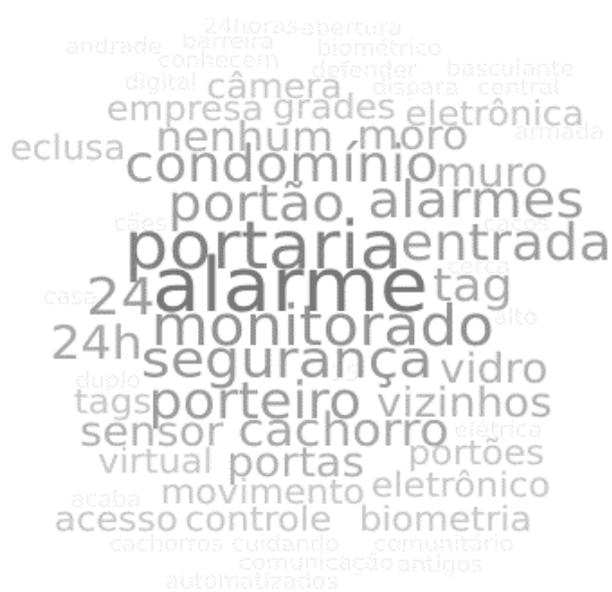
Q13 – Você se sente seguro em relação às medidas de segurança adotadas no seu imóvel/condomínio?



Q13.1 – E quais equipamentos são utilizados em seu imóvel/condomínio?

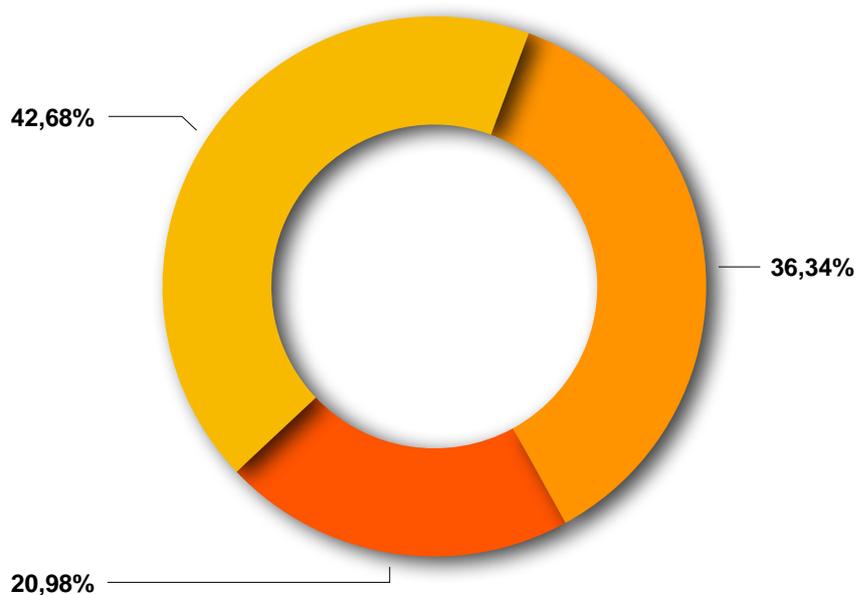


Q13.1 – Outro (por favor, especifique):



Q14 – Você já sofreu ou presenciou/testemunhou algum episódio de violência em Curitiba? (roubo, furto, violência física e/ou verbal, etc.)

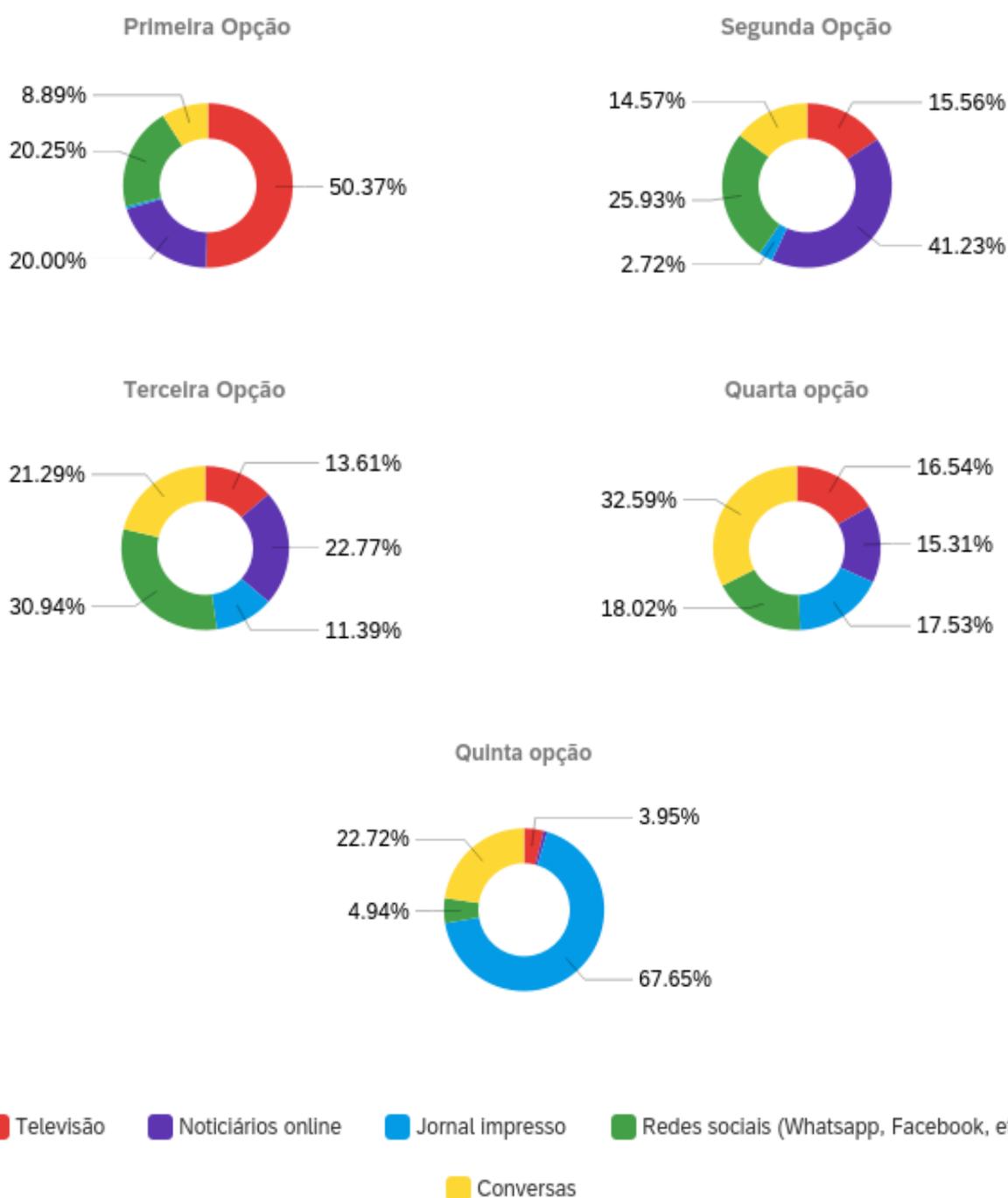
- sim, no bairro onde reside
- sim, em outro bairro (especifique)
- Não



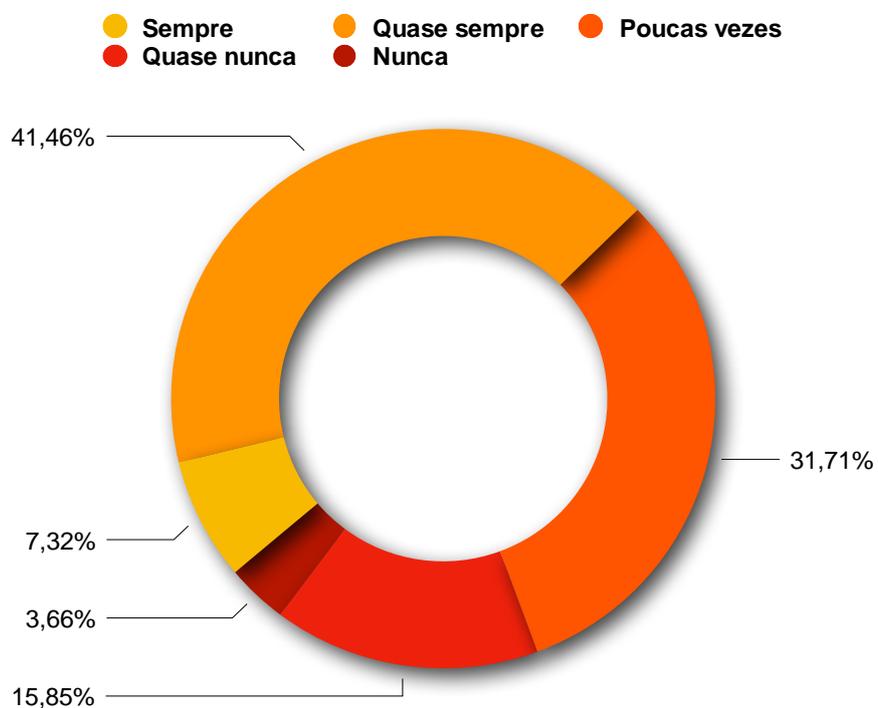
Q14 – Sim, em outro bairro da cidade (especifique):



Q15 – Por qual meio você mais percebe a violência urbana? Ranqueie/classifique-os por prioridade, onde 1 é o PRINCIPAL meio pelo qual você percebe a violência urbana, e 6, o MENOS importante.



Q16 – Você confia nos órgãos públicos de segurança? (Polícia Civil, Militar, Guarda Municipal)



Q17 – Qual é a sua opinião sobre as medidas que estão sendo tomadas por esses órgãos para o controle da violência?

